



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

TAYANA HELENA CUNHA SILVA



**PRÁTICAS EDUCATIVAS DAS CONGREGAÇÕES FILHAS DE
SANT'ANA E IRMÃS DE SANTA DOROTEIA NA FORMAÇÃO DE
MULHERES EM BELÉM DO PARÁ (1906-1927)**

BELÉM- PA

2020

TAYANA HELENA CUNHA SILVA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS NO PARÁ DAS CONGREGAÇÕES
FILHAS DE SANT'ANA E IRMÃS DE SANTA DOROTEIA NA
FORMAÇÃO DE MULHERES EM BELÉM DO PARÁ (1906-1927)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Educação, Cultura e Sociedade, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Maria Silva Araújo
Alves

BELÉM- PA

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C972p Cunha Silva, Tayana Helena
PRÁTICAS EDUCATIVAS DAS CONGREGAÇÕES
FILHAS DE SANT'ANA E IRMÃS DE SANTA DÓROTEIA NA
FORMAÇÃO DE MULHERES EM BELÉM DO PARÁ
(1906-1927) / Tayana Helena Cunha Silva. — 2020.
175 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal
do Pará, Belém, 2020.

1. Congregações religiosas. 2. Educação Feminina. 3.
Práticas Educativas. I. Título.

CDD 376.9

TAYANA HELENA CUNHA SILVA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS DAS CONGREGAÇÕES FILHAS DE
SANT'ANA E IRMÃS DE SANTA DOROTEIA NA FORMAÇÃO DE
MULHERES EM BELÉM DO PARÁ (1906-1927)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Educação, Cultura e Sociedade, para obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em: 13/02/2020

Banca examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Laura Maria da Silva Araújo Alves PPGED-UFPA (Orientadora)

Prof. Dr. Cesar Augusto Castro PPGED-UFPA (Membro Interno)

Prof.^a. Dra Maria do P. Socorro G. Avelino de França PPGED-UEPA(Membro Externo)

Prof.^a. Dra. Lívia Sousa da Silva FAED- UFPA (Membro Interno)

As Irmãs Filhas de Sant'ana e Santa Doroteia pelas suas valiosas contribuições no campo da educação na Amazônia e, especialmente, na formação de mulheres no Pará Republicano.

AGRADECIMENTOS

Finalizar a construção deste texto me fez lembrar todo o caminho que trilhei até este momento em que sou grata por tudo que vivi e aprendi durante o mestrado. Além da gratidão, expressei a profunda felicidade em poder “contar a história” deste objeto que tanto me instigou a cada fonte encontrada que me permitiu entender a lógica formativa feminina entre os anos de 1906 a 1927. Desse modo, a gratidão e o contentamento que sinto hoje também se devem a premissa na qual acredito que, ninguém evolui individualmente nesta vida, independentemente da área. Para alcançar o sucesso sempre precisamos da ajuda de outras pessoas e, na escrita desta dissertação não foi diferente: este texto foi elaborado a partir das contribuições daqueles que se dispuseram a me propor melhorias, assim como prestaram apoio nos momentos de dificuldade que sempre se fazem presentes durante a pesquisa científica.

Assim, agradeço a Deus por me conceder saúde, coragem e perseverança para cursar os dois anos de mestrado. Sou grata a nossa Senhora de Nazaré a qual sou devota e dedico toda minha trajetória acadêmica por me fortalecer a fé para seguir em frente sem fraquejar. E minha gratidão se fortalece mais ainda por me conceder a graça de concluir o mestrado e realizar o sonho de seguir para o Doutorado, um sonho que não imaginava estar preparada para realizar neste momento, mas se foi da sua divina vontade, eu aceito este desafio e prometo dar o melhor de mim!

Pessoas tão importantes para mim quanto meus guias espirituais são os meus familiares, especialmente meus pais que são os meus maiores incentivadores desde sempre e a quem devo tudo que já conquistei até aqui. Foram quase 6 anos entre a graduação e o mestrado, em que eu estudei para que um dia possa retornar a eles tudo que investiram em mim. Neste caso não me refiro unicamente à questão financeira, mas sim, por acreditarem em mim e sempre proporcionarem condições para que eu pudesse me dedicar exclusivamente aos estudos. Papai e mamãe obrigada por tudo, sem vocês eu nada sou, amo vocês!

Ao meu irmão agradeço pela companhia quando adentrava as madrugadas envoltas nas minhas análises, sua presença e auxílio em determinados momentos também colaboraram para esta produção.

Aos meus avôs, também expresso meu agradecimento por entenderem minha ausência quando não podia estar cuidando deles por estar em um período intenso de busca de fontes, escrita das análises e orientações. Sei que alegra muito a eles esse momento de conclusão de estudos, pois também sempre estimulavam todos os netos a estudar, por isso fico feliz de que eles ainda estejam aqui para vivenciar comigo o fechamento de mais um ciclo da minha vida acadêmica.

A minha querida orientadora, Profa. Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves a quem dedico carinho e apreço e, agradeço por ter acreditado no meu potencial desde a graduação me incentivando a ingressar no mestrado. Agradeço pelas ricas sugestões durante as orientações, a atenção que dedica a todos os seus orientandos e sua disponibilidade para nos ajudar quando necessário. Muito obrigada pela parceria, pelos ensinamentos e pelo cuidado que, por vezes, transcendia a sua condição de orientadora. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a congregação das Filhas de Sant'ana, especialmente as religiosas do Colégio Gentil Bittencourt, Irmã Elis Gonçalves (superiora), Irmã Ronilda Oliveira, Irmã Suely, Irmã Socorro, Irmã Cecília (a quem dedico carinho especial) e Irmã Custódia, por me acolherem na instituição e acreditarem na minha proposta de investigação. Me permitindo acesso ao arquivo histórico do colégio e também da biblioteca de sua casa para me ajudar a construir o corpus da pesquisa. O carinho e a solicitude por parte destas religiosas marcaram o período da minha permanência na instituição, onde estas faziam o que estava ao seu alcance para e ajudar com determinada informação ou fonte. As queridas Irmãs de Sant'ana, muito obrigada pela oportunidade de conhecer um pouco mais sobre sua história no Pará!

Ainda no âmbito da comunidade do Colégio Gentil agradeço também a Glayce Oliveira, bibliotecária do Colégio, a qual desde o primeiro dia de pesquisa se dispôs a me auxiliar nesta busca árdua pelos documentos. A convivência semanal pela busca de fontes me deu muito mais que materiais, mas sim uma amiga que nutro grande carinho. Muito obrigada querida Glayce. Por fim, mas não menos importante, estendo meus votos de agradecimento a profa. Maísa Lopes, coordenadora geral do Colégio Gentil Bittencourt, pela sua presteza em me encaminhar aos espaços da instituição, assim como sua simpatia e solicitude que cativam e nos fazem sentir bem acolhidos na instituição.

Esta pesquisa também só foi possível graças à congregação das Irmãs de Santa Doroteia a quem agradeço especialmente a comunidade religiosa do Colégio Santo Antônio: Ir. Maria Câmara (superiora, a quem nutro grande afeto), Ir. Rosely e Ir. Alves,

por me receberem em sua casa e disponibilizar todo o acervo disponível sobre a congregação. Agradeço pela calorosa acolhida em sua residência e por acreditarem em minha pesquisa; as queridas irmãs de Santa Dorotéia o carinho por vocês é recíproco, obrigada pela oportunidade!

A profa. Marília Lopes, diretora do Colégio Santo Antônio, pela idêntica acolhida na instituição onde também não mediu esforços para me proporcionar materiais pertinentes a pesquisa. Agradeço pelas produtivas conversas entre uma visita e outra sobre a prática educativa Doroteana, suas palavras foram muito importantes para entendê-la, agradeço também sua atenção e simpatia que tornaram mais leves os momentos de busca por mais fontes.

Ao arquivo público do Estado do Pará e a Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Belém por disponibilizarem todo o acervo que poderia atender minha demanda, aos profissionais destes espaços manifesto a minha inestimável gratidão.

Estendo meus agradecimentos as minhas amigas Ianna Ribeiro, Ana Paula Batista, Patrícia Araújo e Paloma Oliveira pela amizade e companheirismo, mesmo que a distância e a vida corrida tenham nos distanciado um pouco. Saibam que torço sempre por vocês e sei que o sentimento é recíproco, todas vocês estão no meu coração e nas minhas orações. Adoro vocês!

Exponho especial agradecimento a Livia Silva e Elianne Sabino por me presentear com sua amizade no ano final do mestrado, grata a vocês pelo carinho e companheirismo que me dedicam desde então, pelo apoio fundamental na tessitura da dissertação. Agradeço a vocês por toda a força, mas, sobretudo pela amizade que me cativou. Vocês moram no meu coração!

Aos colegas de turma, Viviane Pereira, Dilza Rodrigues, Celso Mauler, Isalu Mauler, Káthia Salomão, Camila Oliveira pela companhia durante às aulas e as ricas trocas de conhecimento sempre muito edificantes, acolho-os em um carinhoso abraço de reconhecimento.

Agradeço grandemente aos professores Cesar Castro, Livia Silva e Maria do Perpétuo Socorro França, pelas valiosas sugestões durante o exame de qualificação que foram, sobremaneira importante e necessária para melhoria da produção final desta dissertação.

A Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, pela oportunidade de cursar o mestrado em Educação. Agradeço também a

CAPES pela bolsa de estudos que foi imprescindível para me manter durante o curso na instituição.

Para finalizar, agradeço a todo (a)s que direta ou indiretamente estiveram comigo durante estes dois anos de caminhada árdua, mas prazerosa. A todos o meu muito obrigada!

O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa (BLOCH, 2001, p. 75).

RESUMO

As congregações religiosas foram importantes na formação da sociedade Brasileira e também tiveram grande relevância para os campos da História da Educação e História da Infância por terem realizado um trabalho de assistência, proteção e Educação junto às crianças pobres e desvalidas, no caso do Pará, as práticas educativas das religiosas de Sant'ana e Santa Doroteia foram voltadas as meninas pobres e desamparadas da capital Paraense no início do século XX. Assim, a questão que norteia este estudo é: De que maneira a educação de meninas desenvolvidas pelas congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia atendiam aos anseios da sociedade paraense na contribuição da formação de mulheres para uma nova Pátria, com o advento da República? Como possibilidade para responder este questionamento, o objetivo central deste estudo é analisar de que forma a educação desenvolvida pelas Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia atendiam os interesses da sociedade paraense e sua colaboração na formação de mulheres para a nova Pátria com o advento da República. A partir do objetivo geral pretendemos: a) analisar os princípios filosóficos e educativos das congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia na formação de mulheres para a sociedade paraense; b) identificar que papel educativo as congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia tiveram para as aspirações republicanas que se instauraram no Pará; c) apontar as contribuições educativas das congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia para a educação no Pará, sobretudo, suas ações na formação da mulher. O corpus da pesquisa se constitui em mensagens dos governadores do estado Pará no referido período, produções acadêmico-científicas, jornais católicos da época, fotos, constituições, relatório das instituições entre outras fontes referentes às congregações religiosas investigadas, as quais foram coletadas no Arquivo Público do Pará, Cúria metropolitana de Belém, bibliotecas dos Colégios Gentil Bittencourt e Santo Antônio e na casa das Irmãs Doroteias. A análise destas documentações será realizada pela História Comparada teorizada por Marc Bloch que define a comparação na perspectiva histórica como o ato de observar grupos, sociedades ou até mesmo fenômenos que apresentem possíveis semelhanças e diferenças e assim tentar explicá-las. As primeiras conclusões apontadas pelas fontes revelam que as congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia contribuíram para a educação das meninas da capital paraense, evidenciando em suas práticas educativas a instrução feminina a fim de prepará-las para serem futuras mães de famílias e associada a esta lógica formativa, o fazer educativo destas religiosas também se constituía pela valorização da pátria a partir de atividades como premiações as melhores alunas, as festas de encerramento do letivo que promoviam números de exaltação da nação, entre outras. Os saberes provenientes da concepção de civilidade e progresso trazidos pelo advento da República também foram identificados na prática educativa destas religiosas quando além da educação doméstica buscavam proporcionar formação mais refinada às educandas. Ao lado disso, também procuravam manter viva a educação religiosa que perdia espaço naquele período, mas era considerada fundamental à educação feminina.

Palavras-Chave: Congregações religiosas, Educação Feminina, Práticas Educativas.

ABSTRACT

Religious congregations were important in the formation of Brazilian society and also had great relevance for the fields of History of Education and History of Childhood for having carried out assistance, protection and education work with poor and disadvantaged children, in the case of Pará, educational practices of the religious of Sant'ana and Santa Doroteia were aimed at poor and destitute girls in the capital of Para at the beginning of the 20th century. Thus, the question that guides this study is: How did the education of girls developed by the congregations of the Daughters of Sant'ana and the Sisters of Santa Doroteia meet the wishes of Pará society in contributing to the formation of women for a new Motherland, with the advent of the Republic? As a possibility to answer this question, the main objective of this study is to analyze how the education developed by the Daughters of Sant'ana and the Sisters of Santa Doroteia met the interests of Pará society and their collaboration in the formation of women for the new Fatherland with the advent of the Republic. From the general objective we intend to: a) analyze the philosophical and educational principles of the congregations of the Daughters of Sant'ana and Sisters of Santa Doroteia in the formation of women for the society of Pará; b) identify the educational role of the congregations of the Daughters of Sant'ana and Sisters of Santa Doroteia had for the republican aspirations that were established in Pará; c) point out the educational contributions of the congregations of the Daughters of Sant'ana and the Sisters of Santa Doroteia to education in Pará, above all, their actions in the formation of women. The corpus of the research consists of messages from the governors of the state of Pará in that period, academic-scientific productions, Catholic newspapers of the time, photos, constitutions, reports from the institutions, among other sources regarding the investigated religious congregations, which were collected in the Public Archive do Pará, Belém metropolitan curia, libraries of the Colleges Gentil Bittencourt and Santo Antônio and in the house of the Sisters Doroteias. The analysis of these documentation will be carried out by the Comparative History theorized by Marc Bloch, who defines the comparison in the historical perspective as the act of observing groups, societies or even phenomena that present possible similarities and differences and thus try to explain them. The first conclusions pointed out by the sources reveal that the congregations of the Daughters of Sant'ana and the Sisters of Santa Doroteia contributed to the education of girls in the capital of Pará, evidencing in their educational practices the female instruction in order to prepare them to be future mothers of families and associated with this formative logic, the educational activity of these sisters was also constituted by the valorization of the homeland from activities such as awards to the best students, the closing parties of the school that promoted numbers of exaltation of the nation, among others. The knowledge derived from the conception of civility and progress brought by the advent of the Republic was also identified in the educational practice of these women religious when, in addition to domestic education, they sought to provide more refined training to students. In addition, they also sought to keep alive the religious education that lost space in that period, but was considered fundamental to female education.

Keywords: Religious congregations, female education, educational practices.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Quadro-síntese do “corpus” da pesquisa por Congregação	34
Figura 2- Quadro-síntese do “corpus” da pesquisa por Congregação	35
Figura 3- Quadro síntese do “corpus” da pesquisa por outros tipos de fontes	38
Figura 4- Quadro síntese de categorias de análise da pesquisa	39

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Ofício ao provedor da Santa Casa de Misericórdia do Pará	67
Imagem 2- Hospital Bom Jesus dos Pobres	67
Imagem 3- Hospital dos Alienados	69
Imagem 4- Santa Casa de Misericórdia do Pará.....	69
Imagem 5- Hospital Leprozário do Tucunduba.....	70
Imagem 6- Hospital D. Luiz- Sociedade de Beneficência Portuguesa.....	72
Imagem 7- Fachada do Asilo de Mendicidade	72
Imagem 8- Hospital Domingos Freire	73
Imagem 9- Hospital São Sebastião	73
Imagem 10-Carta de Santa Paula à Irmã Jannozi	87
Imagem 11- Aula de pintura no Instituto Gentil Bittencourt	99
Imagem 12- Exposição das prendas produzidas pelas alunas do Instituto Gentil Bittencourt	114
Imagem 13- Anúncio da exposição de prendas no Colégio Santo Antônio.....	115
Imagem 14- Divulgação de notas dos exames finais.....	120
Imagem 15- Aula de canto no Colégio de Santo Antônio.....	135
Imagem 16-Aula de canto no Instituto Gentil Bittencourt	136
Imagem 17- Cumprimentos pela primeira comunhão das Colegiais de Santo Antônio....	146
Imagem 18-Aula de bordados no Instituto Gentil Bittencourt	156

SUMÁRIO

SEÇÃO I.....	16
1.1. As motivações iniciais para o estudo.....	17
1.2. Problemática e Objetivos.....	27
1.3. Procedimento Metodológico.....	28
1.4. Construção do “ <i>Corpus</i> ” da Pesquisa.....	31
1.5. Análise do “ <i>corpus</i> ”.....	40
1.6. Estruturação do texto.....	43
SEÇÃO II.....	46
ORIGENS E INFLUÊNCIAS DAS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS PARA FORMAÇÃO DE MENINAS NO BRASIL E NO PARÁ NO INÍCIO DA REPÚBLICA.....	46
2.1. A Igreja Católica e as congregações religiosas na educação do Brasil.....	47
2.2. A imigração/chegada das congregações religiosas no Brasil.....	53
2.3. A Congregação das Filhas de Sant’ana.....	60
2.4. A obra missionária das Filhas de Sant’ana no Pará.....	64
2.5. A congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frasinetti.....	75
2.6. A obra missionária das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti no Pará.....	85
SEÇÃO III.....	89
CENÁRIO SÓCIO, POLÍTICO E ECONÔMICO NO PARÁ REPUBLICANO E O PROJETO EDUCACIONAL DAS CONGREGAÇÕES DAS FILHAS DE SANT’ANA E IRMÃS DE SANTA DOROTEIA NO PARÁ (1906 a 1927).....	89
3.1. Conjuntura Social, Política e Econômica no Pará Republicano (1906 a 1927).....	90
3.2. Formação Feminina e as Congregações das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Doroteia.....	96
3.3. Motivações Educativas no Cotidiano das Ações das Congregações Filhas de Santana e das Irmãs de Santa Dorotéia.....	110
SEÇÃO IV.....	128
EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, FORMAÇÃO RELIGIOSA À EDUCAÇÃO DOMÉSTICA DAS CONGREGAÇÕES FILHAS DE SANTANA E DAS IRMÃS SANTA DOROTÉIAS (1906-1927).....	128
4.1. O ensino primário, educação doméstica e o modelo de mulher.....	129
4.2. Educação religiosa e a formação da família.....	140
4.3. Práticas de controle comportamental, vigilância, disciplina e códigos morais.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
PARA ALÉM DAS EVIDÊNCIAS.....	161
REFERÊNCIAS.....	167
FONTES.....	172



Fonte: Álbum do Pará, 1908

SEÇÃO I

À GUISA DA INTRODUÇÃO

“A mulher como mãe e esposa abnegada, para quem o lar, o altar no qual depositava sua esperança de felicidade, sendo o casamento e a maternidade suas únicas aspirações. Ela era também a primeira educadora da infância, sustentáculo da família e da pátria” (ALMEIDA, 2007, p.71).

1.1. As motivações iniciais para o estudo

A presente pesquisa de Dissertação de Mestrado intitulada “*Práticas Educativas das Congregações Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Doroteia na Formação de Mulheres em Belém do Pará (1906-1927)*” aborda a história, o processo educativo e as ações das Congregações das Irmãs de Santa Dorotéia e Filhas de Sant’ana na sociedade paraense, especificamente, na formação de mulheres com o raiar da República. Nesse sentido, busquei conhecer o trabalho educativo exercido por essas religiosas junto às meninas na capital do Pará, assim como o papel e a contribuição destas congregações para o campo da História da Educação no Pará.

É importante ressaltar que o meu interesse em pesquisar esta temática está inicialmente relacionado a dois momentos da minha formação na graduação do Curso de Pedagogia na UFPA: o primeiro momento durante a disciplina *Infância, Cultura e Educação*, quando tive a oportunidade de ler a dissertação de mestrado de Elianne Barreto Sabino, defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), que versou sobre a assistência e educação da infância desvalida em Belém do Pará, no Colégio Nossa Senhora do Amparo, sob a direção da congregação das Filhas de Sant’ana. O segundo momento foi durante o II Seminário de História da Infância na Amazônia, ocorrido em 2014, na UFPA, onde tive a oportunidade de conhecer algumas pesquisas¹ que investigam sobre instituições religiosas no Pará, que desenvolveram a educação de crianças nos séculos XIX e XX. Neste seminário, pude notar a importância das congregações religiosas na formação de mulheres no Brasil, de modo particular na educação, instrução e formação feminina no Estado do Pará.

As duas experiências me levaram, em 2017, a apresentar no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará um projeto de dissertação de mestrado que intencionava investigar duas congregações religiosas que tiveram um papel relevante na formação educativa de mulheres no período de 1906 a 1927.

¹Neste evento tive contato novamente com a pesquisa de Elianne Barreto Sabino, assim como também conheci a pesquisa de Benedito Costa que se tratava de sua dissertação de mestrado sobre a educação de meninas pobres e pensionistas o Asilo de Santo Antônio em Belém do Pará na gestão de Dom Macedo Costa nos anos de 1878 a 1888.

Para elaboração do referido projeto realizei uma significativa investigação exploratória para verificar a existências de publicações acadêmico-científicas do tipo dissertação e tese que discorressem a respeito das contribuições das congregações religiosas no Pará. Constatamos neste levantamento que apesar de haver trabalhos publicados sobre instituições educativas religiosas no Pará, ainda não havia um estudo a respeito das congregações religiosas na educação de crianças.

Contudo, durante o curso de mestrado, na ampliação do levantamento de produções sobre as congregações no território paraense, constatamos a necessidade de investimento nesta temática. Assim, reestruturei o projeto com o objetivo de analisar as congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia em suas práticas educativas no Pará no período de 1906 a 1927. A escolha destas duas congregações se justifica em razão de que ambas possuem uma tradição na história do Pará no campo da Educação desde o século XIX, mantendo políticas educativas que perduraram no século XX.

O desejo em produzir um estudo sobre a atuação dessas congregações religiosas, no início do século XX, no Pará, cresceu quando, além da leitura da produção de Sabino (2012), tive a oportunidade de durante a pesquisa bibliográfica ler a dissertação de Benedito Costa, defendida em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, a qual discutiu a educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio (1877-1888), instituição administrada pelas Irmãs de Santa Dorotéia. Além desse trabalho, tive a oportunidade de levantar um estudo sobre as congregações religiosas na Amazônia.

No decurso da pesquisa, observamos que as Congregações tiveram grande importância para o campo da História da Educação e da Infância na região Amazônica, em razão de exerceram uma dupla função no trabalho com as crianças: assistência/proteção e educação. Além disso, também notamos que estes grupos religiosos experimentaram nos séculos XIX e XX um período muito próspero por conta da fundação de novas congregações, as quais desembarcaram no Brasil com maior frequência neste momento e colaboraram de modo ímpar na formação da sociedade Brasileira.

O trabalho missionário destas Congregações foi de grande valia para o chamado projeto civilizador brasileiro, também sentido no Pará, o qual almejava adequar à sociedade paraense aos moldes Europeus de urbanização e civilização. Contudo, nos séculos XIX e XX, o relevante contingente de crianças pobres, órfãs e abandonadas ameaçava o plano de uma nova província do Grão-Pará (SABINO, 2012).

Nesse sentido, providências foram tomadas para concretizar este projeto no território paraense, como a implantação de instituições de abrigo com o objetivo de instruir e educar crianças para se tornarem cidadãos de bem e também formar mão-de-obra para construir a República. Tais ações constituíram a denominada política higienista que obteve importantes colaborações das Congregações em razão da gestão dessas instituições estarem a cargo dos religiosos (PINHEIRO, 2017).

Estas congregações procuravam formar a infância dentro dos princípios da moral e da fé cristã para que sobrevivessem às tentações proporcionadas pela modernidade que eram vistas por Padres e Freiras com certo receio. Por isso, assumir a administração destas instituições é um resultado também da política de Romanização da Igreja Católica que acreditava ser a genuína educadora do povo, quando concebia a educação cristã como único caminho à construção de uma sociedade moralista e de paz (COSTA, 2014).

Diante disso, esta pesquisa discorre sobre a história da Congregação das Filhas de Sant'ana e da Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia no Pará, no período de 1906 a 1927, a fim de elucidar a respeito das práticas educativas destas congregações, sobretudo, identificar as suas ações educativas e as contribuições no âmbito da educação na Amazônia paraense².

Elegemos os anos de 1906 a 1927 para investigar as ações educativas e contribuições destas religiosas para a História da Educação no Pará, com base em duas razões: a primeira razão deve-se ao fato de que no ano de 1906 o Colégio Gentil Bittencourt³ foi assumido pela congregação das Filhas de Sant'ana, após estas religiosas serem contratadas pelo então governador do Pará, Dr. Augusto Montenegro para atuar na gestão interna deste estabelecimento de ensino, promovendo a educação e instrução de meninas desvalidas e pensionistas da instituição (BODAS DE OURO, 1933). A segunda razão refere-se ao ano de 1927 quando as Irmãs de Santa Doroteia comemoraram os 50 anos de atividades missionárias e educativas no Pará a frente da gestão do Asilo e Colégio

²Utilizamos o referido termo para situar as ações e contribuições das congregações investigadas no contexto do Estado do Pará, haja vista que a história também registra o trabalho destas religiosas no Estado do Amazonas.

³Antes da sua atual denominação esta instituição era conhecida como Colégio Nossa Senhora do Amparo a qual atendia meninas pobres e órfãs da capital paraense. Esta instituição foi rebatizada por meio de decreto expedido pelo então governador Dr. José Paes de Carvalho, em 1º de fevereiro de 1897 que modificou o nome do referido Colégio para Instituto Gentil Bittencourt, em homenagem ao vice-governador Dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt pela sua atuação pública em favor do Estado do Pará (VIANNA, 1906).

Santo Antônio, que a convite do bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa⁴, aceitaram dirigir a instituição no ano de 1877.

Esta pesquisa se mostra relevante em virtude de satisfazer nossa curiosidade epistemológica em aprofundar os conhecimentos a respeito da atuação destas religiosas na educação e amparo de meninas pobres, que foram instigados pelas dissertações citadas anteriormente que trabalharam as instituições educativas dirigidas pelas religiosas Filhas de Sant'ana e irmãs de Santa Dorotéia.

Esta investigação também se revela inédita e importante no âmbito acadêmico por contribuir para o campo da História da Educação no Pará, assim como para a ampliação da produção do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, pelo fato das congregações religiosas na Amazônia terem participação histórica na organização, filosofia e ensino da educação no Pará. Outra questão que justifica a relevância deste estudo é apontada por Pimenta (2012), ao sinalizar que por certos momentos a cooperação destes grupos religiosos não é lembrada pela História do Brasil. No contexto do Pará, a situação não é diferente, mesmo havendo registros do importante trabalho administrativo e educacional das Congregações, principalmente, as femininas, há pouco reconhecimento da parcela de responsabilidade desses grupos religiosos na formação feminina paraense em um período de grande imponência e prestígio que a capital do Pará se encontrava nos fins do século XIX e XX. No mais, a importância desta pesquisa reside no fato de possibilitar compreender o projeto educativo destas congregações e sua importância para a formação de mulheres no período de 1906 a 1927.

Apesar desta pesquisa se deter ao recorte temporal do período republicano, vale ressaltar que a experiência educativa de grupos religiosos ligados à Igreja Católica⁵ se remete ao período Colonial com a chegada dos Jesuítas, que para a História Brasileira são

⁴ Nomeado no ano de 1860 para assumir a Diocese do Pará Dom Antônio de Macedo Costa foi o 10º bispo do Pará, e marcou a história pela sua forte atuação no movimento de Romanização da Igreja Católica no Pará. Seu arcebispado também foi marcado pela sua atuação no campo da educação no que se refere a suas ações na formação da infância paraense em especial as meninas pobres e desvalidas, para que futuramente se tornassem boas mães e esposas e que também tivesse a religião católica como a diretriz da sua vida e de sua família.

⁵ As ordens religiosas chegaram em épocas diferentes à região amazônica. No contexto da Amazônia paraense muitas congregações foram chegando no período da Colônia. Há indícios de que os Franciscanos da Província de Santo Antônio foram os primeiros a chegar em território amazônico. A Companhia de Jesus foi a segunda congregação que dominou a região. Logo depois dessa congregação chegaram a Ordem dos Carmelitas e dos Mercedários que tiveram uma atuação significativa em Belém do Pará. É importante destacar que há notícias de que os franciscanos também aportaram em solo amazônico como os Capuchos da Piedade e, por fim, os Frades da Conceição da Beira e Minho. Ao que tudo indica havia o consentimento e fomento do Estado Português na chegada das congregações, pois parte delas tinham o objetivo de catequizar os gentios e a assistência intelectual e espiritual dos chamados colonos.

considerados os primeiros professores do Brasil, pois fundaram as primeiras escolas do território para materializar os principais objetivos da Companhia de Jesus: catequizar e educar as novas gerações (MIRANDA, 1969).

A atuação dos Jesuítas no campo educacional possibilitou a defesa dos interesses da Igreja nesta área que consistia em um projeto moral a ser aplicado por meio da educação para as camadas mais desamparadas da sociedade. Segundo Boschilia (2005), eram uma preocupação para a Igreja desde o século XVII, visto que na concepção religiosa estavam mais suscetíveis às ideias da modernidade e por isso precisavam ser educados dentro dos princípios da moralidade e para se tornarem trabalhadores para a nova sociedade que se anunciava no século XIX.

Desse modo, a inserção das Congregações religiosas no campo da Educação no Brasil se tornou mais frequente durante a primeira metade século XIX, permitindo também o trabalho dos chamados Ultramontanistas⁶ que compunham a camada mais conservadora da Igreja. Um dos projetos de ação educativa dos religiosos conservadores foi incentivar a criação de instituições educativas, a começar pelos países europeus por congregações religiosas que se ocupavam com a assistência e educação dos pobres e desvalidos, e de modo especial as crianças órfãs e desamparadas (BOSCHILIA, 2005). Além disso, as congregações religiosas se ocuparam na organização e manutenção de asilos, orfanatos e hospitais.

Estas congregações católicas possuíam um modelo de educação que visava manter a ordem pública, enquadrada na política higienista⁷ que defendia a manutenção de

⁶ Segmento mais conservador da igreja católica que se organizou como um movimento contrário as ideias da modernidade, sobretudo, na rejeição da ciência moderna (OLIVEIRA, 2010).

⁷ A política higienista no Pará, segundo Alves, foi fortemente introduzida para enfrentar principalmente o problema da infância no sentido de combater à mortalidade infantil que era intensa no início do século XX. A atuação dos médicos higienistas no Pará instituiu práticas de higiene que objetivava diminuir o óbito de crianças com menos de um ano de idade. Assim, criaram um novo modelo de filantrópico de assistência, que iria combinar intervenção pública, filantrópica e ciência médica. O higienismo foi, sem dúvida, uma política que influenciou muitas ações sobre a infância no Brasil. A urbanização das cidades após a Proclamação da República, incentivou a busca de uma medicina social no sentido de dar conta de uma população de crianças órfãos e abandonadas. No mais, os surtos de doenças ocasionaram grandes epidemias como varíola, febre amarela, malária, tifo, tuberculose, lepra e demais doenças que atingiu grande parte da população, sobretudo aqueles em situação de risco e que eram considerados os excluídos da sociedade. No caso das crianças, boa parte dos médicos lutaram no sentido de salvar as crianças não somente das epidemias, mas principalmente das doenças provocadas pela falta de higiene das cidades. Sugiro a leitura do artigo “A política higienista no Pará da Belle époque e a proteção à infância pobre em 1912”, de Laura Maria Silva Araújo Alves, publicado no livro “História e Educação na Amazônia” organizado por Marcos André Ferreira Estácio e Lucia Regina de Azevedo Nicida, Editora da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016, p.499-516.

modelos de conduta⁸, e os faziam por meio do discurso baseado em princípios morais e éticos e do disciplinamento. Logo, Boschilia (idem, p.95) destaca que a Igreja:

[...] Buscou a família como parceira nesse processo, enfatizando a sua responsabilidade pela escolha da educação formal dos filhos. Tomando cuidado para não interferir no espaço político do Estado, a Igreja procurava colocar-se como a única instituição capaz de implantar um projeto moral adequado para a manutenção da ordem vigente e construiu um discurso em que o jovem aparece como o depositário das esperanças de sedimentação de valores e costumes, elegendo-o como um dos elementos capazes de evitar as mudanças e manter a tradição.

No cenário local, a concepção de educação difundida pela Igreja Católica não era diferente do contexto nacional. Martins (2001), em seu estudo sobre a influência da Igreja na sociedade paraense, destaca a figura de D. Antônio Macedo Costa, considerado como grande personalidade no catolicismo do Pará e líder da política de Romanização da Igreja na Amazônia⁹, que defendia o importante papel da Igreja na constituição moral e educativa do indivíduo, concebendo a ciência como algo que provém de Deus e não do homem.

Em virtude disso, na compreensão do clérigo a vida seria dependente da religião e a ciência sem religião distância o homem de Deus e o conduz aos vícios do mundo. Por essa razão, apoiava a construção de instituições que propiciavam simultaneamente a

⁸Havia em Belém a defesa de um padrão de comportamento morais e sociais da população feminina. Os padrões estabelecidos na sociedade paraense no início do século se arquitetava sobre a égide da moral e bons costumes. Exigia-se das mulheres modos de se vestir e de comportamentos que deveriam ser adequados socialmente. Com valores e códigos comportamentais à moda europeia, as mulheres de elite paraense, por exemplo, vestiam-se à francesa e cultivavam uma sociabilidade com fortes marcas europeias, como o piano nas casas e o gosto pelo canto e pela dança. Já as mulheres das camadas populares eram analfabetas e trabalhavam em atividades que as colocavam em situações de riscos. Além disso, muitas delas frequentavam lugares e horários considerados pouco apropriados para a circulação feminina.

⁹ Segundo Maués (1995, p.121), essa reforma, chamada mais tarde de “romanização” implicava, entre outras coisas, em maior aproximação da Igreja do Brasil de Roma e, conseqüentemente, numa espécie de europeização do catolicismo brasileiro. Por isso ela se voltava contra o regime do padroado que implicava em muitas amarras políticas e administrativas em relação às autoridades do Império, e também se voltava contra o catolicismo tradicional, procurando disciplinar e educar o clero e o laicato. Entre as políticas que foram colocadas em prática pela romanização, mesmo antes, durante e após o governo diocesano de D. Macedo Costa – e não só no Pará, mas em plano nacional, por vários outros bispos romanizadores –, estavam a substituição das antigas devoções populares tradicionais por novas devoções importadas da Europa, como a do Sagrado Coração de Jesus; a criação de novas associações religiosas, como o Apostolado da Oração; a reforma do ensino dos seminários e o envio de jovens seminaristas mais promissores para completar sua formação na Europa – em São Suplício, na França, e em Roma –, o que visava melhorar o nível intelectual e moral do clero nativo; o incentivo à vinda para o Brasil de ordens e congregações religiosas estrangeiras (europeias), femininas e masculinas, para suprir a necessidade de novos religiosos capazes de atuar no ensino, tanto de seminários como dos colégios católicos, nos hospitais, na evangelização e no controle dos centros de devoção popular (como é o caso de Belém com o culto a N. S. de Nazaré)”. Indico a leitura do livro “Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico”, de Raymundo Heraldo Maués, Belém, editora Cejup, 1995.

formação do espírito e do intelecto de crianças e jovens órfãos e desamparados. A pesquisa de Costa (2014) evidencia esse pensamento do religioso que via na instrução religiosa o caminho para o progresso da Amazônia e da cidade de Belém, e tem como um dos seus trabalhos mais emblemáticos a construção do Asilo Santo Antônio e do Colégio Nossa Senhora do Amparo para abrigar e educar meninas pobres e órfãs da província do Pará.

Dessa forma, a História da Educação no Brasil no período da República, especificamente no século XX entre os anos determinados para este estudo, nos mostra que a educação brasileira passou por profundas mudanças. As transformações neste campo ocorreram no mesmo momento em que o país de uma maneira mais ampliada passava por renovação na transição do Império para a República (GHIRALDELLI JR, 2008). Por isso, este período foi marcado pela necessidade de abertura de escolas com concepção de que educação seria um dos caminhos fundamentais para a evolução da sociedade brasileira, assim:

O período de fim do Império e início da República assistiu uma relativa urbanização do nosso país, e os grupos que estiveram junto com os militares na idealização e construção do novo regime vieram de setores sociais urbanos que privilegiavam, de certo modo, as carreiras menos afeitas ao trabalho braçal. Associado a isso e ao clima de inovação política, surgiu então a motivação para que nossos intelectuais- de todos os níveis e projeções- viessem a discutir a necessidade de abertura de escolas (GHIRALDELLI JR, 2008, p. 32).

Embora houvesse a preocupação com a instrução, Ghiraldelli Jr (2008) ressalta que a área da educação não seguia estas modificações com a mesma velocidade em relação as mudanças nos demais setores da sociedade, haja vista que no início do século XX as taxas de analfabetismo ainda eram consideravelmente altas, o ensino primário que foi regulamentado como laico e gratuito pela reforma Benjamin Constant¹⁰, na prática

¹⁰Benjamin Constant (1833-1891) nasceu no dia 18 de outubro, em São Lourenço, Niterói, Rio de Janeiro. Filho do português Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, primeiro-tenente em Portugal, e Bernardina Joaquina da Silva Guimarães. Vieram para o Brasil, onde instalaram uma escola e depois uma padaria, sem sucesso. Foi Oficial do Exército brasileiro, professor de matemáticas em diversas escolas civis e militares, divulgador da filosofia positivista, organizador do movimento militar que depôs a Monarquia, membro do Governo Provisório republicano. Foi o idealizador da expressão "Ordem e Progresso" da Bandeira brasileira, inspirado no ideal positivista do francês Augusto Comte, que pregava "O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim". Benjamin Constant foi importante personalidade no processo da Proclamação da República. Atuou como professor, doutor em matemática, e ciências físicas. Na carreira militar, galgou vários postos, chegando a General de Brigada. No campo da educação exerceu o magistério e foi diretor do Instituto dos Meninos Cegos, do Rio de Janeiro, por aproximadamente 20 anos. Devido ao seu papel nesta instituição, em 1891, foi dado o seu nome: "Instituto Benjamin Constant" A reforma Benjamin Constant tinha como objetivo substituir o currículo acadêmico pelo currículo enciclopédico, isto

não ofertava para todos o acesso a este primeiro nível de educação naquele momento. Além disso, neste período ocorreram diversas reformas da instrução pública nos estados os quais reorganizaram o setor da educação das suas regiões baseadas nas ideias pedagógicas inovadoras providas dos Estados Unidos e de países europeus.

Pautada nestas ideias inovadoras o processo de modernização da sociedade influenciou a educação no sentido da criação dos chamados *grupos escolares*¹¹ que representaram o progresso do período republicano em termos de educação. Assim, de acordo com Souza (2014), os grupos escolares se expandiram pelo país e se configurou como modelo de instituição educativa que seguiria o movimento de reordenação e democratização da instrução pública.

Nesse contexto, podemos destacar o estado do Pará, o qual estava inserido em todo esse quadro de mudanças e de modernização que o país enfrentava no quesito instrução, de modo que para o poder público a educação deveria estar isenta de qualquer influência que não fossem as proposições do pensamento inovador que foram materializadas pelos grupos escolares, assim:

Os grupos escolares foram criados com intuito de modernizar à educação do estado, sendo a educação considerada por Dr. José Paes de

é, o currículo prático, característico das ideias positivistas. A reforma de Benjamin Constant foi composta de 21 decretos, publicados entre maio de 1890 e janeiro de 1891. Foi a primeira reforma educacional da república brasileira e tinha foco em métodos e conteúdos e era de cunho liberal e elitista. A reforma de Benjamin Constant traz uma escola graduada e tem por referência os grupos escolares. É importante destacar que os grupos escolares fazem parte da reforma estadual paulista de 1893, a qual o ensino elementar para alunos era conforme o nível de aprendizagem do aluno. Indubitavelmente, essas reformas educacionais era um projeto das elites republicanas. Para melhor entender a quem era Benjamin Constant e sua concepção filosófica sugiro a leitura do artigo “Benjamin Constant: biografia e explicação histórica” de autoria de Renato Luis do Couto Neto e Lemos, publicado na Revista Estudos Históricos, v. 10, nº 19, 1997, p. 67-81.

¹¹ Os grupos escolares constituíram um modelo de estabelecimento de ensino adotado no período da República por todo território brasileiro, caracterizado por um agrupamento de escolas. Os primeiros grupos escolares foram criados na cidade de São Paulo, em 1893. Os grupos escolares se expandiram rapidamente por todo país no início da República com novas metodologias de ensino. Portanto, os grupos escolares foram responsáveis por um novo modelo de organização escolar, a qual reunia as principais características da escola graduada, um modelo utilizado no final do século XIX em diversos países da Europa e nos Estados Unidos para possibilitar a implantação da educação popular. Nas duas primeiras décadas do regime republicano os grupos escolares foram regulamentados e instalados nos Estados de São Paulo (1894); do Rio de Janeiro (1897), Maranhão e Paraná (1903); de Minas Gerais (1906); da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e Santa Catarina (1908); do Mato Grosso (1910), de Sergipe (1911); da Paraíba (1916) e do Piauí (1922). Era uma modalidade escolar considerada á época como inovadora, com o ensino primário que se contrapunha aos métodos considerados defasados e ultrapassados, que eram aplicados pelas escolas de primeiras letras do período do Império. Segundo Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Governador Augusto Montenegro, Imprensa Oficial, de 1907, no Pará foram instalados na capital e no interior do estado: Muaná, Mosqueiro Santa Isabel, Abaeté, Vigia, Baião, Castanhal, Mocajuba, Pinheiro, Faro, Igarapé-Miri, Alenquer, Óbidos, Bragança, Curuçá, Soure, Cametá, Maracanã e Marapanim. Os grupos escolares foram sendo extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5.692.

Carvalho como um ramo da administração que deveria estar livre dos poderes do estado, permitindo que somente as doutrinas e os métodos, neste caso os do pensamento moderno, orientassem os processos educacionais no Pará (LOPES, 2018, p. 37).

Diante disso, na conjuntura paraense, os grupos escolares traduziam o pensamento de civilidade, patriotismo e modernidade que se esperava incutir na população brasileira no início da República. Logo, o papel da educação nessa direção seria formar as crianças dos grupos escolares para que colaborassem futuramente para que o estado do Pará vivesse numa atmosfera de civilidade e moral próprias do período da República (LOPES, 2018).

Para melhor encaminhar nosso estudo, realizamos pesquisas nos bancos de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Educação das Universidades públicas do Brasil, a fim de coletar produções a respeito de Instituições Educativas religiosas no período do Império e da República (1860-1970) a fim de levantar estudos que apresentam relação com o objeto de investigação desta dissertação de mestrado. A busca nos bancos de dados foi realizada a partir dos descritores: *Congregações, Instituições religiosas e História da Infância desvalida*, dos quais nos demonstraram um importante quantitativo de trabalhos e que estão dispostos no quadro abaixo:

Quadro 1- Síntese dos trabalhos levantados por região (2007-2017)

TRABALHOS LEVANTADOS POR REGIÃO		
REGIÃO	DISSERTAÇÕES	TESES
Norte	7	-
Nordeste	3	1
Centro-Oeste	1	-
Sudeste	2	3
Sul	-	1
Total	13	5

Fonte: Produção própria da autora com base em informações do site dos Programas de Pós-Graduação em Educação, 2017.

Entre os trabalhos levantados, que demonstraram relação com o nosso objeto, obtivemos um total de 18 trabalhos que, foram publicados entre os anos de 2007 a 2017,

período em que houve uma grande produção de teses e dissertações sobre Instituições Educativas dirigidas por Ordens e Congregações Religiosas. Entre tais trabalhos a sua maioria são 13 dissertações e 05 teses, sendo que a maior quantidade dessas produções está concentrada nas regiões Norte e Nordeste.

Nos Programas de Pós-Graduação em Educação da região Norte, especificamente no estado do Pará, encontrei 7 dissertações sendo 3 produções originadas do PPGED-UFPA e 4 do PPGED-UEPA. Na região Nordeste, nos estados do Maranhão, Ceará e Sergipe, identifiquei 03 dissertações e 01 tese onde, nos bancos dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão e da Universidade Federal de Sergipe foram identificadas 02 dissertações, e na Universidade Federal do Ceará identifiquei 01 tese e 01 dissertação.

Na região Centro-Oeste, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, encontrei 01 dissertação. Na região Sudeste, encontrei na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Federal de Uberlândia 02 teses e, no banco da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri 01 dissertação. Além destas produções ainda identifiquei 01 dissertação e 01 tese no banco do Programa de estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Por fim, na Região Sul, no banco de produções do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, encontrei 01 tese.

Neste processo de levantamento de produções para este estudo, identificamos 03 dissertações e 01 tese que se assemelham ao meu objeto de estudo e que se configuram como importantes fontes para a minha pesquisa. Com relação à congregação das Filhas de Sant'ana encontrei a Dissertação de Mestrado intitulada *“A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)”*, de Elianne Barreto Sabino, defendida em 2012, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA. A outra produção encontrada foi a dissertação de mestrado intitulada *“Educação de Meninas no Orphelinato Paraense (1893-1910)”*, de Adriene Suellen Ferreira Pimenta, defendida em 2013, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA.

Sobre a congregação das Irmãs de Santa Dorotéia identifiquei a dissertação intitulada *“A Educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém-Pa (1878-1888)”* de Benedito Costa, defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA.

O terceiro trabalho identificado, no levantamento, foi a tese de doutorado intitulada “*Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: Instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até o início do século XX*”, de Celita Maria Paes de Sousa, que investiga às instituições que atenderam e educaram crianças pobres e desvalidas no início do século XX no Pará. Entre as instituições estudadas pela referida autora estão o Instituto Gentil Bittencourt e o Colégio de Santo Antônio, estabelecimentos de ensino gerenciados pelas congregações das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Dorotéia, respectivamente.

É importante ressaltar que em razão da incipiência de estudos sobre a história das ações educativas das congregações religiosas, o presente estudo de dissertação de mestrado se torna inédito no campo da história da educação feminina no Pará. De acordo com o levantamento sobre produções acadêmicas que estão relacionadas ao objeto de dissertação, verificamos que há uma lacuna referente aos estudos sobre congregações religiosas no Pará. Parte dos estudos levantados, embora destaquem instituições educativas para meninas nos séculos XIX e XX e situem as congregações que os governaram, não há um aprofundamento sobre o papel, atuação e principalmente a história das congregações religiosas. Desse modo, nosso estudo dá destaque às duas principais congregações religiosas que atuaram de maneira significativa na formação de mulheres na capital do Pará: a Congregação das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Doroteia.

1.2. Problemática e Objetivos

A questão que norteia o presente estudo se constituiu da seguinte pergunta: De que maneira a educação de meninas desenvolvidas pelas congregações das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Doroteia atendiam aos anseios da sociedade paraense na contribuição da formação de mulheres para uma nova Pátria, com o advento da República? Dessa problemática maior, destacamos as seguintes questões: *Que princípios filosóficos e educativos as congregações tiveram na proposta de formação de mulheres para atender à sociedade paraense com o advento da República? De que maneira as congregações religiosas implementaram suas ações educativas e sua relação com o projeto de civilidade oriundo da República?*

Diante destas questões, temos como objetivo: (1) analisar de que forma a educação desenvolvida pelas Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Doroteia atendiam os interesses

da sociedade paraense e sua colaboração na formação de mulheres para a nova Pátria com o advento da República; (2) analisar os princípios filosóficos e educativos das congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Dorotéia na formação de mulheres para a sociedade paraense; (3) identificar que papel educativo as congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Dorotéia tiveram para as aspirações republicanas que se instauraram no Pará; (4) apontar as contribuições educativas das congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia para a educação no Pará, sobretudo, suas ações na formação da mulher.

1.3. Procedimento Metodológico

Esta pesquisa se configura como documental e a coleta de fontes foi realizada entre os meses de setembro de 2018 a janeiro de 2019 nas bibliotecas dos Colégios Gentil Bittencourt e Santo Antônio¹², Arquivo Público do Pará¹³, Arquivo Histórico da Cúria metropolitana de Belém¹⁴, Residência das Irmãs Doroteias¹⁵ onde foram encontrados jornais, fotografias, entre outros tipos de documentos que me forneceram informações a respeito da história das duas congregações. Assim, os documentos proporcionam grandes contribuições, conforme afirmam Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 2):

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o

¹²As bibliotecas dos Colégios Gentil Bittencourt e Santo Antônio guardam valioso arquivo de fontes documental que abrangem a história das instituições, progressos educativos, direção de congregações religiosas e principalmente o papel das religiosas dessas duas congregações na busca de formar meninas para a elite local.

¹³O Arquivo Público do Pará é considerado uma das mais antigas instituições do Estado completa 118 anos no dia 16 de abril. O Arquivo Público do Estado do Pará (Apep) é a organização que mantém viva e acessível aos paraenses diversos arquivos, documentos e registros históricos que ajudam a contar a história da do Pará e da região amazônica. O Arquivo Público é sem dúvida o lugar mais procurado pelos pesquisadores do meio acadêmico. Há aproximadamente 4 milhões de documentos que guardam a história do Pará os períodos colonial, imperial e republicano. Em razão desse enorme acervo documental há uma procura de fontes documentais que contribui para desvendar várias questões como, por exemplo, entender como se deu a ocupação da Amazônia pelos portugueses, as múltiplas vivências com os grupos indígenas, a introdução e o trabalho de etnias africanas na região, os conflitos e revoltas, as muitas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas nos últimos quatro séculos. Enfim, o Arquivo Público do Pará guarda a memória do Estado.

¹⁴Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Belém é órgão administrativo da Arquidiocese de Belém, também é responsável pelo âmbito jurídico e pastoral, auxiliando o Arcebispo, Dom Alberto Taveira Corrêa e os Bispos Auxiliares, Dom Irineu Roman e Dom Antônio de Assis a realização da missão da igreja. Na Cúria funciona a Mitra Arquidiocesana, Secretaria Geral do Arcebispado, Vicariato Geral, Economato, Tesouraria, Chancelaria, Departamento Patrimônio, Coordenação Arquidiocesana de Pastoral, Tribunal Eclesiástico, Setor de Documentos e Arquivo e o Setor de Comunicação. A Cúria também administra o Seminário Arquidiocesano Pio X, Centro de Cultura e Formação Cristã (CCFC) e a Faculdade Católica de Belém (<https://arquiocesedebelem.com.br/?s=biblioteca>) acesso em 14 de janeiro de 2020.

¹⁵Na Residência das Irmãs Doroteias encontramos um vasto acervo documental sobre as missionárias e suas ações no Estado do Pará.

seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

A pesquisa documental é um método de grande relevância para os estudos em História da Educação, pois de acordo com Prado (2010), o pesquisador da área está sempre reinterpretando os fatos apontados pelos documentos, isto é, uma releitura do passado e para esse processo é fundamental elaborar hipóteses que irão problematizar o processo de análise documental que pode se tornar um exercício de descobertas constantes.

Este ponto é corroborado pelo autor quando destaca que a pesquisa documental no campo da História da Educação vai além da aparência do episódio e do seu tema, além disso, é necessário: “[...] investigar outras áreas e disciplinas que envolvam o objeto estudado, pesquisar-se a sociedade como um todo no período analisado e nunca entender um acontecimento como isolado” (PRADO, 2010, p. 125).

Nessa direção, as fontes a serem estudadas são importantes para conhecermos e refletirmos como se deu o processo de instauração das supracitadas congregações, bem como também a concepção deste grupo religioso. Além disso, são importantes em razão das contribuições destas religiosas na política educativa paraense oferecendo instrução e proteção às crianças órfãs e pobres.

A análise dessas documentações me conduziu ao que Certeau (1982) define de “fazer história”, haja vista que este aponta que o estudo histórico se configura em uma prática que está intimamente relacionada à estrutura social, seja no âmbito geral como também em questões particulares. Essa organização da prática histórica acaba por permitir a criação de vários estágios de investigação que vão desde: “[...] a reunião de documentos à redação do livro” (CERTEAU, 1982, p.67).

Este conjunto de documentos me despertou para o fato de que toda pesquisa histórica está condicionada ao tempo e o lugar, ou seja, como balizadores da construção da história de uma dada sociedade ou grupo- tempo e lugar- devem estar articulados, sobretudo no que concerne ao lugar ocupado pelos fatores, políticos, econômicos e culturais daquele contexto. A relação da história com o tempo e lugar é evidenciada por Certeau (1982, p.71) quando destaca que:

Se é verdade que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, isto ocorre inicialmente, por causa de suas técnicas de produção. Falando em geral, cada sociedade se pensa “historicamente” com os

instrumentos que lhe são próprios. Mas o termo instrumento é equívoco. Não se trata apenas de meios [...] a história é mediatizada pela técnica.

Sobre o estabelecimento das fontes da pesquisa historiográfica, este mesmo autor destaca que de modo inicial este processo se trata de uma distribuição cultural. Tal ação consiste no simples ato de produzir documentos partindo da separação, reunião e transformação de objetos de outras naturezas que tem seu lugar modificado, por isso: “o material é criado por ações combinadas, que recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente” (CERTEAU, IDEM, p. 74).

Ainda dentro do debate sobre a determinação das fontes históricas, Certeau (idem) nos alerta que não existirá pesquisa se o estudo se restringir a mera descrição do ontem, isto é, não se propor a transformar os recursos a serem utilizados, o trabalho só irá adquirir o caráter científico no momento em que se permitir a transformação das fontes. Assim, nesta lógica o estabelecimento das fontes origina o ordenamento epistemológico do processo de pesquisa.

Nesta discussão a respeito das fontes de pesquisa, vale lembrar também que os caminhos para se trabalhar os objetos na perspectiva histórica sofreram modificações influenciadas pela Escola dos Annales¹⁶, tendo Marc Bloch como um dos seus fundadores. Estas correntes apresentaram novas abordagens para o estudo da história como a história da vida privada, da vida religiosa, doméstica entre outros âmbitos que inspiraram os historiadores a considerar como fonte de investigação outros materiais além dos documentos escritos que para a corrente positivista eram compreendidos como indispensáveis à construção da história (BUFFA, 2001).

Ester Buffa aponta que estas novas abordagens propiciaram o que ela entende por dilatação do conceito de fonte de pesquisa, haja vista que, a riqueza de informações não

¹⁶A Escola dos Annales, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, foi um movimento historiográfico do século XX que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. Esse movimento defendia que era necessário a ir além da visão positivista da história como crônica de acontecimentos (*histoire événementielle*), substituindo o tempo breve da história dos acontecimentos pelos processos de longa duração. Tal objetivo proporcionava tornar inteligíveis a civilização e as mentalidades. Marc Bloch foi morto pela Gestapo durante a ocupação alemã da França, na Segunda Guerra Mundial. Já Lucien Febvre seguiu com a abordagem dos Annales nas décadas de 1940 e 1950 e influenciou muitos pesquisadores da história que saíram da perspectiva positivista da história. . Nesse período, orientou Fernand Braudel, que se tornou um dos mais conhecidos expoentes dessa escola. Indiscutivelmente, a escola dos Annales renovou e ampliou o quadro das pesquisas históricas ao abrir o campo da História para o estudo de atividades humanas até então pouco investigadas, como Sociologia, Psicologia, Geografia, História etc.

está contida apenas nos documentos oficiais, mas sim em outras fontes que antes da Escola dos Annales nem eram consideradas como tais. Tal realidade se evidencia, sobretudo, na História da Educação quando se nota que “[...] as memórias, as histórias de vida (escritas ou orais), livros e cadernos dos alunos, discursos em solenidades, atas, jornais de época, almanaques, livros de ouro, relatórios, fotografias, etc. são fontes importantíssimas” (BUFFA, 2001, p.82).

O alargamento do conceito de fonte histórica também é tratado por Marc Bloch quando destaca que o problema histórico não está ligado apenas a um tipo de fonte de pesquisa, e como exemplo aponta que para pesquisar no campo da religião o historiador não precisa se deter unicamente aos documentos escritos, mas também arrolar no seu conjunto de fontes as obras sacras, as pinturas presentes nas paredes das igrejas e outros artefatos semelhantes que são capazes de contar a história tanto quanto os documentos oficiais (BLOCH, 2001).

Portanto, a respeito da análise das fontes documentais, outra questão a ser mencionada é o cuidado que se precisa ter em relação ao tempo porque, mesmo que estejamos envoltos com fontes do passado é preciso orientar nossas leituras para o presente. E a possibilidade de ocorrência de leituras no passado ou presente se dá em virtude do conjunto de questões prescritas por tal situação (CERTEAU, 1982).

Logo a pesquisa documental se mostra como uma importante ferramenta para o que Certeau denomina de “fazer história”, um processo que nos exige um tempo considerável entre a interpretação e a busca das fontes que em determinados casos podem ser encontradas em diferentes lugares como ocorreu no caso desta pesquisa que teve seu *corpus* construído a partir de fontes documentais presentes nas instituições educativas dirigidas pelas referidas congregações e demais espaços, conforme apontamos no item seguinte.

1.4. Construção do “*Corpus*” da Pesquisa

A busca de fontes para este estudo foi iniciada em setembro de 2018 onde realizamos levantamentos de materiais no Arquivo Público do Pará, no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Vianna, arquivo Histórico da Arquidiocese de Belém, sessão de obras raras da biblioteca Rosa Gattorno do Colégio Gentil Bittencourt, biblioteca particular da residência das Irmãs Doroteias em Belém, assim como na biblioteca do Colégio Santo Antônio.

A respeito da Congregação das Filhas de Sant'ana as primeiras fontes encontradas foram no Colégio Gentil Bittencourt onde fui recebida pela Irmã Socorro e pela Coordenadora geral de Ensino, profa. Máisa Lopes, a qual me conduziu a sessão de obras raras da biblioteca Rosa Gattorno, e ao chegar lá fui recebida pela bibliotecária Glayce Oliveira, que me apresentou os manuais da Congregação das Filhas de Sant'ana, documentos estes que contém os princípios religiosos e a filosofia educativa destas religiosas. Ela me mostrou, também, os documentos de Base das constituições que fundamenta a construção das constituições e regras da Congregação das Filhas de Sant'ana. Além disso, os modelos ideias de obras e serviços, plano pedagógico pastoral dos anos de 2013 e 2017 que, embora estejam situados fora do período histórico analisado, trazem em sua essência os princípios educativos desta congregação.

Além das referidas obras, também tive acesso a outras obras como as revistas comemorativas de Jubileu e Bodas de Ouro e a biografia da fundadora Madre Rosa Gattorno. As referidas obras são úteis para reconstituir a história da congregação nos lugares de origens e também a chegada delas no contexto da Amazônia Paraense. Outras categorias de fonte localizada no âmbito da biblioteca Rosa Gattorno foram o Relatório sobre a obra da congregação no Pará desde a sua chegada à capital até o primeiro centenário da presença das religiosas em terras brasileiras. Há ainda o decreto nº 1.405/1905 que trata sobre a reforma do Instituto Gentil Bittencourt¹⁷ dirigido pelas irmãs Filhas de Sant'ana que foram fundamentais para a história educacional do Pará. Também pude verificar na sessão de obras raras do referido colégio, o acervo de fotos que registraram as aulas, práticas educativas das alunas e os espaços de formação das meninas desvalidas.

Concomitantemente a busca no supracitado Colégio, também me dirigi ao Arquivo Público do Estado do Pará com o intuito de localizar mais fontes que fizessem menção ao trabalho das religiosas de Sant'ana. As primeiras pesquisas não foram muito

¹⁷ O Colégio Gentil Bittencourt tem uma história de mais de 200 anos de existência. Inicialmente foi criado no início do século XIX para instituir, abrigar e educar meninas desvalidas em Belém do Pará. A instituição denominada inicialmente de Casa da Caridade teve o objetivo de educação de meninas órfãs e desvalidas. Tal iniciativa foi do D. Frei Caetano Brandão, 6º Bispo do Pará. Este piedoso sacerdote, nascido em Portugal, idealizava um seminário para meninas órfãs e pobres, cujo funcionamento dependia de contribuições dos cristãos para manter o caridoso projeto. Entretanto, isto não era suficiente para cobrir as despesas da instituição que passava por um problema financeiro sério. Como não houve ajuda, a instituição entrou em uma crise o que contribuiu para extinção do estabelecimento. Por volta do início do século XIX é criado o Colégio Nossa Senhora do Amparo na educação de meninas desvalidas e órfãs na região. Nos finais do século XX. No ano de 1897, o governador Dr. Paes de Carvalho decretou a mudança na denominação de Colégio de Nossa Senhora do Amparo para Instituto Gentil Bittencourt, em homenagem aos serviços prestados pelo Dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt.

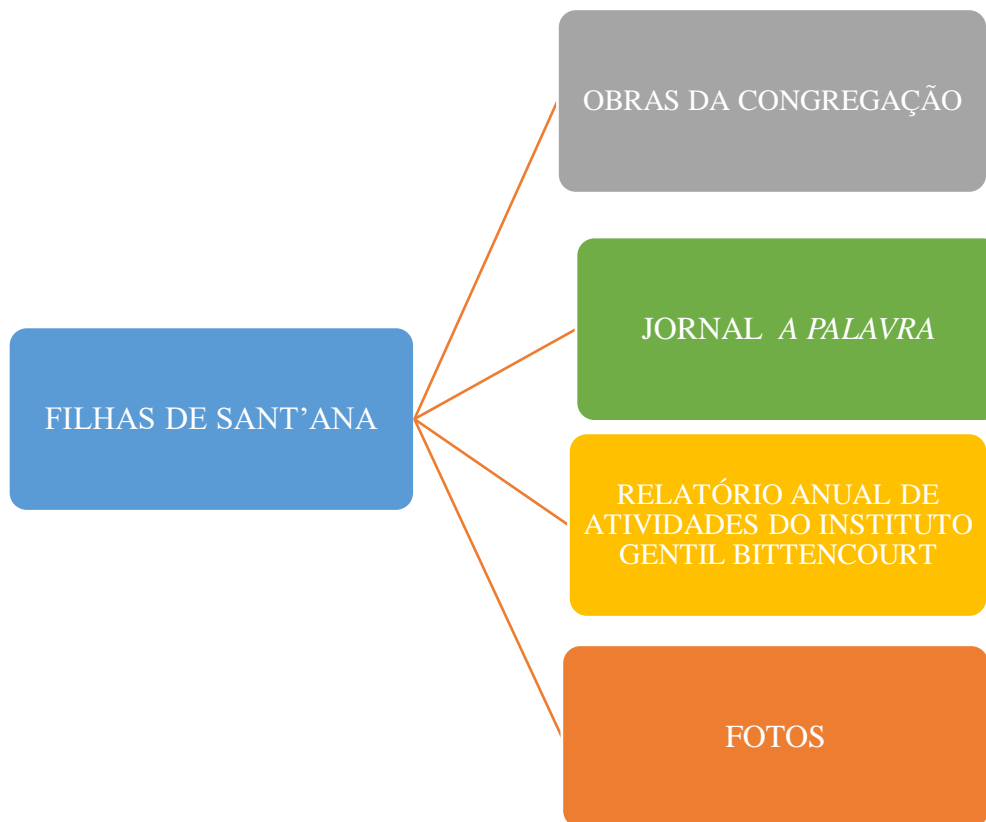
exitosas, mas persistindo na busca encontrei no chamado fundo da secretaria da Província, (onde estão organizados os documentos de diversos assuntos ocorridos no período da Província do Pará), o ofício de outubro de 1884 destinado ao provedor do Hospital Bom Jesus dos Pobres¹⁸ comunicando-o da chegada das Irmãs da congregação das Filhas de Sant'ana ao Pará. Além deste documento, identifiquei no fundo da secretaria de governo um ofício da superiora do Instituto Gentil Bittencourt dando ciência ao diretor de Instrução Pública do estado de seu retorno a direção daquele estabelecimento, também um relatório de movimentação anual redigido pela superiora do mesmo Instituto, ambos datados do ano de 1930. E em uma última pesquisa ao acervo do Arquivo Público encontrei o relatório de atividades do Instituto Gentil Bittencourt do ano de 1909.

Encerrei a busca pelas demais fontes no arquivo histórico da Arquidiocese de Belém, na Cúria Metropolitana de Belém, o qual dispõe de um rico acervo de jornais que circulavam desde o século XIX, naquele arquivo encontrei o jornal *A Palavra* (1916-1930). Era um jornal católico que além das notícias da igreja no Pará também veiculava amplamente informações sobre as atividades praticadas no Instituto Gentil e demais instituições que estavam sobre os cuidados da referida congregação.

Sendo assim, ordenei o *corpus* da pesquisa por grandes categorias sobre as Filhas de Sant'ana no organograma a seguir a fim de ilustrar mais didaticamente o material a ser analisado neste estudo.

¹⁸ Hospital Bom Jesus dos Pobres, criado pelo Frei Caetano Brandão, 6º Bispo do Pará, inaugurado em julho de 1787, pelo referido Bispo, no antigo Largo da Sé. Isso aconteceu aos dias 18 de abril de 1807. Mantido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Pará, fundada em fevereiro de 1650. A irmandade teve como grande benemérito o D. Frei Cantão. O Hospital "Senhor Bom Jesus dos Pobres", é considerado o 1º nosocômio de alvenaria do Pará, e atendeu principalmente a população carente da capital e do interior durante as epidemias de cholera-morbus, varíola e febre-amarela, durante o século XIX. Ao final do século XIX, o Hospital da Caridade, como era popularmente conhecido o Bom Jesus dos Pobres, não mais atendia às necessidades de assistência da cidade. Sua função havia se esgotado, em razão das inúmeras epidemias que assolaram a cidade de Belém o referido hospital se mostrou insuficiente em atendimento. Sugiro a leitura do livro "A Santa Casa da Misericórdia Paraense: notícia de 1650-1902", de Arthur Vianna, publicado sua 2ª edição pela Secretaria do Estado da Cultura, 1992.

Figura 1-Quadro-síntese do “corpus” da pesquisa por Congregação



Fonte: Elaboração própria da autora, 2019.

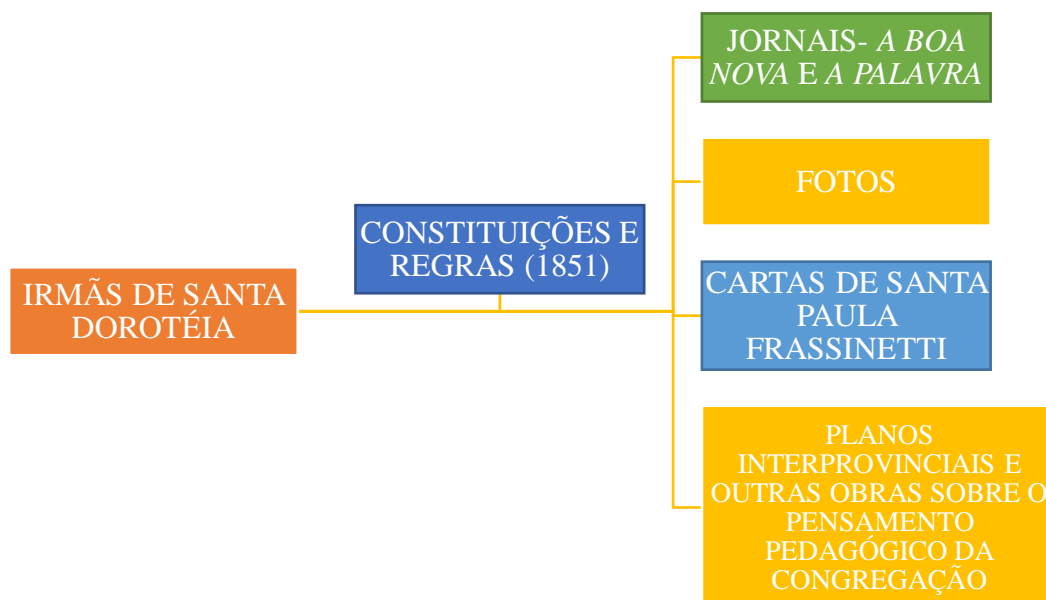
A respeito da congregação das Irmãs de Santa Doroteia minha busca de fontes foi direcionada a residência das Irmãs Doroteia localizada na Rua Gaspar Vianna, em Belém-Pa. Naquele local fui recepcionada pela irmã Maria Câmara, superiora da congregação aqui no Pará que, me apresentou as Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia, redigido em 1851, pela mãe fundadora da congregação, Santa Paula Frassinetti; além desta também tive acesso à nova versão das Constituições datadas de 1987, publicada após a revisão da Santa Sé.

Ainda na biblioteca da casa das Irmãs Doroteias encontrei os epistolários da fundadora contendo cartas entre os anos de 1877 a 1881, endereçadas ao bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa e a primeira superiora da casa no Pará, irmã Josefina Pingianni. Identifiquei neste mesmo local as memórias do Instituto religioso de Santa Dorotéia, que se trata de um diário relatando o que ocorria no cotidiano desta congregação, especialmente o capítulo XX que discorre sobre o início da missão no Pará.

Assim, continuei o processo de levantamento das fontes no Colégio Santo Antônio, onde fui recebida pela diretora Marília Lopes que me forneceu diversos exemplares do plano interprovincial de educação, o qual direciona a prática educativa nos estabelecimentos regidos por esta congregação que se propõe a educar pela via do coração e do amor. Além disto, também me apresentou um álbum de fotos que registraram as atividades das alunas, mas, sem apresentar registro exato da data. Prossegui na busca de fontes na biblioteca do referido Colégio onde encontrei o material: *Raízes da nossa missão educativa: Questões e Interpelações*, documento que trata das origens do pensamento de Santa Paula a respeito da educação.

Concluí a procura das fontes no Arquivo histórico da Arquidiocese de Belém quando identifiquei notícias nos jornais *A Boa Nova* (1877-1882) e *A Palavra* (1916-1930), os quais divulgavam periodicamente informações sobre o ensino no Colégio de Santo Antônio assim como também anunciava as atividades das alunas e solenidades ocorridas no estabelecimento naquele tempo. Nessa direção, da mesma maneira como foi ilustrado anteriormente, também ordenei no organograma abaixo por grandes categorias, os materiais a serem analisados a respeito das religiosas Doroteias.

Figura 2- Quadro-síntese do “corpus” da pesquisa por Congregação



Fonte: Elaboração própria da autora, 2019.

Além das fontes relacionadas às congregações religiosas, também encontramos outras fontes que acreditamos serem pertinentes e que serão importantes para construir a discussão a respeito do papel destas religiosas na educação de meninas na capital paraense, no período investigado. Entre estas outras fontes encontramos as mensagens dos governadores do Estado do Pará à assembleia legislativa entre os anos de 1906 a 1927, em que era relatada a situação anual do estado nos diversos setores da sociedade entre os quais, a educação que tinha o seu cenário detalhado pelo governador e estas informações são oportunas para conhecer melhor o contexto educativo da época em que as religiosas atuaram no campo da educação.

A busca por essas mensagens dos governadores foi realizada no site: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172/items?terms=&page=1> da biblioteca digital da *Center of Research Libraries- GLOBAL RESOURCES NETWORK*. No banco de dados desta biblioteca além das mensagens supramencionadas também é possível encontrar relatórios dos presidentes de província do Pará.

Outras fontes elencadas para esta pesquisa foram as produções científicas encontradas durante o levantamento de trabalhos para a construção do estado do conhecimento deste estudo e conforme já foi assinalado anteriormente, a busca por estes trabalhos foi realizada nos bancos de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Educação nos quais estes foram defendidos. Dessa forma, selecionei 03 dissertações e 01 tese que me forneceu informações sobre o cotidiano das instituições educativas conduzidas pelas referentes congregações e que, conseqüentemente, contribuem para a esta pesquisa sobre a educação das meninas sob a jurisdição destas religiosas.

Podemos considerar as dissertações e teses igualmente como fontes documentais em razão de que estas também se tornam fontes de determinado conteúdo a ser investigado, e da mesma maneira se configuram como um conjunto teórico ou de dados que de certa maneira já foram explorados por outros pesquisadores logo, isso permite que novos pesquisadores iniciem o trabalho: “[...] a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (SEVERINO, 2007, p. 122).

Diante disso, para compor o hall de fontes desta pesquisa, a primeira dissertação escolhida foi “*A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)*” produzida por Elianne Barreto Sabino, defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA. Esta produção discute sobre as práticas do Colégio de Nossa Senhora do Amparo

que assistia e educava meninas pobres da cidade de Belém entre o primeiro do período imperial até o início da República. As meninas atendidas por esta instituição eram educadas para serem mulheres dedicadas ao lar e a família, assim como era responsável por cultivar os valores cristãos e morais nos filhos. E todo este processo educativo teve a participação das irmãs Filhas de Sant’ana.

A segunda dissertação selecionada para o estudo foi “*Educação de Meninas no Orphanato Paraense (1893-1910)*”, produzida por Adriene Pimenta, defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA, a qual discorreu sobre o cotidiano educativo desta instituição que atendia meninas desamparadas desde o fim do século XIX. Dirigido pela congregação das Filhas de Sant’ana, este estabelecimento de ensino tinha como proposta educar as meninas dentro das atribuições do gênero e, além disso, promover uma formação mais sofisticada a fim de que as educandas além de aprendidas apresentassem instrução mais ilustrada.

A terceira dissertação arrolada no conjunto das fontes é “*A Educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém-Pa (1878-1888)*”, produzida por Benedito Costa, foi defendida em 2014, no Programa de Pós-Graduação da UEPA. Este trabalho se ocupa em discorrer a respeito do processo educativo das meninas desvalidas e pensionistas entre os muros do Asilo de Santo Antônio. Sabe-se que a formação das educandas seguia a lógica de educação feminina voltada para administrar o lar, ser o esteio da família e do marido, e toda essa lógica formativa era liderada pelas religiosas de Santa Dorotéia.

A última produção deste conjunto se trata da tese “*Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: Instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até o início do século XX*”, defendida por Celita Paes, em 2010, no Programa de estudos Pós-Graduados em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nesta tese são abordadas as principais instituições educativas que se voltaram para o atendimento e educação de meninos e meninas desamparados da sorte e, entre as práticas das instituições são apresentadas as atividades do Instituto Gentil e Colégio de Santo Antônio de modo que se evidencia a participação das religiosas de Sant’ana e Santa Dorotéia no desenvolvimento da rotina destas instituições.

Nesse panorama, igualmente como demonstrei nas fontes sobre as congregações, organizei o *corpus* da pesquisa a respeito do contexto histórico-educacional do Pará no organograma a seguir para esclarecer os materiais a serem analisados neste estudo.

Assim, diante do considerável volume e diversidade de fontes documentais, obtivemos dados para construir o estudo a respeito das práticas educativas das congregações Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Dorotéia no início do século XX. Vale lembrar ainda que parte das fontes embora seja datada em períodos que não contemplem os anos determinados para esta pesquisa, são relevantes e necessárias para a tessitura da temática proposta, em virtude de apresentarem em seu conteúdo elementos históricos sobre as congregações investigadas. Portanto, em vista de observar as contribuições das práticas educativas dessas religiosas, analisaremos as fontes com base na perspectiva da História Comparada, conforme Figura 3.

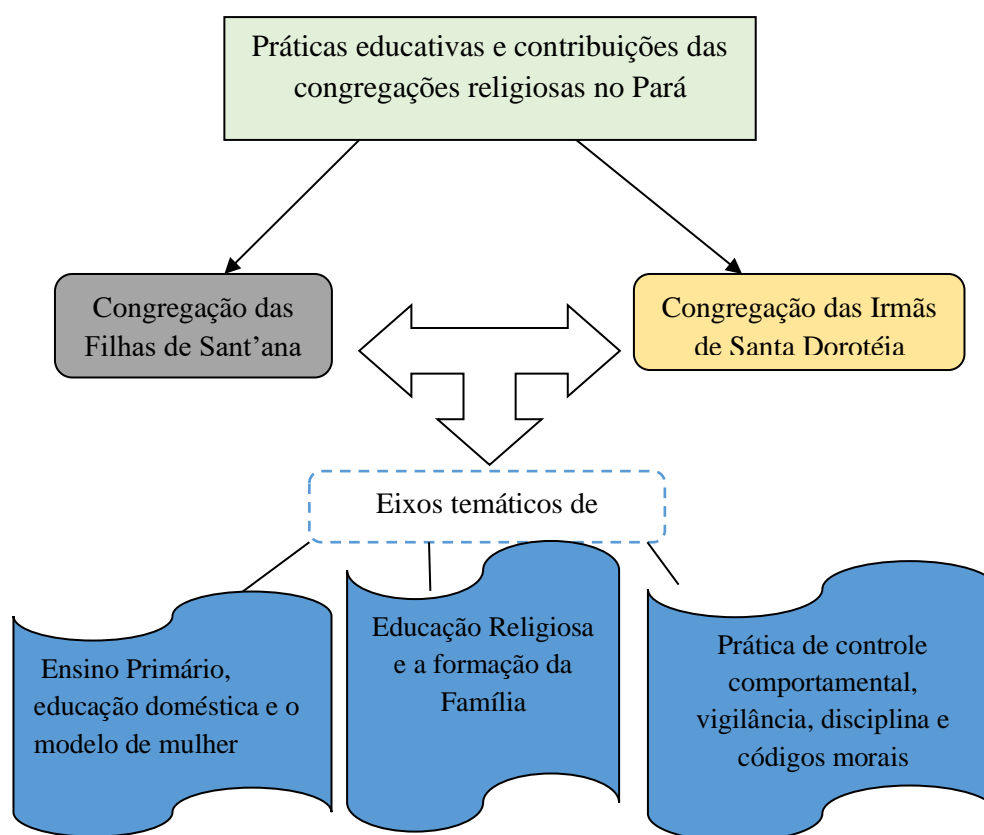
Figura 3- Quadro síntese do “corpus” da pesquisa por outros tipos de fontes



Fonte: Elaboração própria da autora, 2019.

Dessa maneira, procuramos destacar as práticas exercidas pelas religiosas de Sant’Ana e de Santa Dorotéia a partir de algumas categorias analíticas selecionadas a partir das informações proporcionadas pelas fontes. E que estão organizadas no organograma a seguir, conforme figura 4:

Figura 4- Quadro síntese de categorias de análise da pesquisa



Fonte: Elaboração própria da autora, 2019.

Para análise das fontes será abordado em três categorias:

(1) *O ensino primário, educação doméstica e o modelo de mulher*

Nesta categoria será analisado os saberes ensinados às meninas educadas pelas religiosas das congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Dorotéia. Saberes estes relacionados ao currículo oficial da época.

(2) *Educação religiosa na formação da família*

A categoria que discute sobre a importância da religião na educação das meninas pobres e pensionistas dos estabelecimentos de ensino. A educação oferecida às meninas atendidas nas instituições educativas sob a gestão destas religiosas que procuravam formar as meninas nas habilidades inerentes ao seu sexo para que futuramente se

tornassem mulheres dedicadas ao lar, cuidasse dos filhos, e que, posteriormente pudessem se inserir no mercado de trabalho, especificamente no exercício do magistério.

(3) *Práticas de controle comportamental, vigilância, disciplina e códigos morais*

A categoria aborda discussão sobre práticas de disciplinamento, o ensino de códigos morais que resultavam em indivíduos bem-educados e promotores dos valores morais as quais, por exemplo, eram exercidas nas instituições em que as religiosas investigadas atuaram.

1.5. Análise do “*corpus*”

Por ser um estudo que pretende destacar os modos de educar das congregações das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Dorotéia desenvolvidos nas Instituições dirigidas por estes grupos no período da República, elegemos um diálogo da História Comparada na perspectiva de Marc Bloch como caminho para entender a colaboração das práticas educativas das religiosas destas congregações junto as meninas paraenses.

A História Comparada se apresenta como uma nova possibilidade de estudo historiográfico, juntamente ao conjunto de novas abordagens originadas do movimento da Escola dos Anales, que vinha superar as antigas formas de fazer história existente no século XIX que se ocupavam unicamente em ilustrar a história nacional, política e contar os grandes fatos.

Nessa direção, a História Comparada se caracteriza como uma metodologia complexa em razão de que se trata de observar a história de forma particular nos seus múltiplos focos e, portanto, compará-los. Vale ressaltar que comparar já se configura como uma ação natural humana, mas, como ferramenta analítica a comparação intenciona “iluminar” um objeto a partir de outro e, o diferencial da comparação no uso da história está em fazer analogias, constatar semelhanças e diferenças entre realidades distintas pelo tempo, pelo gênero, etc, com o objetivo de identificar as mudanças em uma mesma situação ou não.

[...] Será por fim possível, se o que se observa são dois objetos ou realidades dinâmicas em transformação, verificar como os elementos identificados através da comparação vão variando em alguma direção mais específica – de modo que se possa identificar um certo padrão de transformações no decurso de um tempo – e, mais ainda, se temos duas realidades contíguas, como uma influência a outra, e como as duas a partir da relação recíproca terminam por se transformar mutuamente (BARROS, 2007, p. 10-11).

Ainda de acordo com Barros (2007), a História Comparada se apresenta como um campo intradisciplinar do chamado comparativismo histórico de maneira mais geral, porém alerta que a história comparada não pode ser compreendida apenas como uma metodologia que usa o comparativismo para a análise de fontes históricas, mas sim um modelo historiográfico que institui o que deve ser trabalhado ou mesmo observado de forma precisa.

O principal colaborador da História Comparada foi o historiador francês Marc Bloch que contribuiu para o campo no que se refere ao trabalho da “história comparada problema” e a ele também se atribuiu sistematização do método comparativo no fazer histórico. Segundo Bloch (1998), a possibilidade de novos caminhos de estudo ou até mesmo complementar as possíveis falhas presentes nas fontes por meio das analogias, são consideradas importantes colaborações do método comparativo para a pesquisa histórica. Nessa direção, para o teórico, a comparação na perspectiva histórica é compreendida pelo ato de:

[...] escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras. São, portanto, necessárias duas condições para que haja, historicamente falando, comparação: uma certa semelhança entre os fatos observados - o que é evidente - e uma certa dessemelhança entre os meios onde tiveram lugar (BLOCH, 1998, p. 120-121).

Ele ainda destaca que o processo comparativo é um fator comum deste método. Contudo, sua aplicação está sujeita ao campo de estudo no qual é utilizado e pode sofrer dupla variação em virtude dos fundamentos e resultados. Assim, este teórico estabeleceu princípios indispensáveis aos historiadores que adotam o método comparativo na história, como a correspondência e a divergências nos fatos ou ambientes que apresentam semelhanças (BARROS, 2007).

Dessa maneira existem dois caminhos assinalados por Bloch para o uso da História Comparada, o primeiro diz respeito a comparação de sociedades que se diferem pelo tempo e pelo espaço e o segundo caminho se refere à análise das sociedades que demonstram certa proximidade nestes quesitos (BLOCH, 1998).

Assim, esta pesquisa se encaixa ao segundo caminho indicado por Marc Bloch, pois as congregações das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Dorotéia apresentam confinidade de espaço e tempo no que diz respeito às suas práticas educativas. E, além

disso, podem influenciar uma a outra, porque de acordo com Barros (2007), a comparação histórica de objetos semelhantes também implica na influência de um sobre o outro.

Comparar sociedades ou grupos contíguos se mostra mais vantajoso no sentido de que tal proximidade permite ao pesquisador (historiador) detectar as influências mútuas entre estas, assim como também é interessante frisar que comparar sob esta lógica exige que o historiador encontre não somente os pontos comuns, mas também as distinções (BARROS, 2007).

Outro ponto a ser destacado sobre a História Comparada está relacionado a questão de que os objetos ou realidades a serem comparadas de alguma maneira se constituem em: “[...] construções do próprio historiador ou do cientista social- não necessariamente conjuntos já dados ou passíveis de serem admitidos previamente” (BARROS, 2007, p. 13). Portanto, ao estabelecer analogias sobre as práticas educativas das religiosas das congregações em destaque estamos buscando mais do que apenas identificar fatores comuns nestas ações, haja vista que a História comparada investiga:

[...] Como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças (BARROS, 2007, p. 17).

Nesse panorama também é importante destacar a questão da História das Instituições educativas por terem sido campo de atuação das congregações religiosas as quais, são as principais representantes da História das Instituições religiosas em âmbito nacional e regional.

O estudo sobre instituições tem se tornado significativo especialmente em razão da pesquisa realizada em instituições mais antigas que têm seu trabalho valorizado historicamente. Um exemplo perfeito dessas características são justamente as instituições religiosas materializadas pelas suas escolas confessionais; por isso, discutir sobre instituições escolares no cerne das instituições é necessário, pois:

[...] a instituição escolar exerce apenas uma parcela das práticas educativas que cada sociedade desenvolve. E, só se justifica o estudo histórico do objeto singular, no caso, a história das instituições escolares, se tais esforços trouxerem mais luzes para compreendermos o fenômeno educativo geral de uma sociedade historicamente determinada (SANFELICE, 2008, p. 16).

Assim de acordo com Nosella e Buffa (2006), estudar as instituições tem se mostrado ultimamente como um objeto de pesquisa bastante relevante para a Educação, sobretudo no campo da História da Educação, em razão de que os estudos neste campo privilegiam a análise de diversas categorias que estão contidas no estudo das instituições, entre as quais se tem o currículo, disciplinas, festas, normas, entre outros.

Nesse sentido, outro ponto interessante no âmbito das investigações sobre instituições se refere às fontes que se configuram como um fator de relevância, pois, conforme assinalam Nosella e Buffa (2013), as fontes de pesquisa nesta área estão interligadas as teorias da História. E isto pressupõe adotar determinado tipo de fonte a partir da teoria de análise, logo: “[...] a própria leitura das fontes não é fácil e depende da ótica teórica e ética e da política do pesquisador” (NOSELLA e BUFFA, 2013, p. 60).

Diante disso, por certo período as fontes de pesquisa sobre instituições foram analisadas sob a égide do positivismo que no campo da história construía conhecimento de maneira invariável, isto é, buscava elaborar um contexto uniforme que não era formado pelo juízo de valor do pesquisador. No entanto, os autores supracitados apontam que os objetos assim como as fontes sofreram mudanças por conta das novas abordagens surgidas para as investigações.

Essas mudanças foram ocasionadas pela Escola dos Annales que em suas novas abordagens permitiram outras formas de trabalhar os objetos de pesquisa, modificando também o método de trabalho do historiador. Estas novas abordagens proporcionaram outros conceitos de fontes para a história da Educação que a partir de então adota como fonte de pesquisa as memórias, discursos, jornais entre outros tipos de documentos (NOSELLA e BUFFA, 2013).

Portanto, estas novas formas conduzem o pesquisador em História da Educação a estudar o que Nosella e Buffa pontuam como particular, pontual e etc, mas no que concerne ao estudo da História das Instituições estes autores afirmam ser preciso promover uma articulação do particular com o geral, e esta associação é percebida nas pesquisas mais recentes quando se promove a articulação do particular, do contexto de uma determinada instituição a uma conjuntura social mais ampla.

1.6. Estruturação do texto

O texto está organizado em quatro seções. Na primeira seção “Introdução” destaco as motivações iniciais para o estudo, a construção da problemática e objetivos, além o

percurso metodológico que contribuiu para a construção do “corpus” da pesquisa. Destaco, ainda, os procedimentos de análise dos dados para construção das seções III e IV.

Na segunda seção “Origens e influências das congregações religiosas para formação de meninas no Brasil e no Pará no início da República” apresento o percurso histórico desta instituição na formação da sociedade, destacando sua participação nesta tarefa desde o período colonial e sua permanência no período da República. Outro ponto ainda destacado nesta seção é o movimento imigratório das congregações religiosas para o território brasileiro entre os séculos XIX e XX; por fim localizaremos neste debate sobre congregações os dois grupos religiosos que são objetos desta investigação: as congregações das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Doroteia, e neste mesmo ensejo serão apresentadas as origens e o pensamento pedagógico de ambas as congregações.

Nesta terceira seção “Cenário Sócio-Político e Econômico no Pará Republicano e o projeto educacional das Congregações das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Doroteia no Pará (1906-1927)” apresento a conjuntura social e política do Pará com a comercialização da borracha que atraía uma elite local desejosa na formação de mulheres que atendesse às exigências do ideário da República e o papel da mulher na sociedade paraense. Destaco ainda as contribuições da Igreja católica materializadas pelas congregações religiosas para a História da Educação no Brasil no início do século XX, sobretudo no lapso temporal estabelecido para esta investigação, tendo em vista que a Igreja foi um segmento fundamental na formação da sociedade Brasileira. Além disso, analiso o movimento imigratório destas congregações para o Brasil que se intensificou nos séculos XIX e XX para atender determinadas demandas da sociedade, entre as quais a maioria se voltava à educação. Nesse contexto, também apresento as motivações educativas no cotidiano das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Doroteia que iniciaram suas missões educativas no Pará ainda no século XIX não foram voltadas diretamente a formação feminina.

Na terceira seção inicialmente traço uma discussão a respeito do contexto sócio-político e educacional do Pará nas primeiras décadas da República, em seguida trato das práticas educativas das religiosas das congregações das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Doroteia e suas contribuições para a história da educação no Pará, no que diz respeito a formação de meninas para serem mães de família no contexto da República entre os anos de 1906 a 1927. No contexto da educação de meninas, também discuto a partir das fontes as questões de disciplinamento, do cotidiano do ensino primário, assim

como a lógica da educação religiosa que era imprescindível na constituição da futura mãe de família e, por fim, destaco às práticas alusivas à educação no início da República que também fizeram parte do cotidiano educativo liderado pelas religiosas das referidas congregações.

Na quarta seção “Educação primária, formação religiosa à educação doméstica das congregações Filhas de Sant’ana e as Irmãs Santa Doroteia (1906-1927)” analiso o “Ensino Primário, Educação Doméstica e o Modelo de Mulher para a Família” analiso especificamente a educação e formação ofertada às meninas pobres e pensionistas atendidas por estas religiosas com o objetivo de educar as meninas nas ocupações referentes ao gênero feminino, para que no futuro se tornassem mulheres necessariamente instruídas, além de boas mães e esposas que tinham a missão de proteger o lar.

A questão da educação primária Educação doméstica também foi analisada nesta seção para que possamos conhecer os saberes ensinados as meninas educadas pelas religiosas de Sant’ana e Santa Dorotéia para que tivessem instrução adequada e também serem formadas para se tornarem mães de família. Além disso, meu escopo de análise se volta a educação religiosa dada às meninas que no contexto do início da República em meio à difusão das ideias da modernidade que sugeriam um Estado laico fazia-se necessário porque, na compreensão da Igreja e das famílias mais tradicionais da época a religião seria o caminho mais correto para formar moralmente as meninas que estavam destinadas a serem o alicerce da família. Analiso também nesta seção a Educação Religiosa e a Formação da Família destaco as práticas exercidas nas instituições lideradas pelas religiosas, práticas relacionadas ao ideário Republicano. Por fim, analiso as Práticas de controle, vigilância, disciplina e códigos morais destacando as práticas de controle, disciplina, vigilância e os códigos morais que também foram exercidas neste âmbito formativo das duas congregações.



Fonte: Álbum do Pará, 1908

SEÇÃO II

ORIGENS E INFLUÊNCIAS DAS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS PARA FORMAÇÃO DE MENINAS NO BRASIL E NO PARÁ NO INÍCIO DA REPÚBLICA

“Educar supunha um compromisso com a formação integral da criança que ia além da simples transmissão de informações fornecidas pela instrução, implicava, essencialmente, a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social, das virtudes morais e dos valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade” (SOUZA, 2009, p.83).

2.1. A Igreja Católica e as congregações religiosas na educação do Brasil

Para compreender o papel exercido pelas congregações religiosas na educação brasileira é importante lembrar o início da atuação destes grupos religiosos no território nacional, o qual nos remete ao Período Colonial com os Jesuítas, da Companhia de Jesus, considerada historicamente como a primeira congregação religiosa a inaugurar os trabalhos da igreja católica no âmbito da educação no Brasil. Ao longo do período colonial os jesuítas criaram escolas elementares para crianças colonas e indígenas e também colégios superiores para educar os filhos das famílias de melhor condição social assim como entre a população formava novos religiosos (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Constituindo-se como os primeiros professores do Brasil, os Jesuítas com base no *Ratio Studiorum* proporcionaram à população um ensino livresco, instruindo as crianças nas primeiras letras, na música e na doutrina cristã, além disso, outra característica do processo de ensino-aprendizagem disposto pelos Jesuítas se tratava da memorização pela prática da repetição. Ademais, Chambouleyron (2016) ainda enfatiza que o objetivo principal da missão jesuítica dizia respeito a catequização dos povos do novo mundo, e viam nas crianças o melhor caminho para fazê-lo¹⁹.

Ainda segundo este autor, a atenção dos padres Jesuítas se voltava às crianças por conta de que estas ainda não haviam se formado na cultura e nos costumes da aldeia ou do ambiente do qual tinham nascido. Portanto, eram indivíduos que estariam mais propensos a aprender os bons costumes pela educação e, sobretudo, na religião católica. A formação religiosa era composta por festas, procissões, missas entre outras práticas educativas. As missões educativas de congregações posteriores aos Jesuítas também seguiam a mesma formação.

No caso da Amazônia Colonial, segundo Chambouleyron (2007)²⁰, os Jesuítas se instalaram no Estado do Maranhão e Pará por volta de 1650, como a chegada do Padre Antônio Vieira. A partir de uma rede de aldeias e residências, os jesuítas iniciaram suas atividades educativas aos filhos de moradores e aldeias de índios e pouco a pouco transformou a Companhia de Jesus em uma ordem religiosa que, além de ensinar a ler e escrever, instruíam a cantar, tocar instrumentos e principalmente ensinavam a doutrina

¹⁹ Para melhor compreensão das missões jesuíticas no Estado do Maranhão e Grão Pará, ver artigo de Rafael Chambouleyron “Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista”, publicado no livro História das Crianças no Brasil, p. 55-83, 1999, organizado por Mary Del Priore.

²⁰ Ler o artigo “Os jesuítas e o ensino na Amazônia” de Rafael Chambouleyron, Revista Em Aberto, Brasília, v. 21, n. 78, p. 77-91, dez. 2007.

cristã. No século XVII, os Jesuítas já tinham implantado vários colégios, dois deles no Estado do Maranhão (Colégio Nossa Senhora da Luz) e Pará (Colégio Santo Alexandre). Em algumas cartas do Padre Antônio Vieira constata-se que as autoridades da Companhia de Jesus revelavam um grande desejo de fundar e organizar um noviciado.

A exclusividade dos religiosos da companhia de Jesus na formação da população colonial se registra até pouco mais da metade do século XVIII, quando foram expulsos do país por Marquês de Pombal²¹ em 1759. Nessa direção, o trabalho das congregações no campo educativo teve continuidade com congregações como a dos Beneditinos, carmelitas e Franciscanos, entre outras que em certa medida herdaram o método de ensino Jesuítico (PE. MOURA, 2000).

É interessante ressaltar que após a expulsão dos Jesuítas as atividades da igreja por meio das congregações religiosas ganham novos terrenos para além da educação, conforme se observa no excerto a seguir:

Com a expulsão dos jesuítas, outros membros da Igreja que já atuavam na educação no Brasil não só continuaram o seu trabalho, como também assumiram novas tarefas, ao lado de outros novos elementos da Igreja, para suprir as carências provocadas por aquela medida tão drástica (PE. MOURA, 2000, p. 64).

No Período Imperial, a educação estava concentrada nos domínios do governo central, característica herdada ainda do período Pombalino. Além disso, destaca que neste período poucas providências em relação à educação, pelo menos até a constituição de 1824 que dispõe sobre o estatuto da liberdade de ensino, assim como também se nota nesse momento a instauração da gratuidade de ensino primário e a criação de escolas de primeiras letras em todo país (Idem, 2000).

Assim, outro marco da História da Educação Brasileira que influencia no trabalho educativo das congregações se trata do ato adicional de 1834, que transferiu às províncias o direito de legislar a respeito do ensino primário e secundário. No mais, aliado a proposta

²¹ O Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Mello) nasceu no dia 13 de maio de 1699, em Lisboa, Portugal. Era filho de Manuel de Carvalho e Ataíde e Teresa Luísa de Mendonça e Mello, casal de fidalgos. Cursou Direito por um ano na Universidade de Coimbra, mas, logo desistiu. Ele serviu o exército português como cadete durante um curto período e não seguiu carreira militar. No ano de 1738 foi nomeado embaixador de Portugal na corte de Londres. Tal nomeação contribuiu para participar de uma aliança luso-britânica. Em 1743, foi nomeado embaixador de Portugal na corte de Viena, na Áustria. Por volta de 1743, foi nomeado embaixador de Portugal na corte de Viena, na Áustria, entre 1750 e 1777. Foi um nobre, político e diplomata português. Atuou como embaixador nas cortes inglesa e austríaca, foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Ministro do Reino. Pertenceu ao governo português.

de liberdade de ensino proposta pela constituição, que se tornou a lei de liberdade instituída em 1854, existiam instituições educativas dirigidas pela Igreja.

Tais instituições presentes no período Imperial se tratavam de asilos, internatos, colégios e seminários, e que eram geridos pelas mais diversas congregações religiosas, entre as quais se tem a congregação das Irmãs do puríssimo coração de Maria que liderava a escola São João da Boa Vista no Rio de Janeiro, no ano de 1849, assim como a história também registra a congregação das Irmãs de São Vicente na gestão do Colégio de Santa Teresa, em Olinda (PE. MOURA, 2000).

Dessa forma, o catolicismo sendo religião oficial do estado no período imperial estava inserido numa conjuntura em que havia parceria entre Estado e Igreja, tendo em vista que tal parceria funcionava no chamado regime do padroado régio ou regalismo, que basicamente se configurava num acordo entre a Santa Sé e o governo Português, onde era dada ao Rei a condição de patrono da igreja assim como o direito de nomear eclesiásticos.

Segundo Leonardi (2016), com esta condição de protetor da Igreja também era prerrogativa do rei: a indicação e nomeação de religiosos, bem como a arrecadação do dízimo para sustentar a Igreja nos territórios Portugueses. Além de manter a igreja, tais recursos também seriam disponibilizados para manter o funcionamento das instituições educativas confessionais que instruíam meninos e meninas pobres e das camadas mais elevadas da sociedade. Também é pertinente destacar nesta discussão que durante o período imperial, mesmo havendo a parceria supramencionada entre Igreja e Estado caracterizada pelo padroado, as atividades da Igreja foram em certa medida prejudicadas por este mesmo regime. Estas complicações recaíram justamente sobre as ordens e congregações religiosas, em razão de que:

Outro fator indiscutível de dinamização das atividades da Igreja no Brasil residiu sempre na vitalidade maior ou menor das ordens e congregações religiosas. É inegável também que, durante todo o período imperial, o Governo, usando e abusando dos privilégios que lhe conferia o padroado, não só pôs em risco a existência das ordens e congregações já instaladas no Brasil, proibindo a admissão de noviços, como também interferiu na instituição de novas congregações religiosas, uma vez que isto representava entrada de religiosos estrangeiros no Brasil (PE. MOURA, 2000, p. 92).

O impedimento das ações da Igreja por parte do Estado acabou por comprometer as obras das congregações no campo da educação e tal situação resultava num

desempenho inferior se comparado ao período de educação guiado pela Companhia de Jesus.

Todo esse cenário de dificuldades que a Igreja enfrentava para que pudesse executar suas obras ou missões educativas por meio das congregações religiosas se agravou no momento da proclamação da República no Brasil. Na implantação do novo regime de governo ocorreu o fim da parceria Estado-Igreja pelo decreto 119-A, firmado em janeiro de 1890 que estabeleceu o caráter laico da recém-criada República (LEONARDI, 2016).

Assim, pelo caráter laico foi determinada a liberdade de culto, os financiamentos à Igreja foram suspensos, contudo, tal situação não provocou o afastamento da igreja da sociedade Brasileira. Dessa forma, na tentativa de se reorganizar diante da nova forma de governo vigente a Igreja foi: “[...] instalando dioceses em vários estados, e envidou esforços para trazer ao País um clero reformado, fiel às determinações romanas e atuantes em vários setores sociais” (LEONARDI, 2016, p. 7).

Dessa maneira, a Igreja no período republicano precisaria retomar a superioridade que possuía desde o período colonial e imperial, pois, no novo governo as mentalidades surgidas acreditavam na construção da nova nação baseada na ordem e civilidade, e o meio para tornar real este propósito seria a educação pública e laica. Nessa lógica, também se faz interessante pontuar que nos primeiros anos da República havia um debate a respeito da modernização da sociedade brasileira, a qual se baseava nos modelos de civilização europeia, considerada o berço do progresso e cultura.

De acordo com Napolitano (2018), a intelectualidade brasileira comungava do pensamento europeu de que a melhoria da sociedade estava relacionada à ciência e a teoria, de modo que pensamentos como o higienismo²² e o positivismo²³ entre outras concepções foram considerados para construir um país aos moldes da civilização europeia diante de uma herança histórica composta pela ignorância dos segmentos mais abastados da sociedade e da: “[...] miséria e o fatalismo das classes populares; a ‘degeneração racial’

²²O higienismo foi um movimento que nasceu fortemente no século XIX e adentrou o século XX, quando os governantes começaram a dar maior atenção à saúde e à moral dos habitantes das cidades. O higienismo era defendido como uma doutrina capaz de tornar as pessoas saudáveis e com a capacidade de superar os males que afetavam às populações de doenças, epidemias e também maus comportamentos. A civilidade estava atrelada as políticas higienistas, para os higienistas a doença era um fenômeno social que abarcava todos os aspectos da vida humana.

²³O positivismo foi uma corrente de pensamento filosófico, sociológico e político que surgiu em meados do século XIX na França. O principal princípio do positivismo era a de que o conhecimento científico devia ser reconhecido como o único conhecimento verdadeiro.

produzida pela miscigenação étnica; as estruturas políticas e econômicas arcaicas, resquícios dos tempos coloniais” (NAPOLITANO, 2018, p.42).

Nessa direção, buscava-se regenerar a sociedade brasileira pela educação, a qual era tida como a redentora de todos os males e, ao lado desta, também se propunha a melhoria do cidadão por vias do higienismo e da cultura para que assim o país abandonasse o status de atrasado. E o grupo que representava este subdesenvolvimento social em relação aos modelos de sociedade de acordo com a intelectualidade seriam as camadas mais populares por conta de sua pouca instrução e falta de higiene, de modo que as medidas com finalidade de alcançar o progresso da República, em sua maioria, estava direcionada à população mais pobre.

Em suas propostas para a construção de uma nova sociedade no Brasil, a maior parte da intelectualidade dos homens de ciência brasileiros mesclava ceticismo e voluntarismo. Para a maioria dos médicos, bacharéis, engenheiros, que constituíram a corrente dominante de pensamento intelectual já na primeira década do século XX, a solução estava na ação firme do Estado junto às classes populares com o objetivo de promover a “civilização” [...] no país, ou seja, educar e higienizar as pessoas e as cidades, e integrar as vastas regiões rurais atrasadas aos centros urbanos e os valores civilizatórios (NAPOLITANO, 2018, p.52).

A educação se constituía como eixo do melhoramento da sociedade na primeira República especialmente para a população mais carente, considerada mais inculta pelos homens de ciência e pela elite política. Assim, havia um ideal de educação que objetivava formar um cidadão brasileiro ilustrado que pudesse deixar o que se chamava de “trevas intelectuais” fixadas desde o período colonial (NAPOLITANO, 2018).

Sob esta lógica é que foi instaurada na República a proposta da escola pública, laica, democrática e de qualidade que prezava pela ciência assim como pela difusão dos princípios cívicos e patrióticos. Entretanto, apesar de todo o entusiasmo pela instrução da população naquele período, o cenário da educação na primeira República se mostrava desfavorável para materializar essa utopia da educação, pois, os índices de analfabetismo eram elevados de uma maneira geral no Brasil e, além disso, o número de vagas não atendia à demanda populacional (GHIRALDELLI JR, 2008).

Frente a isso, vale lembrar também que a constituição de 1891 estabeleceu uma descentralização das demandas educacionais entre a União e os estados. De acordo com Ghiraldelli Jr (2008), a partir do estabelecimento da referida constituição, o ensino

primário estaria sob a jurisdição dos estados enquanto que a União cabia à legislatura sobre o ensino superior e o ensino secundário.

Neste contexto, a respeito das responsabilidades do estado com o ensino primário vale retomar a questão da atuação da Igreja no campo da educação, pois, mesmo que tivesse encerrado sua parceria de longa data com o Estado, a Igreja católica ainda exercia forte influência na educação da sociedade brasileira. Por isso, a educação laica e pública não era vista com bons olhos pelo catolicismo.

Desse modo, a nova proposta de educação supracitada representava o enfraquecimento do poder da igreja que mesmo influente já não tinha o mesmo espaço para trabalhar no setor educacional. O comprometimento de suas atividades se tratava principalmente da instrução da parcela mais necessitada da população, assim como também a retirada do ensino religioso dos programas das escolas públicas (BOSCHILIA, 2000).

Vale destacar nesta discussão que a configuração republicana representava a perda da prevalência da Igreja católica para além do caráter educativo; se observava também um prejuízo na soberania religiosa, seja como credo oficial ou guia espiritual da sociedade a qual em grande parte se dizia católica, esta razão também exigia medidas de resgate do espaço da igreja, logo:

[...] Era preciso buscar formas de conciliação com o novo regime e evitar a perda de controle religioso sobre o conjunto da sociedade que ela, com tranquilidade, dominava até aquele momento. Ou seja, era preciso evitar que a perda, ocorrida em termos políticos, afetasse a autoridade espiritual da instituição. A tarefa da Igreja consistia, fundamentalmente, em garantir que a população brasileira, independentemente das demonstrações de fé, continuasse sendo majoritariamente católica (BOSCHILIA, 2000, p. 2).

Por isso, a melhor estratégia para reconquistar o controle na formação religiosa católica da população na primeira República consistia em investir no âmbito educacional, o que, segundo Leonardi (2016), seria um excelente meio de evangelização para difundir de modo “tentacular” os valores morais e religiosos para a sociedade.

Tal objetivo foi possível de se realizar em virtude de que a primeira constituição republicana quando delegou aos estados a tarefa de administrar o ensino primário, uma lacuna na legislação, o que permitiu a Igreja direcionar suas tentativas de retorno ao campo aos territórios estaduais que diferentemente da União, demonstravam certa abertura política ao clero católico (BOSCHILIA, 2000).

Ao lado disto, outro plano que integrava às referidas intenções da Igreja se tratava de difusão do discurso de moralidade, tradição e da preservação da família, que historicamente era pronunciado por esta instituição e, portanto:

[...] A Igreja percebeu que o caminho para atingir a população não era o discurso religioso, mas sim os argumentos morais. Colocar-se como defensora dos direitos e valores familiares num momento em que o Estado estava interessado em promover mudanças na educação era uma maneira inteligente de conquistar adeptos (BOSCHILIA, 2000, p. 2-3).

É interessante destacar que por ser difusora dos valores morais e éticos a Igreja influenciava até mesmo as famílias que não professavam o catolicismo, mas que partilhavam da manutenção do discurso tradicional proferido pela instituição. Portanto, diante das questões que ainda envolviam a Igreja de alguma maneira na constituição da sociedade brasileira, a história registra um significativo movimento migratório das congregações religiosas para o Brasil na segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

2.2. A imigração/chegada das congregações religiosas no Brasil

O processo de imigração das congregações religiosas para o território brasileiro iniciou no século XIX. A Igreja vinha perdendo sua hegemonia na Europa em razão das revoluções liberais ocorrentes no continente naquele momento e concomitantemente a isso estava em curso o processo de laicização da Europa, especialmente na França e Itália, o qual provocou a retirada de religiosos.

Diante deste contexto das revoluções, especificamente na França, buscava a garantia de direitos de toda população e por isso forçou a Igreja a se reestruturar, pois até então possuía uma configuração que não correspondia ao espírito de mudança em voga na Europa. Dessa forma, Bittencourt (2017) destaca que a mola propulsora desta nova organização da igreja seria a reconfiguração de ordens para congregações assim como um ponto muito importante desta reforma relacionado a fundação de um considerável número de congregações religiosas.

Leonardi (2016) aponta que entre as razões para a criação destas congregações estava ligada ao desejo de mulheres seguirem a vida religiosa e ter a oportunidade de realizar ações sociais. Nessa direção, à proliferação dessas congregações e suas atividades junto às populações possibilitaram à igreja o ensejo de retornar aos setores em que tinha

prática histórica, haja vista que tais grupos religiosos iam sendo paulatinamente criados para agir muito além dos territórios em que nasciam.

Nesse horizonte, a criação destas congregações colaborou para que a igreja adentrasse a área da educação, garantindo a propagação de práticas educativas concernentes à conservação de valores e a preservação da criança ou jovem dos perigos do mundo. Ademais, é interessante arrolar nesta discussão que a fundação de novas congregações permitiu maior atuação dos Ultramontanistas; grupo mais conservador da igreja que condenava a falta de educação cristã para constituição do indivíduo.

[...] um dos projetos de ação política da Igreja ultramontana foi estimular, em muitos países europeus, o renascimento e a criação de várias ordens e congregações religiosas voltadas para a educação e assistência das camadas mais empobrecidas. Assim, procurando fazer frente às demandas da emergente sociedade industrial, carente de cidadãos preparados para o mundo do trabalho, surgiram congregações religiosas masculinas e femininas de diversas nacionalidades voltadas especificamente à educação da juventude (BOSCHILIA, 2005, p. 96).

Leonardi (2016) corrobora o excerto acima no que diz respeito às congregações femininas as quais surgiram em maior número e que encaminhavam seu trabalho majoritariamente para as esferas da saúde e educação. Podemos relacionar o direcionamento das ações destas religiosas para os referidos campos ainda por conta da reforma a qual a Igreja foi obrigada a realizar, haja vista que, a partir de então se recomendava que estes grupos religiosos estivessem ligados a algum trabalho social, daí, portanto, muitas congregações assumiram missões de fundo social nos países em que desembarcavam.

No que concerne ao processo imigratório das congregações religiosas para o Brasil, não se pode perder de vista que igualmente como ocorreu no âmbito internacional, o Brasil também vivenciou as reformas na Igreja; da mesma maneira, também se pode notar a presença do movimento Ultramontanista no Brasil que, segundo Oliveira (2010), criticava a ciência, a modernidade e também repudiava a ideia de educação desprovida da religião católica a qual era imprescindível para a formação do indivíduo cristão.

Ao lado disto, a história aponta que os grupos religiosos chegaram ao país na segunda metade do século XIX, mais precisamente nos anos de 1880, e se intensificando nas primeiras décadas do século XX. Isso se explica pelo fato de que a migração das congregações para terras brasileiras era resultado da política de internacionalização da

igreja frente às mudanças ocorridas em virtude das revoluções liberais europeias anteriormente citadas (LEONARDI, 2016).

E dentro da discussão da imigração das congregações no contexto brasileiro se faz necessário rememorar o I Concílio Plenário da América Latina convocado em 1898 pelo papa Leão XIII, onde as normas para as Américas Portuguesa e Espanhola foram equiparadas no que se refere às normas da Igreja na conjuntura moderna. O produto da revisão destas normas consistiu na confecção do documento denominado *Actas y Decretos del Concilio Plenario de America Latina*, produzido em 1906 sob a ótica do Concílio Vaticano I, que reuniu 998 artigos relativos ao sacerdócio, o culto e outras questões que na concepção de Leonardi e Bittencourt (2016) retificavam as diretrizes em curso até aquele momento.

Entre os motivos para a convocação deste concílio destaca-se o fato de que o continente americano era visto como local propício à disseminação da fé católica não somente pela Santa Sé, mas também aos países Europeus que originaram as congregações e que objetivavam transmitir sua cultura aos países que os recepcionavam, nesse panorama a Igreja: “[...] pretendia espriar formas de evangelização e de doutrinação por meio de escolas, editoras e templos, organizando o laicato e inserindo seus valores de forma tentacular na cultura e na sociedade” (LEONARDI, 2016, p. 13).

Assim, o Brasil não estava apartado deste cenário supracitado. O movimento de chegada dessas congregações em terras brasileiras foi maior nas primeiras décadas do século XX. Bittencourt (2017) denomina esse fato com a chamada “era das congregações” pelo fato de que neste período o deslocamento desses religiosos para o Brasil ocorreu de forma contínua.

A maioria das congregações religiosas que desembarcou no território nacional naquele período era de nacionalidade europeia, originadas principalmente da Itália e França, sendo formadas por homens e mulheres. Como exemplo se tem a congregação das Irmãs de São José de Chamberry, os Irmãos Lazaristas, Salesianos, Maristas e outros grupos religiosos que iniciaram suas atividades no Brasil ainda no século XIX.

Outro ponto importante neste debate é apontado por Agueda Bittencourt (2017) quando elucida que esse movimento congregacional não foi construído apenas por novas congregações, mas também houve nesse levante imigratório o retorno de congregações que já tinham exercido atividades no país em tempos anteriores, entre os mais emblemáticos podemos destacar os jesuítas que desde o período colonial trabalhava na instrução dos índios e dos colonos pelo caminho da evangelização.

[...] Esses grupos religiosos começaram a imigrar para o Brasil ao longo do século XIX, especialmente no Segundo Reinado, e introduziram práticas católicas romanizadas, muito diferentes da religiosidade do catolicismo “tradicional” luso-brasileiro, que envolvia tanto o clero como o povo. A entrada de ordens e congregações católicas intensificou-se após a promulgação da Constituição de 1891, que contornou o anticlericalismo radical dos primeiros meses do regime republicano permitindo maior liberdade à Igreja Católica (DALLABRIDA, 2011, p. 79).

É importante evidenciar também que havia uma compreensão adjacente por parte destas congregações a respeito do fenômeno migratório desses grupos religiosos, os quais entendiam que seu deslocamento para o chamado Novo Mundo estava ligado a uma missão delegada espiritualmente a qual enviava homens e mulheres que ingressaram nesta vida religiosa para instruir sobre a doutrina cristã (DALLABRIDA, 2011).

Ainda de acordo com Dallabrida (2011), a missão dessas congregações religiosas de certa forma colaborou para o colonialismo Europeu que veio se reestruturar no território brasileiro. Além disso, determinadas congregações religiosas imigrantes tinham a função particular de prestar auxílio espiritual às colônias de imigrantes europeus, como exemplo destaca-se entre elas, os Salesianos e Lazaristas que trabalharam entre os colonos italianos.

Ademais, a história revela que outras congregações concentraram suas atividades na catequização dos indígenas como também um considerável grupo de religiosos se dedicou a converter o povo brasileiro nos princípios do catolicismo romanizado. Sobre o catolicismo romanizador é importante destacar que este foi responsável pela inserção de maioria das congregações católicas no campo da educação (DALLABRIDA, 2011).

Estas congregações criaram instituições de assistência e educação, como creches, orfanatos, internatos, asilos para crianças desvalidas e idosos, assim como escolas e colégios que se tornaram o local de atuação desses grupos religiosos. Um local de atuação majoritária, diga-se de passagem, pois, se observarmos o histórico desses grupos no país, foram poucas congregações religiosas que não estiveram envolvidas no processo de construção e condução de instituições educativas.

A rede de escolas católicas que foi sendo tecida no território brasileiro deve ser matizada, porque compreende diferentes instituições educativas. A igreja Católica emvidou esforços para fundar desde escolas paroquiais até universidades católicas, passando por colégios de ensino secundário, escolas normais e profissionais (DALLABRIDA, 2011, p. 79).

Vale lembrar que, embora o maior contingente de religiosos imigrantes tenha direcionado seu trabalho à educação, outras congregações marcaram a história com sua atuação em outros setores. Entre as instâncias de ação, os religiosos se fizeram presentes no campo da saúde com as congregações femininas que dispunham de enfermeiras, assim como também notamos o desempenho de congregações nas áreas da imprensa e na direção de editoras (BITTENCOURT, 2017).

Para Bittencourt (2017), o movimento migratório das congregações religiosas para o Brasil nos séculos XIX e início do século XX pode ser explicado por duas razões: a primeira devido a política de expansão da Igreja que propiciou o aumento do fluxo de imigração; a segunda devido a criação de congregações masculinas e femininas. Além disto, outra motivação possível para elucidar tal movimento estava relacionada ao convite de bispos de dioceses brasileiras assim como as congregações se inseriram nos setores anteriormente destacadas a pedido da elite política (BITTENCOURT, 2017).

Outra razão que pode explicar a questão da imigração das congregações para este país, sobretudo no século XX, se tratava em suprir as necessidades de determinados: “[...] setores da sociedade brasileira constituiu o terceiro fator motivador do deslocamento dos religiosos da Europa para o Brasil, especialmente nas primeiras décadas do século XX” (BITTENCOURT, 2017, p.41).

Nessa direção, conforme sinaliza a história, o início da República, em especial no começo do século XX, representou um período de dificuldade para a Igreja em virtude de sua separação com o Estado, o que ocasionou perda de espaço nas suas atividades e, além disso, com a proposta de um estado laico houve a retirada do ensino religioso do currículo. Diante deste cenário, para tentar retomar o majoritário papel de formadora da sociedade brasileira, representada pelas congregações religiosas, a Igreja se voltava às parcerias com as elites dos estados os quais ainda de certa maneira prezavam pela moral e a religião, e viam a igreja como a melhor propulsora de tais valores.

Essa tentativa de retorno da igreja ao processo de educação da população brasileira com a ajuda das congregações religiosas se dá com o ensino religioso e a disseminação da doutrina cristã.

[...] o episcopado brasileiro procurou, de modo diplomático e decidido, reintroduzir o ensino religioso- ou melhor, a doutrina cristã- no sistema público de ensino [...] Essa tarefa fulcral e de médio prazo foi liderada por bispos e padres, mas contou com a valorosa e decisiva colaboração das congregações religiosas (DALLABRIDA, 2011, p.79).

As instituições educativas católicas criadas ou coordenadas por ordens ou congregações religiosas tiveram grande representatividade na constituição de indivíduos dóceis, pacíficos, e desejosos pelo trabalho, conforme o ideário de República e do capitalismo brasileiro naquele período. E no contexto do século XX, especificamente nas primeiras décadas, os estabelecimentos de ensino dirigidos por religiosos era direcionado aos filhos das elites, da classe média e em determinados casos também recebiam crianças pobres.

Diante da realidade exposta acima, os colégios católicos liderados por religiosos de acordo com Dallabrida (2011) se sacramentaram no período da República. Assim, podemos inferir que o trabalho desenvolvido pelas congregações contribuiu em certa medida para o ápice do movimento imigratório e de fundação das congregações religiosas para as terras brasileiras na década de 1920.

Bittencourt (2017) também destaca o fervor do processo imigratório e de fundação de congregações na década de 1920 e ainda reforça que além desta década, os anos de 50 e 60 do século XX, experimentaram momentos áureos de desembarque de congregações assim como da fundação destes grupos religiosos no Brasil. Esta autora ainda destaca que este processo relativo às congregações ocorreu em momentos históricos diferentes, mas no que se refere à década de 1920 que compreende parte do período histórico da nossa investigação, as congregações vivenciaram questões como a debilidade do modelo governamental da República Velha, bem como o nascimento do movimento modernista das artes e das letras e etc.

Os anos de 1920 também são relevantes na história das congregações e especialmente da Igreja católica no Brasil em razão de que a referida década representou, o que Riolando Azzi (1977) aponta, como o início da recomposição do catolicismo no Brasil. Tal fato ficou conhecido com a restauração católica no país que basicamente perdurou entre o decênio de 1920 e 1930.

Esse fato possibilitou a retorno da Igreja de forma mais efetiva às atividades no âmbito do estado especialmente no campo da educação, pois, a partir do supracitado momento de reestruturação da igreja, conseqüentemente se ampliou o número de congregações atuantes na instrução primária, secundária e até mesmo na criação de universidades. Por isso, Leonardi (2016) ressalta que as congregações não podem ser compreendidas como fator alheio a esse momento de restauração da igreja no Brasil haja vista que:

[...] O sucesso de seus empreendimentos depende de suas posições em seu país de origem, no interior da Igreja e das condições encontradas regionalmente no Brasil, conseguindo ou não estabelecer alianças com as autoridades e elites locais. Estudos sobre a história das congregações e sobre as práticas de religiosos e religiosas no Brasil permitem observar esses aspectos ao atentar para os marcos de memória nas cidades, para a organização do clero e do laicato, para a fundação de escolas, para a produção de periódicos e para a instalação de editoras no País (LEONARDI, 2016, p.14).

Todos os fatores explicitados a respeito da imigração e de fundação de congregações religiosas no Brasil foram imprescindíveis para a reestruturação da participação da Igreja na oferta do ensino no país, especialmente no ensino público, ainda que houvesse a oportunidade de atuação destas no âmbito privado de instrução em virtude da ausência de regulamentação para a esfera privada.

A história demonstra que o contingente de congregações religiosas presentes no Brasil nas primeiras décadas de 1900 se constituiu entre masculinos e femininos, porém, observa-se que em caráter predominante a educação da sociedade brasileira era delegada às congregações femininas. Para, além disso, a história ainda evidencia que a nacionalidade das congregações em sua maioria era italiana ou francesa.

A respeito da imigração de congregações Italianas para o Brasil é interessante ressaltar que o deslocamento destes grupos religiosos pode estar relacionado ao que Emmi (2008) aponta como complexo fenômeno de emigração Italiana à América, que pode ser explicado por razões como a crise econômica, o processo de industrialização no século XIX que prejudicaram a produção agrícola naquele país entre outros fatores. Todavia, esta mesma autora destaca que as razões para a imigração Italiana não podem ser reduzidas às questões de fundo econômico, se faz necessário considerar razões outras como as culturais e aí reside a complexidade da imigração italiana para o território brasileiro, portanto:

[...] Não se está negando o peso dos fatores econômicos na emigração italiana, mas esclarecendo que enquanto para muitos grupos a situação de pobreza foi a causa imediata da emigração, para outros houve fatores de natureza diversa, entre os quais os culturais, que também tiveram peso nas trajetórias (EMMI, 2008, p.67).

Em relação às razões culturais pode ser confirmado no contexto amazônico no qual boa parte destes grupos religiosos era advinda dos referidos países, e no âmbito do estado do Pará isso se corrobora devido a participação de congregações religiosas,

especialmente aquelas originadas da Itália, na formação da sociedade local também se fez presente.

Como exemplos deste fato têm as congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Dorotéia- objetos deste estudo- congregações italianas que se dedicaram a educar meninas de famílias ricas, meninas pobres e órfãs da cidade de Belém no período delimitado pela investigação e para compreender suas práticas acreditamos ser importante discorrer sobre estas duas congregações sobretudo suas origens, pensamento pedagógico e o início de suas missões no Brasil: Filhas de Sant'ana e Irmãs Doroteias.

2.3. A Congregação das Filhas de Sant'ana

A congregação religiosa das Filhas de Sant'ana foi fundada em 08 de dezembro de 1866 na cidade de Piacenza, na Itália, com o objetivo de cuidar dos doentes e desabrigados em hospitais e abrigos. Além disso, também se voltaram a missão de amparar e instruir as meninas pobres desta mesma cidade (BODAS DE OURO, 1933).

Este grupo religioso foi criado por Madre Rosa Gattorno a qual nasceu em Gênova também na Itália, no dia 14 de outubro de 1831; nascida em uma família de 5 irmãos, entre 3 meninas e 2 meninos, Rosa Gattorno foi criada dentro dos princípios cristãos católicos os quais estiveram presente em todo a sua formação até a idade adulta quando fundou a referida congregação.

Nessa perspectiva, é importante destacar que os pais de Rosa proporcionaram a ela e seus irmãos educação primorosa que seguia a lógica formativa da época sem deixar de lado a formação cristã que, de acordo com Fiocchi (1996), representava o sustento da educação do indivíduo. E esta formação estava a cargo da mãe que buscava inculcar nos filhos a devoção religiosa a partir do exemplo e da palavra.

Diante disso, os irmãos de Rosa Gattorno foram direcionados à escola para aprenderem a ler e escrever assim como ter lições sobre moral, enquanto a fundadora das Filhas de Sant'ana e suas irmãs receberam educação em sua residência por professores escolhidos cuidadosamente pelos seus pais. Além do mais, as meninas tinham instrução elementar assim como também foram ensinadas nas ocupações do seu gênero. A respeito disso, a edição comemorativa da revista Jubileu (2009), sobre a presença da congregação da supracitada reforça que as habilidades femininas ensinadas à Rosa Gattorno e suas irmãs se constituíam em lições de desenho, línguas, músicas e trabalhos manuais. Esta mesma revista ainda enfatiza que a fundadora das religiosas de Sant'ana se destacou nos dotes de bordado e canto.

O cotidiano educativo das meninas da família de Rosa Gattorno ratifica o histórico papel da mulher no século XIX que estava relacionado a ser o sustento moral do lar, o apoio para o marido. Conjuntamente a isso, a mulher era destinada a responsabilidade de educar os filhos nos mais corretos princípios morais e religiosos haja vista que a mãe de família concebida pela sociedade era representada como um exemplo de pureza (ALMEIDA, 2014).

Nascida em uma família de sólida fé católica, Rosa Gattorno e seus irmãos tiveram toda a base da sua formação humana permeada pelo cultivo dos valores e costumes cristãos. Fiocchi (1996) relata que Rosa Gattorno foi a filha que mais apresentou inclinação a religião, em razão também da influência feminina de sua mãe e avó paterna.

Fiocchi (1996) aponta ainda que o caráter de Rosa tinha como fundamento a humildade e a dedicação aos mais pobres, e que toda a educação que lhe foi proporcionada pela família colaborou na construção de valores sobre a importância da vida, a qual Rosa acreditava que a vida seria muito mais importante, teria muito mais valor quando devotada em favor do outro. Consolidando sua cristandade na juventude, as virtudes e o bom coração que faziam parte de um ser de aparência doce e calma que inspirava respeito, Rosa Gattorno era uma religiosa equilibrada ao ponto de enfrentar com naturalidade as mais diversas situações da vida. Para educar Rosa, seus pais tiveram o cuidado de contratar mestras para ensinar a filha as letras italianas, de francês, desenho e música. Além disso, ela se destacou em razão de:

[...] uma especial habilidade e uma rara perspicácia nos negócios administrativos da família, de modo que o andamento doméstico era confiado, em grande parte, à sua intuição; e conseguia, muitas vezes, com a sua palavra persuasiva, amenizar as inevitáveis contrariedades comerciais do pai (FIOCCHI, 1996, p. 52).

A mãe fundadora das Filhas de Sant'ana foi crescendo e demonstrando grande interesse pela vida religiosa, contudo antes de optar pela propensão religiosa que apresentava, ela foi orientada pelo seu mentor espiritual a contrair matrimônio por concluir que, embora Rosa Gattorno se dedicasse aos mais pobres e aos doentes, estes quesitos ainda não bastavam para que ela consagrasse sua vida à igreja (FIOCCHI, 1996).

Assim, Rosa Gattorno casou-se aos 22 anos com o primo Gerolamo, em 1852, com o qual teve 3 filhos, porém, a vida matrimonial da mãe fundadora foi marcada por momentos de dificuldades de diversas ordens como complicações financeiras, a

deficiência auditiva da filha primogênita Carlota e por fim, os falecimentos do filho mais novo e do esposo que ocorreu precocemente, logo após o 6º ano de casamento.

Ademais, na condição de viúva e sem fundos para o seu sustento e de seus filhos, madre Rosa Gattorno retornou a casa dos pais e a partir de então retomou as suas atividades no âmbito da caridade e nesse decurso histórico da biografia da fundadora é que os eventos subsequentes levaram a criação da congregação das Filhas de Sant'ana.

Fiocchi (1996) ressalta que Rosa Gattorno reiniciou a trajetória para o ingresso na vida religiosa filiando-se a associações religiosas como a Pia União das Filhas de Maria Imaculada e a Pia União para a conservação da Fé Católica.

Deste modo, Rosa Gattorno prosseguiu com seu trabalho nas obras de caridade quando no ano de 1864 conforme destaca sua biografia, recebeu um “sinal divino” para fundar a congregação religiosa. Entretanto, a fundadora resistiu por certo tempo em fazê-la em razão de que necessitava deixar a família e, para tanto ainda não se sentia preparada.

A decisão de formar a congregação foi tomada em definitivo após audiência com o sumo Pontífice Papa Pio IX o qual incentivou a criação do instituto religioso. A vista disso, de acordo com a revista Jubileu (2009) em março de 1866, Rosa Gattorno partiu para Piacenza com um grupo de companheiras para organizar as ações para estabelecer a congregação que hoje se conhece.

Isso posto, madre Rosa Gattorno instituiu a congregação no dia 08 de dezembro de 1866 na cidade de Piacenza, batizando inicialmente este grupo religioso de Filhas de Maria Imaculada e Mínimas de São Francisco. Posteriormente, estas religiosas passam a ser chamadas de Sant'ana em virtude do que as fontes biográficas da fundadora narrarem a “aparição” de nossa senhora de Sant'ana para madre Rosa Gattorno dizendo que: cedia o seu nome para a congregação recém-criada (JUBILEU, 2009).

A revista comemorativa das bodas de ouro da congregação das Filhas de Sant'ana no Brasil também indica que historicamente as religiosas desta congregação como as “damas Genovesas” que se dedicaram a amparar e instruir as meninas pobres de Piacenza. Além disso, se dedicaram no trabalho de consolo para como os enfermos e desabrigados confinados nos hospitais e abrigos (BODAS DE OURO, 1933).

Outrossim, a história aponta também que as primeiras missões das religiosas de Sant'ana encontraram adversidades circunstanciais entre as quais Bittencourt (2017) destaca o contexto sócio-político da Itália como a Unificação Italiana em 1870. Destaca-se também o concílio vaticano I entre outros acontecimentos que foram significativos na mudança da realidade a qual foi acompanhada pelas religiosas que a partir de então

fundaram escolas para os mais pobres, escolas para enfermeiras, da mesma forma dão continuidade ao seu trabalho no cuidado com os enfermos nos hospitais. A ampliação da obra missionária desta congregação para outras partes do mundo foi se desenvolvendo na Bolívia, Eritreia, Chile, França e Espanha.

A obra missionária das Filhas de Sant'ana se voltou inicialmente para assistência aos enfermos e abandonados, entretanto, conforme os anseios da sociedade foram se modificando o campo da educação começou a receber o trabalho das religiosas de Sant'ana. As primeiras atividades referentes à educação por parte da congregação das Filhas de Sant'ana remetem ao fim do século XIX quando as primeiras escolas foram fundadas para as crianças pobres e outros grupos na Itália (JUBILEU, 2009).

O pensamento pedagógico desta congregação se constituiu na chamada Pedagogia Materna²⁴ de madre Rosa Gattorno a qual propõe a partir de sua visão materna: amar, servir e olhar o próximo. Frente a isso podemos relacionar este pensamento pedagógico também ao histórico contexto formativo da mulher, especialmente para o exercício do magistério, o qual de acordo com Almeida (2014) era entendido como uma função essencialmente feminina ter na figura feminina o papel da maternidade, do cuidado no processo formativo.

Neste sentido, o pensamento pedagógico e educativo idealizado pela fundadora da Congregação, Madre Rosa Gattorno, se difundiu nas instituições dirigidas pelas Filhas de Sant'ana. Podendo ser identificada no Plano Pedagógico Pastoral de 2003, que orienta as práticas educativas dessas instituições. Desta forma, o Plano pastoral assinala que a visão educativa da congregação deseja assegurar a referência no ensino e educar seus alunos na concepção humano-cristã, participativa e crítica (PLANO PEDAGÓGICO PASTORAL, 2003).

No que diz respeito aos valores, concernente ao pensamento pedagógico, estes se mesclam aos valores religiosos e, entre tais valores cultivados no processo educativo tem-se: o acolhimento e escuta, alteridade, justiça, solidariedade, caridade e espiritualidade. Outro ponto a ser evidenciado diz respeito ao pensamento pedagógico das Filhas de Sant'ana que se baseiam, também, nas diretrizes elaboradas em reuniões periódicas como os capítulos gerais²⁵, que apresentam referências para as ações apostólicas desta congregação, dentre elas a educação.

²⁴ A Pedagogia Materna de Madre Rosa Gattorno, fundamenta toda prática educativa desta congregação e serve de base educativa para as ações pedagógicas desenvolvidas até hoje por esse grupo religioso.

²⁵ São diretrizes criadas a partir de reuniões periódicas da Congregação para revisão de suas constituições.

Nessa perspectiva, o referido documento traz em seu conteúdo um capítulo dedicado às orientações para a realização das obras educativas e socioeducativas, mas, para fins deste texto é mais pertinente a discussão das obras educativas, que em suas entrelinhas objetivam educar pela ótica do carisma de madre Rosa, visando formar um homem livre inclinado aos ideais de cidadania e promoção da vida.

As ações das religiosas na educação se configuram como uma obra pastoral executada em escolas católicas e em instituições socioeducativas similares a fim de ser uma tarefa de evangelização e elevação humana estando a serviço do amor de Deus. A educação na escola católica é um serviço da igreja para a sociedade; e que cada obra educativa entre outras intenções deseja trabalhar pelo acolhimento e valorização da vida caracteriza assim a missão das filhas espirituais de madre Rosa Gattorno (MODELOS IDEAIS DAS OBRAS E DOS SERVIÇOS, 2000).

As ações das Filhas de Sant'ana no campo educacional se organizam de maneira que:

Embora não sendo comunidades eclesiais permanentes como a Paróquia, as obras escolares- educativas devem ser comunidades que educam para fé, ajudando as crianças e os jovens a viver em plenitude e como protagonistas da própria vida (MODELOS IDEAIS DAS OBRAS E DOS SERVIÇOS, 2000, p. 29).

Em síntese, a filosofia educativa das Filhas de Sant'ana ao prezar pelos ideais de cidadania, formação plena humana guiada pela pedagogia materna e por seu carisma, organiza seus espaços educativos e estruturas com a colaboração e responsabilidade de um coletivo que se estrutura nos chamados conselhos de: alunos, pessoal auxiliar, educadores, das famílias, do Instituto religioso, da equipe pastoral. Todos estes conselhos têm a tarefa de juntamente com a direção da instituição educativa formular periodicamente o plano pedagógico pastoral e, conseqüentemente analisar sua execução e o desenvolvimento da coletividade educativa.

2.4. A obra missionária das Filhas de Sant'ana no Pará

A cidade de Belém foi o primeiro local a receber a congregação das Filhas de Sant'ana no Brasil, as seis primeiras religiosas chegaram a esta terra no dia 27 de outubro de 1884 lideradas pela irmã Ana Vitória Archetti acompanhada pelas religiosas A. Del Tabor Saldini, A. Ida Paganini, A. Antina Bellini, A. Maria Ricca Pompeia e A. Andronica Santoro.

Enviadas por sua fundadora às terras brasileiras se propunham a exercer sua missão a pedido do bispo do Pará Dom Antônio de Macedo Costa²⁶ e se propunham a servir e evangelizar o povo brasileiro. De acordo com a revista Jubileu (2009), as religiosas de Sant'ana ficaram conhecidas como as “amazonas da fé” que deixaram sua terra para servir aos mais necessitados, concentrando suas atividades nos campos da saúde, educação e assistência.

A revista Jubileu também revelou que as primeiras religiosas de Sant'ana encontraram um Brasil mergulhado em um cenário de significativas mudanças como o abolicionismo, a disjunção de Igreja e Estado, circulação de ideias da República, a economia alavancando nos setores da indústria e agricultura com o café, altas produção da borracha, entre outras mudanças que contribuíram para a transição do regime de governo no Brasil.

Dentre as transformações destaca-se a separação da Igreja e Estado que se concretizou no início do período republicano em virtude da proliferação do laicismo na administração dos setores do país. Mesmo assim, a Igreja observou possibilidades de firmar terrenos para suas obras missionárias no Brasil. Neste cenário, uma das medidas para garantir a atuação da igreja foi o aumento da migração de religiosos entre eclesiásticos e congregações religiosas para Brasil no fim do século XIX (JUBILEU, 2009).

As congregações religiosas que chegaram ao país naquele período procuraram trilhar sua missão em diversos campos da vida, colaborando nos asilos, hospitais, orfanatos e escolas. Estes grupos religiosos tinham o desejo de aumentar a fé do povo, mas, naquele momento histórico, ainda enfrentavam a resistência do movimento laico por este não aceitar a presença da Igreja.

²⁶ Bispo Dom Macedo Costa nasceu no dia 07 de agosto de 1830, no Engenho de Nossa Senhora do Rosário de Capioba, na cidade Maragogipe, na Província da Bahia. Teve uma formação familiar com princípios católicos. Foi nomeado a 1860 pelo Papa Pio IX o 10º Bispo do Pará. Ele assumiu o arcebispado do Pará devido a renúncia do bispo D. José Afonso de Moraes que teve a frente da diocese nos anos de 1844 a 1859. Dom Macedo Costa foi ordenado bispo em 1861, pelas mãos do Internúncio Apostólico no Brasil, Dom Mariano Falcinelli Antoniaci, OSB, (1806-1874). Dom Antônio tomou a posse no bispado por procuração em 1861. Dom Macedo Costa chegou a Belém no dia 24 de julho de 1861. Sua entrada solene na catedral deu-se a 10 de agosto de 1861. Ingressou no seminário da Bahia em 1848. Fez os seus estudos eclesiásticos na França, no período de 1852 a 1854 no Seminário de Saint Celestin, em Bourges; e de 1854 a 1857 no Seminário de São Sulpício, em Paris. Ordenou-se presbítero no dia 19 de dezembro de 1857, aos 27 anos, em Paris, pelas mãos do Cardeal Arcebispo de Paris, François Nicholas Madeleine Morlot (1795-1862).

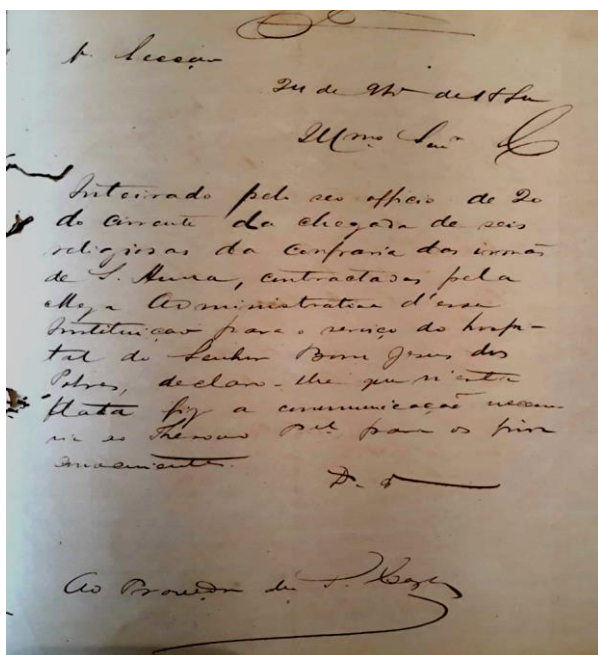
Reiterando a questão da separação da Igreja e Estado, as prerrogativas da igreja católica foram suprimidas no âmbito do Estado, entre as quais se destaca o fim do padroado régio. Porém, de acordo com Leonardi (2016), a retirada do ensino religioso do currículo oficial do ensino público foi um duro golpe para a igreja que viu na educação o melhor caminho para retomar seu espaço na formação da sociedade. E a estratégia para retornar a este campo era se colocar como a única instituição possível de manter os valores morais e éticos, pois acreditavam estar ameaçados pelos ideais republicanos de um Estado laico e, as congregações religiosas seriam fundamentais neste projeto.

Assim, as congregações religiosas especialmente as femininas marcaram a história pelo trabalho prenunciador de evangelização e formação da sociedade Brasileira. Neste quadro, destaca-se o Instituto das Filhas de Sant'ana, as quais foram enviadas ao Pará a pedido do bispo da cidade, Dom Antônio de Macedo à fundadora para que as religiosas desta congregação cuidassem dos doentes

O Hospital Bom Jesus dos Pobres²⁷ foi a primeira missão das Filhas de Sant'ana que foram contratadas para dirigir este hospital a pedido do bispo Dom Macedo e do provedor do local Dr. Ferreira de Freitas que, informou a direção da referida instituição da chegada do grupo de seis irmãs ao Pará, conforme ilustra o ofício destinado a administração:

²⁷Estabelecimento que originou a atual Santa Casa de Misericórdia do Pará. Foi criado pelo Dom Frei Caetano Brandão para atender aos pobres e necessitados doentes. O hospital foi gerenciado pela Irmãs Filhas de Sant'ana durante anos.

Imagem 1- Ofício ao provedor da Santa Casa de Misericórdia do Pará



24 de outubro de 1884

Ilmo. Sr

Inteirado pelo officio de 20 do corrente da chegada de seis religiosas da confraria das irmãs de S. Anna, contratadas pela Meza Administrativa d'essa Instituição para o serviço do hospital do Senhor Bom Jesus dos Pobres, declaro-lhe que nesta data fiz a comunicação necessária ao thesouro para os fins movimentos.

D. F

Ao Provedor da P. Casa

Fonte: Arquivo Público do Pará, 1884. (Fundo da secretaria da Província)

Imagem 4- Hospital Bom Jesus dos Pobres



Fonte: <https://images.app.goo.gl/kqegWYyf8ujp616d8/> Acesso em 14/01/2020

De acordo com a revista Bodas de Ouro (1933), ao chegar a Belém ainda no dia 27 de outubro, assumiram a gestão do Hospital Bom Jesus dos Pobres (imagem 2) com o objetivo de prestar assistência aos pobres doentes necessitados de alento no momento da enfermidade. Esta primeira ocupação das religiosas foi reconhecida pela sociedade paraense em pouco tempo e logo outros estabelecimentos foram entregues aos cuidados das Irmãs Filhas de Sant'ana.

Entre estes locais podemos citar o Hospital dos Alienados²⁸ (imagem 3), instituição que demandou maior trabalho das irmãs de Sant'ana em virtude de que os leprosos eram considerados desobedientes, mas mesmo assim deram prosseguimento a sua obra. O referido hospital foi construído para atender doentes mentais que em razão da política higienista que acarretou a limpeza da cidade com a retirada dessa população dos espaços centrais da cidade.

O hospital foi construído afastado da cidade e com novo conceito de psiquiatria moderna, diferente da implementada no Hospital do Tucunduba e no Hospital Bom Jesus dos Pobres. Foram diretores do hospital vários médicos vindos da Europa com uma moderna técnica no tratamento dos doentes mentais. Houve de certa forma, uma medicina mais humanizada, pois se aboliu as camisas de força, os troncos, as cadeiras e os maus tratos foram proibidos. Havia no hospital um Pavilhão específico para homens, mulheres e crianças. As irmãs Filhas de Sant'ana tiveram um papel fundamental no atendimento aos doentes mentais nesta instituição.

²⁸ O Hospital dos Alienados foi inaugurado em 19 de julho de 1892. o Hospício de Alienados do Pará foi um dos mais antigos do país e o primeiro a ser construído na Região Norte. Instalado à Avenida Tito Franco (atual Av. Almirante Barroso), em Belém, este sob a administração da Santa Casa de Misericórdia e das Irmãs Filhas de Sant'ana desde a sua fundação até 1903 (...) o hospício passou a ser uma referência para o tratamento dos alienados paraenses. Nos fins do século XIX em razão de Belém passar por uma mudança de modernização da cidade, os indivíduos com problemas precisavam ser internados. Inicialmente eles foram tratados no Hospital Bom Jesus dos Pobres e depois no Hospital Tucunduba, mas havia muitos problemas enfrentados neste hospital no atendimento aos loucos. Como Belém passavam por um processo de políticas higienistas e essa população ameaçava o processo de higienização, foi necessário a construção do hospital afastado do centro da cidade. Há indícios de que o Dr. Paes de Carvalho, então médico e presidente do Partido Republicano, tenha exercido grande influência para a criação de um hospital para receber os doentes mentais. Sugiro a leitura do livro "Medicina de Outrora no Pará", de Clóvis Meira, Belém, Grafisa, 1989.

Imagem 7- Hospital dos Alienados



Fonte: <https://images.app.goo.gl/kqegWYyf8ujp616d8/> Acesso em 14/01/2020

Outros momentos de dificuldades enfrentados pelas Filhas de Sant'ana foram registrados pela revista das Bodas de Ouro (1933) e, ocorreram no Hospital Bom Jesus dos Pobres, o qual estava apresentando problemas de salubridade e infraestrutura, mas não tardou para que o referido hospital fosse revitalizado com a administração das religiosas sendo reinaugurado como Santa Casa de Misericórdia do Pará (imagem 4) no início do século XX.

Imagem 10- Santa Casa de Misericórdia do Pará



Fonte: <https://images.app.goo.gl/kqegWYyf8ujp616d8/> Acesso em 14/01/2020

Ainda de acordo com a fonte citada no parágrafo anterior, 14 anos após a reinauguração, os espaços foram disponibilizados a população paraense; sendo entregues a enfermaria, espaços para pensionistas da maternidade, pensionato para os homens, além dos espaços era ofertada a formação religiosa na capela recém-construída no hospital.

Assim, o vistoso resultado destas religiosas foi reconhecido pela igreja, autoridades e população, tão logo que suas atividades de assistência e saúde se expandiram foram entregues também as dedicadas seguidoras de madre Rosa Gattorno a direção do Hospital Leprosário do Tucunduba²⁹ (imagem 5) em 1887, do Hospital D. Luiz- Sociedade de Beneficência Portuguesa³⁰(imagem 6) do Pará no ano de 1897.

Imagem 13- Hospital Leprosário do Tucunduba



Fonte: <https://images.app.goo.gl/kqegWYyf8ujp616d8/> 14/01/2020

²⁹ Extinto hospital de atendimento para leprosos, localizado na capital paraense que no ano de 1887 passou a ser administrado internamente pelas religiosas da referida congregação que permaneceram a frente deste estabelecimento até a década de 1960 (JUBILEU, 2009).

³⁰ Hospital localizado na cidade de Belém em que as religiosas da congregação das Filhas de Sant'ana iniciaram suas atividades quando foram contratadas pelo então diretor do hospital, Sr. Joaquim da Silva Vidinha no ano de 1896. Estas religiosas assumiram a gestão do hospital no momento em que o espaço se encontrava em grande déficit econômico e, portanto, a administração do hospital a partir de então pelas religiosas de Sant'ana representou uma fase de regeneração moral e econômica (BODAS DE OURO, 1933).

No século XX a congregação marca a sua história no campo da saúde ao assumir o Hospital Domingos Freire³¹ (imagem 8) em 1900, e dois anos depois atuaram no Asilo da Mendicidade³² (imagem 7) e, em 1933, dedicaram-se aos doentes do Hospital São Sebastião³³ (imagem 9) (JUBILEU, 2009).

³¹ O Hospital Domingos Freire foi um hospital de isolamento em Belém. Foi criado em 1894 a partir da lei Nº 306 da Câmara dos Deputados que autorizava a construção de um hospital para isolamento de pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas. As obras deste hospital foram iniciadas no governo de Lauro Sodré e finalizada no governo de Paes de Carvalho. O hospital era administrado pelas irmãs da Santa Casa de Misericórdia. Além do próprio hospital, a irmandade administrava a farmácia, o refeitório e a enfermaria. Embora com uma arquitetura imponente e elegante, havia muitas críticas por parte dos higienistas por duas razões: a primeira do hospital estar localizado em uma área de pântano o que propiciava casos de malária e outras doenças; a segunda do hospital estar próximo ao hospital São Sebastião que cuidava de doentes acometidos de varíola. Havia um projeto bastante ambicioso com vários pavilhões para atender doentes de Varíola, Febre Amarela, Febre Tifoide, Difteria e Tuberculose. No mais, as taxas de mortalidade do hospital eram altas o que gerou na população e principalmente na imprensa local críticas ao inadequado atendimento prestado aos doentes que ali se internavam. Na década de 40, surge a construção do Hospital Universitário João de Barros Barreto, pois o antigo hospital já se encontrava insuficiente e inadequado para atender doente de Tuberculose.

³² O Asilo de Mendicidade foi uma das principais obras de Antônio Lemos. Foi criado em 03 de julho de 1899, mas somente em 03 de julho de 1902 a intendência municipal de Belém entrega oficialmente a construção concluída. A inauguração ocorreu a 16 de novembro de 1902 depois de muitas crítica recebidas dos seus opositores pela imponência e luxo do prédio, Lemos proibiu esmolar nas ruas, praças, igrejas e edifícios públicos e privados. Por algum tempo a cidade ficou sem mendigos perambulando pela cidade. As críticas estavam relacionadas principalmente ao luxuoso prédio e a mobília refinada que foi adquirida pela intendência municipal de Belém (ROQUE, 1996)

³³ O Hospital São Sebastião foi criado nos finais do século XIX para atender doentes de Varíola. Ficou conhecido como Asilo das Madalenas por atender prostitutas com doenças venéreas, com o fim da epidemia de Varíola. O referido hospital foi administrado pela Santa Casa de Misericórdia até o ano de 1921 quando o Hospital São Sebastião passa a ser gerido pelo Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural no Pará, ou seja, pelo serviço sanitário do Estado. Quando o hospital passa a atender doentes acometido de doenças venéreas, as irmãs de caridade se recusaram a prestar serviços às meretrizes. Sendo assim, o médico Heráclides César de Souza Araújo, chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas no Pará, faz com que as freiras saiam do estabelecimento que passou a ser administrado por leigos. O hospital prestou serviços médicos, sociais e educacionais a população de prostitutas com o auxílio do Serviço Médico-Policia das Meretrizes junto com o Serviço das doenças venéreas e fiscalização da prostituição. Por volta do final da década de 50 o hospital foi demolido.

Imagem 16- Hospital D. Luiz- Sociedade de Beneficência Portuguesa



Fonte: <https://images.app.goo.gl/kqegWYyf8ujp616d8/> Acesso em 14/01/2020

Imagem 19- Fachada do Asilo de Mendicidade



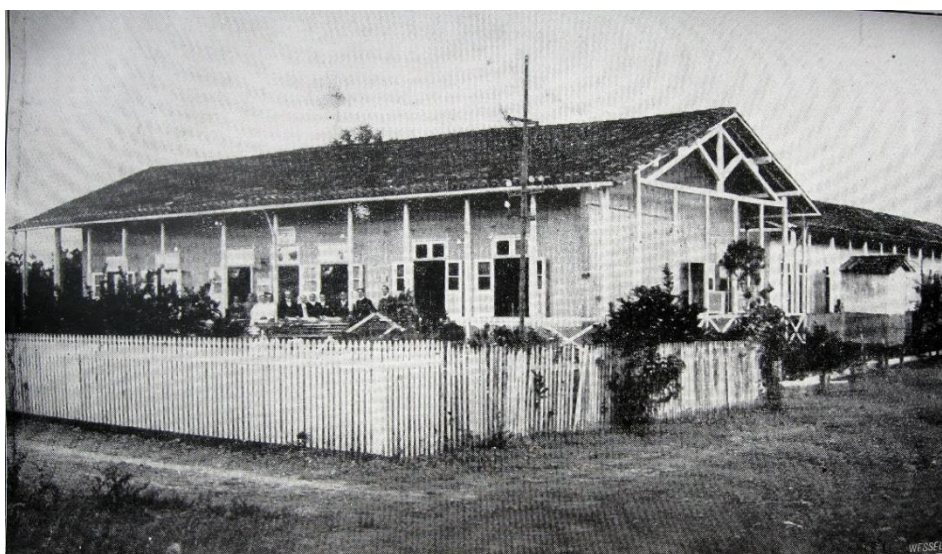
Fonte: <https://images.app.goo.gl/kqegWYyf8ujp616d8/> Acesso em 14/01/2020

Imagem 22- Hospital Domingos Freire



Fonte: <https://images.app.goo.gl/kqegWYyf8ujp616d8/> Acesso 14/01/2020

Imagem 25- Hospital São Sebastião



Fonte: <https://images.app.goo.gl/kqegWYyf8ujp616d8/> Acesso em 14/01/2020

Na área da Educação, o trabalho da congregação das Filhas de Sant'ana se iniciou ainda no século XIX, quando estas começaram a colaborar com professores leigos na educação de meninas no Colégio Nossa Senhora do Amparo³⁴ em 1838. Além da atuação

³⁴ Sobre o Colégio Nossa Senhora do Amparo ler a dissertação “A assistência e a educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão Pará (1860-1889)”, de Elianne Barreto Sabino, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, em 2012.

das religiosas no Colégio do Amparo, estas atuaram também na administração do Orfelinato Paraense³⁵, em 1898.

Como destaca Pimenta (2012), o primeiro momento da administração destas religiosas foi no ano de 1893 quando duas religiosas da Congregação Filhas de Sant'ana acompanhadas da Associação Protetora dos Órfãos³⁶ assumiram logo após a inauguração atendendo a um pedido do então governador Lauro Sodré³⁷. Entretanto esta primeira gestão logo se diluiu por conta da carente infraestrutura e pela necessidade de um contingente maior de religiosas para dar prosseguimento a obra; o retorno das Filhas de Sant'ana a gestão deste estabelecimento ocorreu em 1898 quando um grupo de 4 religiosas comandadas pela superiora Irmã Ana Tita Armelini retomaram sua atividade laboral.

Pouca coisa havia mudado desde a primeira gestão em relação às condições de trabalho haja vista que eram precárias e principalmente a falta de recursos colaborou para a possibilidade de fechamento do Orfelinato Paraense. Porém, para que isso não se concretizasse, as religiosas recorreram ao então intendente Antônio Lemos³⁸ que proveu dias melhores àquele local. Assim, de acordo com a revista Bodas de Ouro (1933), naquele Orfanato a educação se organizava no ensino das primeiras letras, da religião, e o selecionado ensino das artes e para todo o grupo de órfãs lecionavam-se lições das chamadas prendas femininas como o bordado e a costura.

Podemos inferir que a atuação destas religiosas num empreendimento educativo pertencente ao estado está relacionada a tentativa da igreja de retornar a sua posição de destaque no espaço de formação que historicamente lhe pertenceu e foi reduzido no novo regime de governo brasileiro. Por isso, Leonardi (2016) ressalta que nos primeiros anos

³⁵ O Orfanato Antônio Lemos foi inicialmente o Orfelinato Paraense que foi criado em 13 de maio de 1893. Era mantido pela Associação Protetora dos Órfãos. Por volta de 1901, Lemos demonstrava intenção de transformar a instituição em um orfanato municipal. Por volta de 15 de março de 1906 inicia-se a construção do novo prédio do orfanato. O Orfanato Municipal passou a chamar-se Orfanato Antônio Lemos e sua inauguração foi regado de muitas comemorações. O prédio situado na cidade de Santa Isabel impressionava a todos pela suntuosidade e sua arquitetura e da beleza de suas linhas (ROQUE, 1996).

³⁶ Associação Protetora dos Órfãos foi uma entidade filantrópica criada a partir de um sentimento humanitário de algumas famílias da elite paraense para com os órfãos desvalidos. A entidade era composta de por membros associados que, por meio de doações e trabalhos voluntários, atuavam em prol dos órfãos e dos desvalidos de Belém. A iniciativa de criação da associação foi do governador do Estado, Sr. Lauro Sodré, com o objetivo de arrecadar doações e trabalhos voluntários para a construção do Orfelinato Paraense com a finalidade de abrigar, instruir e educar meninas órfãs.

³⁷ Lauro Nina Sodré e Silva foi um dos primeiros governadores do Estado no período Republicano sendo eleito no ano de 1891, pelo então congresso constituinte Paraense, permanecendo no cargo até 1897.

³⁸ Antônio José de Lemos foi intendente da cidade de Belém entre os anos de 1897 e 1911, foi o gestor responsável pelo desenvolvimento urbano da capital paraense no período áureo da exploração da borracha na Amazônia. Suas ações estavam inseridas no período historicamente conhecido como a Belle Époque.

da República, muitas congregações religiosas emigraram da Europa para atender setores específicos da sociedade a partir de parcerias com os poderes estaduais que diferentemente da União demonstravam interesse em receber estes grupos religiosos. Por fim, a obra educativa da congregação das Filhas de Sant'ana se estende ao século XX quando as irmãs de Sant'ana receberam o Instituto Gentil Bittencourt em 1905 para administrar e cuidar das meninas que ali deveriam dispor de educação esmerada, a qual era confiada às irmãs pelo então governador do estado Augusto Montenegro.³⁹

A respeito da participação destas religiosas na administração do Instituto Gentil Bittencourt, Viana (1906) destaca que o governo contratou esta congregação para a administração interna da instituição em razão da importância de um grupo religioso na educação das crianças, especialmente das meninas pobres e pensionistas da capital paraense. Essa questão será melhor discutida na seção III deste estudo.

2.5. A congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti

A fundadora da congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti nasceu no terceiro dia do mês de 1809 na cidade de Gênova, na Itália, logo no alvorecer do dia; recebeu o nome de Paula Ângela Maria Frassinetti, sendo a terceira de 5 filhos, pertencendo a uma família bastante religiosa a qual teve todos os seus filhos encaminhados à vida religiosa. Os homens tornaram-se sacerdotes e Paula Frassinetti se tornou freira anos alguns mais tarde (MEMÓRIAS, 1998).

A mãe de Paula também foi figura importante na educação religiosa da fundadora desta congregação. Ela foi a responsável por cultivar no coração daquela jovem o apreço e devoção pela religião. Além da mãe, a biografia de Paula Frassinetti aponta que a figura paterna que teve grande representatividade na formação da fundadora, pois, por ser a única menina da prole, o cuidado com a educação era redobrado.

O pai de Paula Frassinetti observava o avanço da modernidade e dos conhecimentos produzidos por aquela nova conjuntura do auge da evolução da ciência, e de acordo com as memórias sobre a fundadora, o seu genitor tinha receios a respeito

³⁹Augusto Montenegro foi governador do Pará entre os anos de 1901 a 1909, ficou conhecido pelas suas ações para regularização das finanças do Estado, assim como em seu governo a famosa estrada de ferro Belém-Bragança foi concluída.

desses saberes, entendendo que estes poderiam desorientar os seus filhos de alguma maneira, especialmente sua única filha. Desse modo, tomou para si a responsabilidade de educar a filha e os meninos foram enviados a escola pública.

Tal decisão por parte do pai de Paula se justificou em razão de que ele via os valores educativos, morais e católicos ameaçados pela ascensão da ciência no início do século XIX. Sendo assim, se ocupou da tarefa de instruir a filha ensinando-a os princípios da estima ao trabalho, a importância da fé. Rossetto (1984) destaca ser na concepção do genitor de Paula Frassinetti aspectos que dão sentidos à vida e que clareia a existência do homem.

Desde a infância Paula foi demonstrando comportamento exemplar no ambiente familiar e, além disso, logo apresentou gosto pelo trabalho, especialmente ao ofício relacionado às práticas femininas. Mais do que uma predileção pelo trabalho, as atividades manuais femininas também se tornaram uma habilidade de Paula que, desenvolveu sem instrução prévia de ninguém e já demonstrava notável maestria. Dessa forma a história nos conta que:

[...] Paula Frassinetti tinha extraordinária habilidade para os trabalhos femininos- não só para os mais vulgares e caseiros, como fiar, tecer, fazer malha, remendar, confeccionar roupa branca e fatos mesmo de homens, mas também para os mais finos e delicados, como bordados a branco, a seda, a ouro, fazer flores e frutas artificiais, etc.- viu-se depois, claramente, já que não havia trabalho algum a que não soubesse meter os ombros e levar a termo com admirável perfeição. E tudo tinha aprendido sozinha, sem orientação alguma! (MEMÓRIAS, 1998, p. 10).

A formação recebida por Paula estava associada ao ideário de educação feminina em vigor no século XIX por conta da presença do ensino de prendas, do ensino de primeiras letras. Em síntese, educar a mulher no sentido de ocupar o espaço doméstico que socialmente lhe era destinado para exercer a sua função de mãe, esposa e dona-de-casa (PINHEIRO e MORAIS, 2008).

As primeiras letras foram ensinadas à Paula pelo pai, algumas vezes também pelos irmãos e após aprender passou a estudar sozinha a partir do que observava nos materiais usados anteriormente pelos irmãos e que possibilitavam a ela exercitar a leitura e a escrita. Embora não tenha em momento algum em sua vida frequentado à escola, Paula Frassinetti desenvolveu excelente escrita, como é observada nas inúmeras cartas que deixou.

Um fato relevante na biografia da fundadora da congregação das Irmãs de Santa Dorotéia foi a morte da mãe e da tia de Paula Frassinetti que levou esta a assumir o papel feminino do lar de sua família. Por volta dos seus 12 anos de idade passou a cuidar do pai e dos irmãos tentando imitar sua mãe (MEMÓRIAS, 1998). O falecimento de sua mãe contribuiu para fortalecer sua escolha por se entregar a vida religiosa. Isto se elucida pelo fato de que Paula foi criada longe de tudo que pudesse corromper sua pureza, mostrou-se sempre dócil e obediente à vida caseira imposta pelo pai sem reclamar haja vista que, o modo de vida da sua família correspondia à sua maneira de ser: recatada e bondosa.

O ano de 1830 foi importante para a vida de Paula em virtude de que o seu irmão mais velho, o sacerdote José Frassinetti foi nomeado pároco da igreja de São Pedro de Quinto. Naquele local havia muitos jovens e crianças carentes de educação religiosa, sendo esta uma das primeiras ações do padre em Quinto. No cuidado com as crianças pensou em sua irmã Paula que desde cedo já demonstrava inclinação à vida religiosa a qual ainda não havia se consolidado por conta da falta de aprovação do pai de Paula (OLIVEIRA, 1996).

Conforme Rossetto (1984), após consentimento do pai, Paula se dirigiu a Quinto e ao chegar imitou seu irmão ao abrir uma escola naquele vilarejo e também se ocupou em cuidar da paróquia que seu irmão era responsável. A pequena escola foi destinada as meninas pobres para que não passassem o tempo livre vagando pelas ruas. Paula ministrava instrução religiosa às meninas, assim como as primeiras letras para que pudessem entre outras atividades acompanhar os ritos durante as celebrações religiosas.

A fundadora também procurou ensinar àquelas meninas as habilidades manuais como a costura e sem cobrar qualquer recurso, pois educava as meninas, impulsionada pelo desejo da prática de caridade. Paula além de lecionar sobre a religião, primeiras letras e as prendas femininas, também teve o cuidado de plantar em suas alunas os sentimentos de piedade, obediência a Deus e aos pais, o respeito e o gosto pelo trabalho, assim como foi criada.

Este primeiro registro histórico da experiência educativa vivida por Paula e registrado por suas memórias, demonstrou a afinidade da fundadora para educar, revelando nela características de uma dedicada professora como: prudência, o cuidado, a caridade e mais a bondade conhecida por seus familiares que também conquistou as jovens de Quinto fazendo-as se aproximar mais da religião (MEMÓRIAS, 1998).

As memórias da fundadora também evidenciam que o trabalho desenvolvido por Paula em Quinto despertou o interesse e admiração não somente das jovens meninas e

dos religiosos da paróquia. Esta mesma fonte biográfica também elucida que o modo de ser e viver da irmã do pároco José Frassinetti influenciou as jovens de Quinto e entre as várias admiradoras de Paula existiram aquelas que além de seguir o seu exemplo desejavam se aproximar de Paula, e que posteriormente iriam se tornar religiosas da congregação que mais tarde viria a ser criada por Paula (ROSSETTO, 1984).

Esta mesma autora relata que o grupo de jovens seguidoras de Paula não tardou muito a crescer para 12 jovens simpatizantes ao modo de estar próximo de Deus e amá-lo difundido por Paula Frassinetti, que motivava suas companheiras na prática da caridade e contava com seu auxílio para o ensino da religião às meninas desassistidas.

Com este grupo de companheiras, Paula manifestou o desejo de criar um instituto religioso em que aquelas moças que desejassem seguir a vida religiosa pudessem ingressar sem pagar porque não dispunham de condições financeiras, haja vista que os mosteiros de Gênova solicitavam uma espécie de dote para entrar na vida religiosa (ROSSETTO, 1984).

O esboço das primeiras Regras ou Constituições daquele futuro Instituto foi produzido pelo Padre Frassinetti que para a história desta congregação é considerado o cofundador do Instituto de Santa Dorotéia da Frassinetti. Enquanto isso, Paula e suas companheiras trataram da preparação espiritual entendendo que se organizar era imprescindível para iniciar a obra missionária da futura congregação.

O projeto de criação deste grupo religioso enfrentou dificuldades ao viver a perda de algumas jovens que se viram cansadas, e as demais que decidiram permanecer com a fundadora; assim Rossetto (1984) evidencia que as jovens que permaneceram no desejo de se dedicar a vida religiosa, vivendo em pobreza e trabalhando para garantir a sua subsistência, voltando sua atenção as crianças pobres, especialmente as meninas, se juntaram para viver em comunidade e a partir de então tinham Paula como exemplo.

Nessa direção, as religiosas do novo Instituto religioso liderado por Paula se chamaram Filhas da Santa Fé e o espírito desta recém-criada comunidade seria fundamentado numa vida de apostolado exclusivamente feminino. Embora estivesse encaminhando satisfatoriamente a criação do Instituto, faltava a Paula um detalhe muito importante para seguir sua vida religiosa: o consentimento do pai que desde cedo se mostrou resistente ao desejo da filha em seguir a vida religiosa por não querer se separar dela.

Depois de muito relutar o tão esperado consentimento paterno foi dado a fundadora que então deu prosseguimento as suas atividades no Instituto que oficialmente

se consolidou e foi fundado no dia 12 de agosto de 1834. A escolha da supracitada data pela fundadora se justificava por conta de que naquele dia era celebrada a festa de Santa Clara, santa que na compreensão de Paula: “[...] alcançaria para ela e para suas Filhas, presentes e futuras, o verdadeiro espírito de pobreza” (MEMÓRIAS, 1998, p. 24).

A rotina das religiosas se organizava no trabalho para prover às necessidades físicas, o trabalho missionário, o trabalho doméstico e da escola que já atendia às meninas pobres e naquele novo momento também passou a receber internas em número reduzido haja vista que, por não cobrar pela educação ofertada não havia condições espaciais de abrigar um contingente mais expressivo de alunas internas (MEMÓRIAS, 1998).

Mesmo diante da falta de espaço, a obra que Paula era dedicada às meninas pobres. Sua obra foi crescendo e atraindo famílias de vilas vizinhas a Quinto e até mesmo de Gênova interessadas que as irmãs de Santa Fé educassem suas meninas. Este grupo religioso se voltou ao trabalho no campo da Educação, pois a própria Paula desde muito cedo demonstrou talento para educar, e o fazia por meio do amor, mas, quando via a necessidade de repreender fazia de um jeito particular, sem agressividade (ROSSETTO, 1984).

Outro fato interessante na vida de Paula e, conseqüentemente, na história da fundação do Instituto religioso ocorreu em 1835 quando o Padre Lucas Passi, seguidor da Pia Obra de Santa Dorotéia, que se dedicou a atender crianças pobres. Com o desejo de deixar este seu apostolado render frutos mesmo depois de sua morte, o prelado levou sua obra ao conhecimento da fundadora das Filhas de Santa Fé a qual como aponta Rossetto (1984), aceitou por perceber que a Pia obra possibilitava a expansão do seu pequeno Instituto assim como promoveria o bem.

As memórias de Paula contam que ela e suas filhas espirituais assumiram o compromisso de promover esta obra. Entre as primeiras medidas foi a alteração do nome da congregação do Instituto, a partir daquele momento foi determinado que se chamassem Irmãs de Santa Dorotéia professando também os votos de pobreza, castidade e obediência assim como manter a Pia obra de Santa Dorotéia.

No ano de 1851, quando são entregues as Constituições que iriam reger o Instituto, o pensamento e o carisma de Paula Frassinetti, porém, estas primeiras regras não foram aprovadas em razão de apresentar carências, sobretudo, no ponto de vista jurídico. Apesar disso, o que Paula esperava com este documento era que: “[...] as Constituições da sua Congregação refletissem uma face de seu próprio estilo e do trabalho executado pelas Doroteias” (OLIVEIRA, 1996, p.57).

Ainda sobre este mesmo ponto, Rossetto (1984) salienta que a aprovação das Constituições ocorreu em 1860, em uma versão resumida que basicamente se organizava por uma sucinta explanação do instituto religioso, elucidando também nesta versão um contexto histórico, as finalidades e a espiritualidade do Instituto das irmãs de Santa Dorotéia. Seis anos após este fato, com as casas fundadas na Itália, a Obra de Santa Dorotéia se espraiava para além dos limites do território Italiano e Paula envia suas irmãs em Cristo para Portugal e Brasil no fim da segunda metade do século XIX, a pedido dos eclesiásticos destes países pelo reconhecido trabalho desenvolvido pelas religiosas na educação e acolhimento de meninas pobres.

O trabalho deixado por Paula foi prosseguido pelas religiosas da congregação que, no ano de 1882 eram 369 religiosas nas diversas comunidades e até aquele momento estavam expandindo sua obra para a Itália, Brasil e Portugal conduzindo a missão realizada nas: “[...] escolas, internatos, retiros espirituais para adultos, jovens e crianças que se preparavam para a Primeira Comunhão, catequese e Obra de Santa Dorotéia” (ROSSETTO, 1984, p. 217). Por fim, as Irmãs do Instituto de Santa Dorotéia da Frassinetti ao longo dos anos levaram a educação a outras comunidades, direcionando suas ações aos jovens e os desassistidos. No mais, as religiosas desta congregação apresentam a filosofia de Paula, o amor e a caridade praticados por ela a países como Suíça, Espanha, Angola e outros locais ainda mantendo em funcionamento as primeiras casas como a do Brasil.

Nessa perspectiva, o pensamento pedagógico da congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti se organiza na chamada Educação pela via do coração e do amor a qual tem sua ideia registrada nas Constituições de 1851⁴⁰, as quais justamente foram redigidas pela fundadora Santa Paula Frassinetti. Portanto, a educação traz em seu conteúdo a essência do pensamento educativo deste grupo religioso bem como também serve de referência para o agir desta congregação em virtude de que neste documento está registrado todo o pensamento da fundadora em relação à prática religiosa que historicamente está ligada à educação.

Dessa forma, se faz necessário discutir o pensamento pedagógico da congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti também à luz das Constituições escritas no

⁴⁰As religiosas do Instituto de Santa Dorotéia tiveram suas práticas norteadas inicialmente pelas Constituições e Regras que originalmente foram redigidas em 1851, tomando como referência as Constituições das religiosas do Sagrado Coração de Jesus. Porém, esta primeira versão sofreu modificações seguindo as orientações da igreja e do Concílio Vaticano II e após revisão da Santa Sé as novas Constituições foram aprovadas em março de 1981 e publicadas em 1987, a qual vigora na vida religiosa deste grupo.

século XIX, em virtude de que este se configura como um documento histórico para este Instituto religioso por justificar a existência deste para o mundo.

A filosofia educativa desta congregação por se aproximar dos princípios religiosos se propõe a educar pelo lema pensado por Santa Paula: “Educar pela via do coração e do amor”, direcionando sua ação evangelizadora e educativa para os jovens e aos desassistidos. E dessa forma a Educação na visão deste grupo religioso está relacionada a Pedagogia do Evangelho a qual permite ao indivíduo conhecer o amor de Deus e na ciência desse sentimento evoluir como pessoa (CONSTITUIÇÕES, 1981).

Considerada como um exemplo de educadora pela sua característica de bondade, Santa Paula mostrou em sua prática a característica da maternidade ainda que em dimensão espiritual para com aquelas primeiras meninas pobres que recebeu em Quinto. E assim construiu uma filosofia educativa que justamente orienta formar a partir do coração e do amor, pois assim:

[...] significa estimular uma atitude interior de ABERTURA e DISPONIBILIDADE, orientada para uma conversão autêntica e livre. Significa viver e promover a reconciliação em todos os níveis, para que o outro encontre o coração de CRISTO (RAÍZES DA NOSSA MISSÃO EDUCATIVA: QUESTÕES E INTERPELAÇÕES, 2000, p.16).

Conforme destacamos anteriormente, de acordo com as Constituições que inspiram o Instituto religioso, a educação da juventude é o segundo meio que permite as religiosas executar a finalidade de honrar a Deus e Nossa Senhora das Dores. Assim, historicamente a obra de Paula ao ser solicitada para colaborar em colégios e orfanatos tinham o objetivo de estabelecer a Pia obra de Santa Dorotéia, educando apenas meninas para que se tornassem futuras mães e esposas; além disso, formar uma mulher e mãe cristã, detentora de sólidas virtudes, responsável pelo lar e seria luz da família.

[...] Quantos esposos, que vivem longe de Deus e esquecidos da fé, podem ser retirados do vício e da desordem, e reconduzidos à virtude, mediante os exemplos, os cuidados, o bom senso, a suavidade e as orações duma esposa solidamente cristã (CONSTITUIÇÕES, 1851, art. 250, p. 104).

Nessa direção, a religião é o alicerce da Educação proposta por esta congregação e o fator em destaque a ser ensinado. Como apontam as pioneiras Constituições, a religião se mostrava como finalidade da educação das meninas que também recebiam outros

ensinamentos denominados acessórios em relação à religião, mas, que eram importantes visto que a formação dada a elas teria o objetivo de prepará-las para viver honestamente.

Logo, a formação religiosa das meninas se organizava com base nos exercícios de piedade, a devoção, sólida formação na fé, nas virtudes e para viver de modo que não contrariassem a Deus. Nas lições religiosas ensinavam às meninas a devoção ao Sagrado coração de Jesus e de Maria Santíssima bem como também o amor pela Igreja, e o respeito aos eclesiásticos; entre outros elementos o respeito as diferenças e a crença na capacidade das educandas por serem filhas de Deus (RAÍZES DA NOSSA MISSÃO EDUCATIVA: QUESTÕES E INTERPELAÇÕES, 2000).

Em consoante com o histórico da referida congregação, os estabelecimentos de educação geridos pelas Irmãs de Santa Dorotéia começaram a funcionar ainda no século XIX praticando o pensamento educativo de Santa Paula. Nestas primeiras instituições eram ensinadas às educandas as habilidades condizentes ao gênero feminino, como os ofícios manuais com a finalidade proporcionar o seu sustento futuramente, tal premissa era específica para as meninas pobres e órfãs. Ao lado disso, ainda eram lecionadas a estas educandas lições das ciências humanas, de línguas estrangeiras, catecismo entre outros saberes.

Conjuntamente ao que era ensinado às educandas, as Irmãs Doroteias tinham o cuidado de cultivar naquelas meninas a mesma afeição que Santa Paula Frassinetti tinha pelo trabalho manual. Vale lembrar que todos esses ensinamentos eram proporcionados sem esquecer-se do escopo primordial das religiosas desta congregação que era cooperar para constituir uma jovem cristã, que vivesse no mundo, mas prestasse respeito a Deus.

Assim, seguindo a lógica dos princípios religiosos, a filosofia educativa/pensamento pedagógico desta congregação para manter sua propagação veio ao longo do tempo se ajustando a realidade, mas, continuando a disseminar o projeto educativo da fundadora das Irmãs Doroteias, com base na essência do pensamento educativo registrado nas Constituições de 1851 pautado na evangelização, e também no que assinala o plano interprovincial de educação deste grupo religioso (2002), ao se referir a presença profética, na mística do educador, a comunhão, o compromisso com o conhecimento e, por fim, a via do coração e do amor.

Nessa perspectiva, nas escolas ou instituições educativas dirigidas pelas Irmãs de Santa Dorotéia, se promove a histórica missão da congregação, de evangelizar por meio da Educação bem como também contempla neste processo formativo os valores éticos e

cristãos tendo como referência os ensinamentos da igreja, como apontavam as chamadas intuições pedagógicas da mãe fundadora.

A respeito das intuições pedagógicas de Paula, ponto de fundamental relevância da missão educativa da congregação é interessante compreender que a obra se fundamenta na opção de vida da fundadora que tinha sua espiritualidade focada em Jesus, de modo que de acordo com o livro das raízes da missão educativa das Irmãs de Santa Doroteia (2000), a fé é a origem da obra iniciada por Paula e da mesma maneira é o eixo central das suas atividades.

Tendo a fé como princípio central, a ela eram atribuídos três valores que eram essenciais: *a caridade, a obediência e a simplicidade*. Como primeira intuição a caridade para a fundadora das religiosas Doroteias representava o acolhimento de Deus na figura dos mais pobres; em relação a obediência, as raízes educativas destacam que esta é a mais primorosa intuição de Santa Paula Frassinetti haja vista que a vontade divina é a sua direção e entende a obediência como “[...] reconhecimento dos limites e incapacidades” (RAÍZES DA NOSSA MISSÃO EDUCATIVA: QUESTÕES E INTERPELAÇÕES, 2000, p. 17).

A simplicidade como intuição pedagógica é relativa ao desprendimento daquilo que não colabora nas relações pessoais, como exemplo tem-se o orgulho. Esta intuição se apresenta como ferramenta para aqueles que precisam se despir do medo para poder viver e amar o próximo. Portanto, partindo destas intuições para o trabalho educativo na visão de Santa Paula, o educar na perspectiva Doroteia se orienta por atitudes que se assemelham ao modo de viver da fundadora.

A primeira atitude é o testemunho o qual tem a ver com o cotidiano de Paula que viveu para testemunhar o amor de Deus, e fez desse amor o seu carisma. Observando que estas atitudes são interligadas, o testemunho gerou a característica do modo como a fundadora realizou sua obra: *Forte e suave*. Outra atitude para educar na perspectiva desta congregação é o diálogo que se configura como algo imprescindível a educação, da mesma forma como condiciona o encontro de Deus com o universo e o homem. Dialogar no processo educativo se trata de compreender as diferenças do outro, respeitá-las para que assim se possa observar a humanidade em si mesmo. A fundadora na sua prática, de acordo com as raízes educativas, sempre tinha o cuidado de respeitar o outro em suas particularidades e assim respeitava a liberdade destes (RAÍZES DA NOSSA MISSÃO EDUCATIVA: QUESTÕES E INTERPELAÇÕES, 2000).

A presença vigilante como atitude para educar significa estar alerta aos sinais de Deus em si mesmo, no outro e em tudo mais que estiver ao redor, em razão de que se faz necessário sempre entender os sinais divinos em todo momento. A humildade se mostra como outra atitude indispensável ao educador da Pedagogia de Santa Paula, pois é na pessoa humilde que se encontra maior possibilidade de plantar o conhecimento.

É interessante assinalar que a humildade está coadunada a coragem, pois o encorajamento se trata de um meio pedagógico para a fundadora. Logo o indivíduo que é capaz de incentivar o outro se mostra como educador. Isso se explica porque o indivíduo que revela ao outro seu crescimento, assim como tem fé e alegria demonstra a capacidade ao longo da vida.

[...] Quem não se amedronta diante da negação do amor e do bem, é capaz de transformar as estruturas injustas da nossa sociedade. Somente pode encorajar quem já se sente encorajado porque tem um horizonte para apontar (RAÍZES DA NOSSA MISSÃO EDUCATIVA: QUESTÕES E INTERPELAÇÕES, 2000, p. 20-21).

Além desta ainda se apresenta como inspiração da Pedagogia de Paula, a afetividade que neste contexto se interpreta como a ligação sentimental do indivíduo com o próximo, com a natureza e consigo mesmo. O documento as raízes educativas elucida que a afetividade se trata do incentivo da doação ao outro sem medida e faz-se isso com amor a partir da convivência baseada no amor e no respeito, porque de acordo com a fundadora o laço afetivo que se estabelece é condição para dar motivação a solidariedade para viver, além do mais, a afetividade pode até mesmo dar conforto ao trabalho porque quando este se mostra desgastante: “ [...] se alimentando com afetividade, o difícil vai sempre nos parecer um momento superável” (RAÍZES DA NOSSA MISSÃO EDUCATIVA: QUESTÕES E INTERPELAÇÕES, 2000, p. 21).

Vale destacar que a filosofia educativa desta congregação e o projeto educativo de Santa Paula Frassinetti era educar para formar integralmente o homem, formação esta que pressupõe a união da formação humana e religiosa. Isto é, um projeto de educação que leve o indivíduo a se desenvolver nas mais diversas capacidades para a transformação do mundo no que se chama da família de Deus (RAÍZES DA NOSSA MISSÃO EDUCATIVA: QUESTÕES E INTERPELAÇÕES, 2000).

A proposta educativa da congregação das Irmãs de Santa Dorotéia demonstra que o educador é levado a fortalecer o gosto pela elaboração dos conhecimentos que conduzem para a vida a partir da perspectiva da prática pedagógica do evangelho

inspirado pelas intuições da educação pela via do coração e do amor (PLANO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

Em síntese, o documento *Raízes da nossa missão educativa: questões e interpelações* (2000) destaca que todas as atitudes e as intuições pedagógicas de Paula são possíveis de se abordar independente do tempo histórico porque se baseiam em valores e princípios alheios as conjunturas. Isso é possível devido às raízes educativas a congregação das Irmãs de Santa Dorotéia. Contudo, com o passar dos anos, o objetivo era de dar continuidade ao seu trabalho em determinada realidade com o cuidado em manter vivo espírito da sua fundadora.

O Brasil foi o primeiro país a receber a obra educativa de Santa Paula que enviou o primeiro grupo de religiosas às terras brasileiras, em fevereiro de 1866, abrindo a primeira casa em Recife realizando um vistoso trabalho que não demorou muito a se espalhar para outros locais do país. Assim, no ano de 1877, as Irmãs de Santa Dorotéia, lideradas pela superiora Josefina Pingiani desembarcaram em Belém do Pará com a missão de educar as meninas do Asilo de Santo Antônio; trabalho que adentrou o século XX e que terão suas ações apresentadas na seção III deste estudo.

2.6. A obra missionária das Irmãs de Santa Doroteia da Frassinetti no Pará

O Estado do Pará foi o segundo destino das religiosas de Santa Dorotéia no Brasil, as quais chegaram ao país no dia 12 de fevereiro de 1866 iniciando a obra fundada por Santa Paula na cidade de Recife pelas seis primeiras irmãs lideradas pela superiora Teresa Casavecchia, Josefina Pingianni a vice-superiora, e as irmãs Francisca Toscani, Virgínia Janozzi e Gertrudes Mattei. O envio destas religiosas para a primeira missão nas terras brasileiras foi fruto do pedido de Dom Manuel de Medeiros, bispo de Olinda e Recife (AZZI, 2002).

A vinda destas religiosas para o Brasil foi realizada após o bispo Manuel de Medeiros em audiência com a fundadora assinalar a importância de religiosos e especialmente das Irmãs de Santa Doroteias, para ajudar a melhorar a realidade do Brasil naquele momento que se encontrava carente do auxílio da igreja católica. Assim de acordo com o bispo de Olinda e Recife os brasileiros por vezes não tinham acesso aos sacramentos da igreja justamente pela falta de sacerdotes.

Nesse contexto, podemos induzir que a vinda da congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti tanto para o Brasil como para o estado do Pará estava inserida na conjuntura das migrações das congregações religiosas para o Brasil, iniciada na segunda

metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Segundo Bittencourt (2017), a vinda desses grupos religiosos para o Brasil e, conseqüentemente, para os estados estava ligada ao projeto de romanização da Igreja.

Aquela conjuntura apresentada à Paula Frassinetti evidenciou a importância do trabalho das religiosas desta congregação em prol do povo brasileiro, sobretudo, no trabalho com a mocidade feminina. E dessa forma as religiosas se colocaram à disposição para serem enviadas a nova fundação no Brasil.

A primeira instituição educativa em terras brasileiras sob os cuidados das Irmãs de Santa Doroteia foi o Colégio de São José, que não demorou muito a passar por dificuldades estruturais em vista de que o número de alunas crescia cada vez mais e já não se disponibilizava de condições para abrigar as alunas e as religiosas. A respeito disso Riolando Azzi (2002) destaca que o primeiro ano de trabalho dessas religiosas foi marcado por muito trabalho e sacrifício das seis irmãs que se ocupavam em educar as meninas e cuidar da casa, mas, tudo o faziam sem reclamar.

Nessa conjuntura de dificuldades, as religiosas Doroteias ainda enfrentavam perseguições juntamente com o referido bispo, sendo caluniados por opositores como o ex- Vigário capitular Cônego Faria que não somente propagava inverdades a respeito das religiosas e do bispo de Olinda e Recife, mas também: “[...] lançaram ainda mão da pena, e as colunas dos jornais públicos divulgavam por toda a parte aquelas infâmias sob a forma de Cartas anônimas a Alípio” (MEMÓRIAS, 1998, p. 181-182).

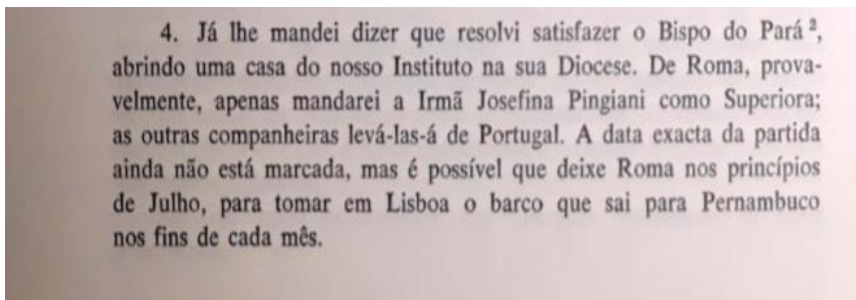
Mesmo diante das adversidades, a missão das religiosas Doroteias se expandiu para outros locais do país; a cidade de Belém do Pará recebeu estas religiosas no dia 03 de setembro de 1877, enviadas a pedido do então bispo Dom Antônio de Macedo Costa chegaram à capital do estado com a tarefa de gerir o Asilo de Santo Antônio, instituição fundada pelo referido bispo do Pará que tinha nas irmãs grande confiança para educar as meninas pobres e da sociedade local.

A história mostra que a fundadora relutou para aceitar abrir a nova casa no Brasil, a decisão favorável só foi tomada após encontro com Dom Macedo Costa depois que este foi libertado por desobediência ao império em razão de ser importante difusor da questão religiosa e também com o auxílio da irmã Pingiani que se interessou pela missão e intercedeu pelo bispo do Pará para que mãe Paula decidisse por ajudar o povo Paraense (MEMÓRIAS, 1998).

A obra de Santa Dorotéia no Pará foi formada por 7 religiosas vindas de Pernambuco e de Portugal tendo como a primeira superiora a irmã Josefina Pigiani,

conforme ilustra um trecho da carta da fundadora à irmã Jannozzi na casa de Recife em 31 de maio de 1877:

Imagem 27-Carta de Santa Paula à Irmã Jannozzi



4. Já lhe mandei dizer que resolvi satisfazer o Bispo do Pará², abrindo uma casa do nosso Instituto na sua Diocese. De Roma, provavelmente, apenas mandarei a Irmã Josefina Pingiani como Superiora; as outras companheiras levá-las-á de Portugal. A data exacta da partida ainda não está marcada, mas é possível que deixe Roma nos princípios de Julho, para tomar em Lisboa o barco que sai para Pernambuco nos fins de cada mês.

Fonte: Epistolário de Santa Paula Frassinetti, Cartas II (1987).

De acordo com Chaves (1977), a chegada das irmãs Doroteias foi marcada por muitas comemorações preparadas pelas senhoras da sociedade Paraense que, depositaram grande confiança no trabalho daquelas religiosas que tinham muito a contribuir na educação das meninas do asilo de Santo Antônio para que futuramente fossem mulheres cristãs. De acordo com o jornal *a Boa nova* (1877), o referido asilo foi referência na educação da mulher e tomaria proporções maiores quando confiado as dedicadas mestras do Instituto religioso de Santa Dorotéia.

Este mesmo jornal ainda destacou a experiência das religiosas no campo da educação e que sua forma de instruir demonstrava habilidade nos estabelecimentos aos quais estavam sob sua direção. Sem esquecer evidentemente que o maior objetivo do processo educativo desta congregação era incutir nas meninas atendidas pelo asilo de Santo Antônio os bons valores cristãos e sociais (A BOA NOVA, 1877).

Benedito Costa (2014), na dissertação, *“A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém-Pará (1878-1888)”*, analisa o referido asilo sob a administração das religiosas Doroteias na primeira década de funcionamento. De acordo com este autor, estas abnegadas educadoras dividiram o ensino das meninas desta instituição em atividades religiosas e pedagógicas.

Sendo assim, as atividades religiosas no Asilo de Santo Antônio eram regidas pelas Constituições e regras do Instituto de Santa Dorotéia haja vista que, para esta congregação a religião é a base da educação. De modo que nessa perspectiva eram

ensinadas as meninas lições de catecismo, as formas de confissão assim como também aprendiam entre tantas outras questões religiosas o amor e obediência à Igreja.

Além desta formação religiosa mais generalizada, as irmãs do Asilo de Santo Antônio procuravam formar também suas alunas quando participavam de alguma maneira das festas do Carnaval, festa junina, Círio de Nazaré, Semana Santa, Natal etc. E, também, se realizava no Asilo a festa de Santo Antônio onde as meninas e religiosas e toda a comunidade participavam da festividade composta por celebrações e leilões para angariar recursos aquele estabelecimento (COSTA, 2014).

Em relação ao trabalho pedagógico construído no Asilo, as Irmãs de Santa Doroteia seguiam as orientações deixadas nas Constituições e regras de seu Instituto religioso no que se refere ao sustento da instituição que era provido dos recursos de doações ou então pela pensão das educandas de famílias mais abastadas. Quanto à finalidade da educação promovida pelas religiosas da congregação fundada por Santa Paula Frassinetti, esta prezava por formar a mulher virtuosa, exemplo de mãe e esposa, e para tanto o conjunto de saberes ensinados as meninas se organizava em três áreas: a religião, o ensino das ciências humanas ou profanas e o ensino das prendas femininas.

A missão educativa das religiosas desta congregação prosseguiu no século XX no Colégio de Santo Antônio, continuando a educar as meninas em regime de internato e externato visando formar a mulher digna e conhecedora dos bons valores, porém, agora ofertando outras formações que antes não estavam presentes no programa desta conceituada instituição



Fonte: Álbum do Pará, 1908

SEÇÃO III

CENÁRIO SÓCIO, POLÍTICO E ECONÔMICO NO PARÁ REPUBLICANO E O PROJETO EDUCACIONAL DAS CONGREGAÇÕES DAS FILHAS DE SANT'ANA E IRMÃS DE SANTA DOROTEIA NO PARÁ (1906 a 1927)

“As internas um limitado contato com o exterior, de lá só podiam sair casadas, com dote garantido pela instituição, através de legados e doações, ou através de ‘favor’ dos governos provinciais. Há indícios de que o destino mais comum era o de que fossem criadas em casa de famílias, nem sempre contando com o pagamento de seu trabalho” (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.27).

3.1. Conjuntura Social, Política e Econômica no Pará Republicano (1906 a 1927)

O período estabelecido nesta pesquisa nos conduz a versar sobre a conjuntura do Estado do Pará no referido período histórico, haja vista que a atuação das congregações que se constituem objeto desta investigação não estava alheia ao contexto local no que toca aos fatores sociais, políticos e educacionais paraenses.

Nessa lógica, no período investigado, o Estado do Pará estava envolvido em uma atmosfera de mudanças que perpassavam por todos os setores da sociedade. Estas alterações estavam relacionadas ao período áureo da exploração da borracha na Amazônia⁴¹. Vale lembrar que este marco da história local é assinalado nesta discussão em virtude de que os anos delimitados neste estudo se inserem parcialmente no conhecido período denominado como *boom* da economia gomífera (SARGES, 2010).

Este fato que marcou significativamente a história do Pará nos âmbitos sócio-político e educacional estava circunscrito num momento maior em que o Brasil estava inserido e que se fez presente no país entre o fim do século XIX e início do século XX. De acordo Sarges (idem), este momento se tratava da chamada modernidade, a qual compreendia novas formas de urbanização, de trabalho, novas mentalidades, bem como os ideais de progresso e civilidade que se encontrava em voga naquele período. Além disso, todo este cenário de mudanças foi influenciado pela internacionalização do capitalismo que exigia as transformações sócio espaciais citadas anteriormente para que de fato esta nova ordem econômica pudesse materializar no país.

Assim, segundo Sarges (2010), neste cenário da modernidade, a sociedade brasileira experienciou as mudanças apontadas no parágrafo anterior relativas ao espaço público e a difusão de um novo modo de pensamento entre outros pontos como a prática de controle da população mais pobre e, concomitantemente, o aburguesamento das classes financeiramente mais favorecidas. Esse processo acabou por gerar na concepção

⁴¹O **ciclo da borracha** se deu em um momento da história econômica e social do Brasil. Este ciclo de deu coma extração de látex da seringueira e comercialização da borracha.O principal centro de produção e comercialização da borracha aconteceu na região amazônica. Assim, o seu centro na região amazônica proporcionou expansão em todos os sentidos: da colonização, atração de riqueza, transformações culturais, sociais e belezas arquitetônicas. O ciclo da borracha na Amazônia viveu seu auge entre 1879 e 1912. Neste período a cidade de Belém viveu se apogeu de desenvolvimento. Era considerada uma cidade próspera que atraia muitos estrangeiros para a capital do Pará contribuindo para o grande impulso ao crescimento principalmente da cidade de Belém. Houve um grande desenvolvimento urbano na cidade de Belém, aumentando o comércio interno e melhorando a renda dos habitantes. Este período de transformações ocorridas pela comercialização da borracha foi chamado de *belle époque* amazônica.

de Sarges (2010) a *vitalidade urbana* com alterações na paisagem das cidades do Norte, sobretudo na estrutura física das cidades, o que, conseqüentemente, também influenciou na mudança da mentalidade da população com a absorção de novos costumes ou valores

O Estado do Pará estava inserido nesta mesma questão, pois buscava se adequar a égide do capitalismo o qual se estruturava naquele momento com o comércio acelerado da borracha. Entretanto, a introdução do Pará no capitalismo ocorreu posteriormente em relação ao restante do Brasil. Contudo, o avanço capitalista com a comercialização da borracha aconteceu de forma muito acelerada fazendo com que a capital do Estado tivesse mais importância no cenário nacional e internacional mais do que a capital do Império (ALVES, 2016). Todo este processo de reordenação foi mais visível na cidade de Belém que, de acordo com Sarges (2010) e Alves (2016), se tornou o principal porto de distribuição da produção de látex e a receber um contingente de imigrantes estrangeiros fazendo com que a cidade se tornasse atrativa para os que queriam prosperar financeiramente.

O período de alta produção gomífera gerou um “superávit econômico” e o excedente de recursos era direcionado ao poder público que destinava estes valores para o melhoramento do espaço, construção de prédios públicos, praças e etc. Vale lembrar que estas ações de melhoramento da cidade de Belém buscavam seguir o estilo de vida semelhante ao da Europa que era tida como modelo de progresso e modernidade na região Norte.

Da Europa, especialmente da França, é que veio o modelo de urbanismo moderno, reproduzido em Belém [...] através da construção de *boulevards*, praças, bosques, asilo, mercados calçamento de ruas, bem como de uma rigorosa política sanitária (SARGES, 2010, p. 20).

A cidade de Belém por estar inserida na modernidade foi considerada ao lado de São Paulo e Rio de Janeiro como uma das cidades *boom* do Brasil (SARGES, 2010). A partir deste fenômeno da modernidade conferindo as devidas mudanças realizadas a fim de melhorar a capital, estas ações estavam sob a responsabilidade do poder público e tiveram maior expressividade na gestão do intendente Antônio Lemos.

Com a instalação da República, o ambiente político era de ruptura com qualquer vestígio da monarquia. E neste cenário, em 1897, Antônio Lemos se torna intendente de Belém, e assume tal mister, sabedor que as cidades padeciam dos resquícios do antigo regime, portanto careciam de higiene e modernidade, o que a República prometia sanar- obras públicas e embelezamento (SERFATY, 2016, p. 57).

As alterações na cidade de Belém proporcionaram à capital paraense a instalação de igrejas, palacetes, grandes prédios públicos e comerciais, peças de mobiliário modernas, decorações, instalações de redes de esgoto, redes de distribuição de água e gás, construção de feiras, hospitais, entre outros locais. Todas essas alterações eram inspiradas no modelo francês de urbanização. No campo do entretenimento, grandes empreendimentos também foram construídos e, geralmente, eram frequentados pela elite paraense formada pelos comerciantes, barões da borracha, banqueiros, pecuaristas, profissionais liberais, famílias tradicionais entre outros. Entre os projetos de modernidade da cidade destacam-se o Teatro da Paz⁴² e o Cinema Olympia⁴³ que eram espaços atrativos para a elite paraense e para os estrangeiros (SARGES, 2010).

Diante desse cenário, Sarges (2010), Serfaty (2016) e Alves (2016) concordam ao destacar que o período da alta exploração da borracha na Amazônia tornou a capital do estado do Pará mais atrativa para muitos imigrantes, sobretudo os nordestinos. Segundo Alves (2014), essa frenética vinda de nordestinos e estrangeiros para a capital do Pará proporcionou inúmeros problemas para a cidade em razão das muitas epidemias que proliferaram na população atingindo principalmente as crianças, o que proporcionou uma mortalidade infantil intensa que só foi combatida com ações dos médicos higienistas e sanitaristas.

Indiscutivelmente, Belém era convidativa para os setores do comércio haja vista que naquele período o comércio estava bastante movimentado e comercializava diversos produtos para as elites locais em razão do culto ao progresso e civilidade. O período áureo de extração do látex na Amazônia se encerra por volta dos anos de 1920 em virtude da

⁴² O Teatro da Paz foi a primeira casa de espetáculos erguida com recursos públicos, depois de inúmeras tentativas, desde a década de 1820, de edificação de um teatro provincial. Sabe-se que entre 1780 e 1812, funcionou uma casa de espetáculos em formato de teatro chamada “Casa de Ópera”, ou “Teatro Cômico”, projetada pelo arquiteto bolonhês José Antônio Landi, a serviço de Portugal. Este teatro localizava-se na lateral do Palácio do Governo. A respeito desta casa de espetáculo há poucas informações. Em 1863, a Assembleia Provincial aprovou e o presidente da Província, sancionou a lei autorizando a construção do teatro. Apenas em 1868, o Teatro de Nossa Senhora da Paz, uma alusão à expectativa de encerramento da Guerra do Paraguai (1864 -1870), começa a ser construído. A inauguração do Teatro da Paz foi, sem dúvida, um dos acontecimentos mais prestigiados de 1878. Liberais e conservadores embatiam-se novamente no campo da política partidária, estendida aos domínios da imprensa. Os jornais da época noticiavam com entusiasmo os preparativos e a inauguração do teatro que passou a receber companhias artísticas da Europa.

⁴³ O Cine Olympia é uma das principais referências do famoso ciclo da borracha na Amazônia. Com a influência da arquitetura art déco e da belle époque, o Olympia foi inaugurado em 24 de abril de 1912 durante o governo de Antônio Lemos, pelos empresários Carlos Teixeira e Antônio Martins, donos do Grande Hotel e do Palace Theatre. É considerado o cinema mais antigo em funcionamento no País. Passou também a ser considerado um dos patrimônios do período áureo da borracha no Pará. O Cine Olympia passou a ser referência dos tempos áureos do Ciclo da Borracha, pois é o cinema mais antigo do Brasil ainda em funcionamento.

valorização da comercialização da borracha provinda do Oriente, além desta questão a decadência da exploração e comercialização do látex também pode ser explicada pela ausência de uma coesa: “[...] classe política local que brigasse pelos interesses da região; o descaso do Poder Central e as vultuosas remessas de lucros para o exterior” (SARGES, 2010, p. 133).

A respeito do cenário político no decurso do período investigado, é interessante destacar que, concomitantemente ao período da exitosa exploração gomífera, ainda nos primeiros anos do século XX, a política paraense teve grandes representantes que estiveram comprometidos em sua administração buscando melhorar o Estado, e neste caso a capital do Pará, para acompanhar os ideais republicanos que eram fortemente difundidos.

Nessa perspectiva, segundo Monteiro (2005), o contexto político daquele período histórico foi marcado pelos governos de Augusto Montenegro⁴⁴, José Paes de Carvalho⁴⁵ e Antônio Lemos,⁴⁶ respectivamente governadores do estado e intendente municipal. Isso se explica porque estes três gestores se destacaram na história política paraense pois, embora o regime de governo republicano já estivesse em vigor, a política estadual ainda era direcionada a partir dos interesses de um grupo.

Tal realidade ainda existia no contexto paraense em razão de que durante certo tempo da história do Pará não haviam partidos políticos ou até mesmo associações políticas, de modo que a imprensa fez este papel, entre os quais se destacaram “A

⁴⁴ Augusto Montenegro nasceu em 1867. Foi governador do Pará, de 1 de fevereiro de 1901 a 1 de fevereiro de 1909. Foi responsável por diversas obras estruturais no Pará. Concluiu a estrada de ferro Belém-Bragança em 31 de dezembro de 1901, regularizou as finanças, melhorou o serviço de águas. Augusto Montenegro substituiu o governador Paes de Carvalho. Augusto Montenegro também ficou conhecido como o governador que vendeu a imagem de uma cidade salubre nos trópicos ao criar o álbum do Pará que circulou no Europa. Foi ele quem encomendou em 1903 ao engenheiro italiano Filinto Santoro a construção do Palacete Augusto Montenegro, onde viveu por longos anos. Esta residência, hoje patrimônio arquitetônico de Belém, serviu de Reitoria da UFPA por longos anos. Hoje abriga o magnífico Museu da UFPA, considerado o primeiro museu federal voltado para a preservação e difusão das artes visuais da Amazônia. Faleceu em 1915.

⁴⁵ José Paes de Carvalho nasceu em 1850. Formado em medicina e político paraense. Atuou no campo da medicina humanitária. Foi um dos fundadores do *Clube Republicano do Pará*. Foi senador e segundo secretário da Assembleia Nacional Constituinte de 1890. Foi governador do Pará de 1897 a 1899. Médico humanitário. Ele concorreu à vice-presidência da República nas eleições de 1894, derrotado pela chapa oficial de Manuel Vitorino, do Partido Republicano Federal.

⁴⁶ Antônio José de Lemos, nasceu em São Luis do maranhão em 1843. Foi intendente de Belém entre 1897 e 1911. Ele foi o principal responsável pelo desenvolvimento urbano e modernização da cidade de Belém. Realizou inúmeras modificações na cidade e principalmente na vida do cidadão paraense, sendo tratado como "o maior administrador municipal dos últimos tempos". É considerado o mais poderoso e recorrente mito político da Amazônia paraense. Foi um político atuante no Pará pelas suas ações no campo político, social e educacional. Foi responsável pela criação de instituições para abrigar, educar e instruir crianças desvalidas: o Orfanológico do Outeiro e o Colégio Antônio Lemos.

Província do Pará” e “A Folha do Norte” que representavam grupos opostos no estado, divididos entre apoiadores de Lauro Sodré⁴⁷ e Antônio Lemos, os quais: “[...] eram os dois chefes políticos mais importantes, que decidiram, por algum tempo, a ocupação do poder e o destino de Belém do Pará” (MONTEIRO, 2005, p. 155).

Frente a esta conjuntura, os governos de Augusto Montenegro, Paes de Carvalho e Antônio Lemos marcaram a história política do Pará e de Belém por conta de que estes gestores promoveram importantes obras durante as suas administrações. E por isso, conforme Monteiro (2005) evidencia, o trabalho destes três administradores se destaca na história quando comparado a outros governantes.

As atividades exercidas nos mandatos dos referidos administradores públicos se espalharam para diversos campos entre os quais podemos citar a educação que no referido período da primeira República era vista como meio de construção da identidade nacional, assim como civilizar e higienizar a população a fim de adequar os indivíduos aos padrões de civilidade europeus. Dessa forma, o cenário da educação paraense daquele período era condizente com a proposta nacional de regeneração da população menos abastada da sociedade.

Assim, para alcançar o objetivo de remodelar a população pela instrução, a educação primária era compreendida como melhor caminho para incutir no indivíduo durante o processo educativo a identidade nacional e a valorização da nação. Nessa direção, as instituições primárias no Pará executavam tal objetivo desde o fim do século XIX (SCHUELER e RIZZINI, 2015).

A educação no Pará, nessa ótica, conforme já destacamos seguia as orientações nacionais no que se refere ao projeto de elevação moral da população, de modo que para materializar esta tarefa foram necessárias reformas na educação pública para atender o ideário de modernidade e progresso no âmbito da instrução, por isso:

Essas reformas educacionais emergem nas fontes oficiais como “marco zero” do progresso e da modernidade educacional, protagonistas de discursos políticos que buscavam construir e legitimar, sob o prisma ideológico, a relação do novo regime republicano com os princípios de

⁴⁷Lauro Sodré foi o primeiro governador do estado do Pará, eleito pelo Congresso Constituinte Paraense, a 23 de junho de 1891. Foi representante do Pará na Constituinte da República e eleito quatro vezes senador, sendo três pelo Pará e uma pelo então Distrito Federal. Seus primeiros estudos foram no Liceu Paraense, que depois se tornou Colégio Estadual Paes de Carvalho. Foi engenheiro militar, no curso da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde ingressou em janeiro de 1877. Ele teve como mestre o republicano e maçom Benjamim Constant, o que o levou certamente a defender à República e a doutrina positivista de Comte. Ficou conhecido como um republicano destemido durante a campanha republicana. Sofria certa perseguição dos monarquistas. Faleceu em 1944.

democratização da instrução popular e do acesso à cidadania, da obrigatoriedade da escola primária e da igualdade de acesso a todos (SCHUELER e RIZZINI, 2015, p. 224).

Nesse sentido, a educação no Pará também foi permeada por diversas reformas a fim de se coadunar ao projeto de educação nacional, tais reformas foram realizadas nos regulamentos da instrução primária que iniciaram sua reorganização no início da República, especificamente no ano de 1890, na gestão do governador Justo Chermont . Além destas reformas, vale destacar que outro fato interessante na História da Educação do Pará se refere à implantação dos grupos escolares, um fenômeno nacional que ocorreu em períodos diferentes nos estados brasileiros.

Segundo Schueler e Rizzini (2015), os grupos escolares foram instituídos no ano de 1899 no Pará, no governo de Paes de Carvalho, que construiu em 1901 o primeiro grupo escolar da capital, denominado José Veríssimo. Ademais, ainda que tenham sido inaugurados no governo de Paes de Carvalho, a expansão dos grupos escolares ocorreu na administração do governador Augusto Montenegro que em suas mensagens anuais ao poder legislativo referendava suas atividades no campo da educação, evidenciando a criação destes grupos e as escolas graduadas.

Além dos grupos escolares, o contexto educacional do Pará no período histórico desta investigação também remete a outras questões tratadas ainda no governo de Augusto Montenegro, como a situação dos docentes dos grupos escolares os quais na gestão deste governador vivenciaram:

[...] Uma nova política de remuneração dos professores e de hierarquização do trabalho docente foi estabelecida, com o aumento dos vencimentos dos professores de grupos escolares na capital, que teriam perdido o subsídio referente aos aluguéis das antigas casas de escola. Decretou-se aumento nos salários de diretores de grupos escolares, suprimindo-se cargos de inspetores (SCHUELER e RIZZINI, 2015, p. 227).

O contexto educacional local nos aponta que o Estado do Pará estava inserido na almejada modernidade republicana, e isso pode ser elucidado por questões como as reformas do ensino primário e especialmente a criação e ampliação dos grupos escolares. A criação deste novo modelo de escola era símbolo da ação republicana, de modo que, segundo Schueler e Rizzini (2015), a criação de grupos escolares era defendida até mesmo nos discursos governamentais. Por fim, de acordo com que a história revela, os grupos escolares representavam tudo de mais moderno para a educação da época de modo que

serviu de modelo até mesmo para outras instituições que eram caracterizadas diferentemente de um grupo escolar. Essa premissa pode ser confirmada a partir das análises das práticas educativas das religiosas das congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Dorotéia nas instituições educativas em que se fizeram presentes.

3.2. Formação Feminina e as Congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia

A história revela que os trabalhos das religiosas de Sant'ana e de Santa Dorotéia no campo da Educação no Pará iniciaram ainda no século XIX, quando atuaram em colaboração com professores laicos respectivamente no Colégio Nossa Senhora do Amparo⁴⁸ e no Asilo e Colégio Santo Antônio⁴⁹, em Belém do Pará.

No que se refere à congregação das Filhas de Sant'ana, segundo Sabino (2018), as meninas que estavam aos cuidados dessas religiosas naquela instituição deveriam ser educadas dentro dos princípios morais e religiosos para se tornarem boas mães e esposas. Ainda no século XIX, as religiosas de Sant'ana assumiram o Orfanato Antônio Lemos⁵⁰ a pedido do então intendente de Belém, Antônio Lemos⁵¹.

A gestão do orfanato por esta congregação ocorreu em dois momentos: o primeiro em 1893 quando esta instituição foi criada; O segundo em 1898. Esta nova fase aconteceu por contar do trabalho de duas religiosas e da falta de condições estruturais, elas interromperam as atividades e passaram a contar com oito religiosas lideradas pela superiora Irmã Tita Armelini (PIMENTA, 2012).

Em relação à congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti, Costa (2014) destaca que o trabalho destas religiosas estava direcionado as meninas pobres e

⁴⁸ Uma das primeiras instituições de acolhimento para meninas desvalidas de Belém do Pará, tal instituição foi denominada inicialmente como Recolhimento das Educandas, sendo fundada em 1804 pelo bispo do Pará Dom Manuel de Almeida Carvalho. Assim, o Colégio do Amparo tinha a função de formar as meninas nos princípios morais e religiosos para futuramente serem boas mães de famílias (SABINO, 2018).

⁴⁹ Instituição fundada em 1878 na cidade de Belém do Pará, pelo bispo do Pará Dom Antônio de Macedo Costa. Esta instituição foi criada para atender as demandas da sociedade e da Igreja católica que estava vivenciando o processo de Romanização, a respeito da educação feminina, de modo que buscava formar a mulher cristã dedicada a família (BEZERRA NETO, 1998).

⁵⁰ Instituição educativa fundada pelo então governador Dr. Lauro Sodré em 1898, sendo inicialmente batizada por Orphanato Paraense. Posteriormente recebeu o nome do governador Antônio Lemos em razão de sua dedicação e cuidado para com esta instituição educativa onde sempre procurava atender as demandas solicitadas para a melhoria do espaço e consequentemente para a educação das meninas acolhidas naquele estabelecimento (BODAS DE OURO, 1933).

⁵¹ Intendente da cidade Belém, eleito no ano de 1897, foi um gestor presente no cotidiano do Orphanato; a concepção de que a educação deveria ter a finalidade de formar as meninas para gerir o lar também eram compartilhada pelo referido intendente municipal que ainda acrescentava que esta futura mulher além da educação específica do seu gênero também precisaria ser culta (PIMENTA e FRANÇA, 2015).

pensionistas e suas ações educativas assemelhavam-se a outra congregação no que se relaciona à educação das meninas abrigadas naquela instituição, haja vista que, igualmente ao que foi mencionado nos parágrafos anteriores, no Asilo e Colégio Santo Antônio também tinham a missão de formar futuras mulheres íntegras, prendadas e dentro dos valores morais e cristãos.

Com relação ao período investigado, a educação ofertada às meninas nas instituições educativas, sob a égide das referidas congregações, nos primeiros anos da República ainda seguia a concepção vigente desde os períodos anteriores que se voltavam principalmente para formar as meninas para cuidar do lar e dos filhos. Tal forma de educação para as meninas foi de certa forma preservada no início do período republicano em razão de que mesmo com o objetivo de se adequar a sociedade brasileira ao padrão de civilidade europeia, ainda se via a necessidade de preservar a mulher no seu espaço privado, ou seja, o lar.

[...] Por suas “características”, o espaço por excelência da mulher era o espaço privado, representado pelo lar. Neste ela estaria protegida e poderia cumprir de maneira eficiente suas funções de esposa e mãe. Já os homens assumiam as funções produtivas e ocupavam o espaço público. Devido à sua função reprodutiva, a educação das mulheres era, na maioria das vezes, limitada a melhor prepará-las para cuidar das atividades do lar (MENEZES, MACHADO, E NUNES, 2009, p. 44).

Vale destacar, nesta discussão, que até mesmo as fundadoras das congregações investigadas receberam esse tipo de educação voltada a sua condição feminina, mesmo não estando inseridas na categoria de meninas pobres ou desamparadas foram rigorosamente educadas pelos pais que zelavam para que seus valores morais e cristãos não fossem corrompidos e, conseqüentemente, não se caísse em desonra. No caso de madre Rosa Gattorno, fundadora das Filhas de Sant’ana, esta foi educada em casa recebendo formação correspondente a mulher de sua época que na verdade não divergiu muito do que está se discutindo nesta seção.

Os meninos da família Gattorno foram encaminhados à escola pública para aprenderem as primeiras letras e o ensino da moral; já Rosa e suas irmãs recebiam instrução em casa por professores selecionados criteriosamente pelos seus pais. A estas meninas também foram ensinadas as primeiras letras bem como também foram formadas nos misteres do seu sexo, conforme ilustra a revista Jubileu (2009, p.20):

[...] As filhas, por sua vez, receberam formação aplicada por preceptoras no próprio lar paterno, onde aprenderam a ler, escrever, contar, e ainda desenho, línguas, músicas e trabalhos manuais. Rosa Benedetta sobressaiu-se nas habilidades de bordado e canto, pondo em prática essa última, nas celebrações familiares quando tocava ao piano.

Santa Paula Frassinetti, fundadora da congregação das Irmãs de Santa Dorotéia, também esteve inserida em tal processo formativo, demonstrando logo muito cedo suas habilidades com os trabalhos de agulha. Igualmente como ocorreu no caso anterior, Santa Paula recebeu educação entre os muros de sua casa em razão de que o pai de Paula via com ressalvas os avanços da modernidade e temia que os conhecimentos produzidos por aquela nova era pudesse de alguma forma corromper sua família. Assim, diferentemente dos seus irmãos não frequentou a escola por decisão do pai, o qual se responsabilizou pessoalmente pela educação da filha transmitindo valores como o amor ao trabalho e a fé.

[...] Desconfiado, quanto à euforia científica- cujos efeitos via numa crise de valores morais, espirituais e educacionais- alheio às mundanidades, comunicou aos seus um nobre sentido da seriedade da vida, o amor ao trabalho e sobretudo à fé, uma fé inteligente e viva, que ilumina com as suas certezas o sentido da existência (ROSSETTO, 1984, p. 18).

Dessa maneira, as congregações religiosas foram fundamentais para a manutenção desta forma de educar porque a influência do catolicismo na constituição do indivíduo foi uma prática que ocorria desde o século XIX, e que ainda era possível identificar no século XX mesmo que a Igreja e Estado já estivessem separados. Contudo, em relação à padronização dos comportamentos femininos a Igreja foi a mais importante instrutora que desde a infância preparava as meninas para a vida doméstica nos colégios católicos, não confessionais, colégios particulares assim como também em instituições públicas (ALMEIDA, 2014).

Nesse contexto, as religiosas da congregação das Filhas de Sant'ana seguiram essa lógica formativa para as meninas pobres e órfãs acolhidas no Instituto Gentil Bittencourt. Estava sob a responsabilidade das religiosas o ensino das habilidades manuais femininas que compunham o cotidiano das alunas desta instituição, entre as prendas ensinadas havia também aulas de pintura conforme podemos observar na imagem 11.

Além da tarefa de pintura era também uma atividade ministrada às meninas daquele Instituto os chamados trabalhos de agulha tais como: bordado, costura etc., assim como os serviços domésticos. O ensino dessas habilidades referentes ao gênero se fazia

o objetivo principal da instituição que, além disso, foi fundada para dar formação moral e religiosa as órfãs ingressantes naquele estabelecimento de ensino; e conforme foi apontado anteriormente no que se relaciona especificamente ao tipo de formação para meninas, esta era confiada pelo Estado às religiosas de Sant'ana.

No ano de 1906, estavam sob a responsabilidade das religiosas um total de 240 meninas pobres que foram asiladas no primeiro ano de funcionamento da instituição, e que conforme revelam as fontes recebiam educação condizente a sua situação social. Além de cursar as disciplinas referentes ao ensino primário e os trabalhos manuais, as meninas abrigadas neste instituto também tinham a oportunidade de aprender um ofício, entre os quais havia as oficinas de tipografia, tecidos, que oportunizariam as meninas uma profissão para poder se manter financeiramente após a saída da instituição.

Imagem 30- Aula de pintura no Instituto Gentil Bittencourt



Fonte: Setor de obras raras da biblioteca Rosa Gattorno- Colégio Gentil Bittencourt, 1908.

Todas estas oficinas eram ofertadas pelo governo do Estado que auxiliado pela administração interna do instituto que estava a cargo das religiosas de Sant'ana procurava equipar esta instituição para dispor do melhor ensino às internas para que além de mãe de família pudessem ter uma profissão. Essa situação pode ser comprovada pela mensagem do governador Augusto Montenegro à assembleia legislativa quando trata da oferta das oficinas do ensino profissional no Instituto Gentil Bittencourt:

Para desenvolver o ensino profissional, montei uma pequena typographia, afim de ensinar as alumnas que tiverem vocação para essa arte, já em alguns paizes exercida por mulheres e na qual muitas podem encontrar meio de subsistência decente e honroso. Foram tambem com o mesmo fim, importadas machinas de tecer meias (PARÁ, 1907, p. 35).

A iniciativa de desenvolver o ensino profissional por parte do governo do Estado em ensinar um ofício às meninas pobres internas indicava as singelas mudanças no contexto formativo feminino no início do século XX, no momento em que se buscava inserir a mulher de maneira mais ampla na sociedade. Quando iniciaram no exercício de outras tarefas, porém, estas geralmente estavam relacionadas ao papel histórico da mulher como a confecção de meias conforme citado acima e produção de flores e etc.

Assim, estas tentativas de mudanças na proposta educativa feminina, esbarravam no ideário formativo desta que pregava o lar como o espaço ideal da mulher, que ainda era muito forte nos primeiros anos da República, pois de acordo com Pinheiro e Morais (2008), se buscava construir um pensamento referente às ideias de ordem e progresso que estavam em voga no novo regime de governo: a República.

Dessa maneira, outra instituição que também esteve sob a administração destas religiosas era o já extinto Colégio Perseverança⁵², uma instituição particular que além das tradicionais prendas, também ensinava às meninas os trabalhos em couro, pyrogravura, flores e desenho e etc. o mesmo curso de prendas era oferecido no externato Santa Rosa que também foi dirigido pela referida congregação a qual tinha as religiosas como professoras dessas habilidades, como ilustra o excerto do jornal *A Palavra*⁵³ sobre o externato Santa Rosa:

Ali, ensinam-se diversos gêneros de estudos, de desenho, pintura e arte decorativa, sob a orientação de mestras habilíssimas, cujo valor pode bem ser apreciados pelos trabalhos que já lá se encontram de pyrogravura em couro, estanho e entalho; pyrogravura em madeira, veludo e fustanella; bordado a branco, seda; bordado a ouro, phantasia (JORNAL A PALAVRA, 20-10-1927, p.2).

⁵² Onde atualmente funciona o Colégio Santa Rosa também dirigido pelas religiosas da Congregação das Filhas de Sant'ana.

⁵³ Fundado em 1910, porém até o presente momento ainda não foi possível identificar o seu fundador. O jornal era voltado à sociedade católica Paraense. Com circulação semanal, o jornal procurava ilustrar o caráter político da Cúria Metropolitana de Belém, apontado entre outros fatores a posição contrária deste veículo de comunicação as ideias que divergissem da moral e das virtudes cristãs (RODRIGUES, 2014).

As ações das religiosas de Sant'ana no campo da Educação também foram identificadas no Orfanato Antônio Lemos administrado pela intendência municipal. Segundo Pimenta (2015), as religiosas também atuaram no referido estabelecimento que era conhecido anteriormente como Orphelinato Paraense⁵⁴. A autora relata que esta instituição foi confiada pelo então governador do Estado Dr. Lauro Sodré às religiosas da congregação das Filhas de Sant'ana no fim do século XIX para educar meninas órfãs, pobres e abandonadas dentro dos parâmetros relativos ao gênero feminino vigente naquele período.

Vale lembrar que, de acordo com Pimenta e França (2015), inicialmente o Orfanato Antônio Lemos era de responsabilidade estadual tendo sua administração interna confiada às religiosas da congregação das Filhas de Sant'ana. Porém estas religiosas enfrentaram dificuldades de toda ordem na manutenção deste espaço educativo, por razões que as referidas autoras apontam que resultaram num certo descaso da esfera estadual para com esta instituição se comparada ao Instituto que era plenamente assistido pelo governo do Estado.

Desse modo, as religiosas de Sant'ana apelaram para o auxílio do intendente Antônio Lemos que de acordo com a história foi uma importante figura para a existência do Orfanato e que sempre procurou buscar recursos para atender às demandas propostas por esta congregação, que permaneceu na gestão interna do orfanato após este ter sido transferido para a responsabilidade municipal. Ao ser repassado para a esfera municipal, a participação de Lemos se ampliou consideravelmente de modo que este intendente pôde: “[...] reorganizá-lo e formatar a educação das órfãs ali abrigadas” (PIMENTA e FRANÇA, 2015, p. 261).

Outra fonte que nos permitiu entender as atividades educativas das Filhas de Sant'ana no espaço do Orfanato, foi à tese de Sousa (2010). Ela investigou, nos primeiros anos do século XX, o funcionamento desta instituição educativa e de outros estabelecimentos desta natureza para atendimento de crianças desvalidas no Pará. Além do que a fonte anterior já nos revelou, Sousa (2010) pontua que esta instituição voltava suas ações às meninas abandonadas, onde era ofertado o ensino elementar, aprendizado de habilidades manuais femininos e um ofício.

⁵⁴ Estabelecimento fundado em 1893, pelo então governador do Estado Dr. Lauro Sodré que também criou a Associação protetora dos órfãos a qual administrou inicialmente o orfanato antes de sua municipalização e conseqüente passagem da administração interna para as Filhas de Sant'ana (PIMENTA, 2012).

Entre as instituições educativas para meninas de Belém dentro do período investigado, o Orfanato Antônio Lemos tinha a particularidade de acolher as meninas de rua e tal ação era tida como ação de grande relevância haja vista que, sem abrigo e educação aquelas meninas poderiam se tornar um problema para a sociedade em razão de que poderiam vagar pelas ruas e, esta situação certamente não representava o modelo de modernidade da cidade que se buscava alcançar com o progresso decorrente da República. Nessa direção, ter crianças abandonadas pelas ruas da capital Paraense impedia o processo de urbanização de Belém pensado pelo intendente Antônio Lemos.

É interessante ressaltar que este processo de urbanização pretendido pelo então intendente se tratava das mudanças na cidade de Belém no período áureo da economia da borracha, conhecido como a *Belle Époque* no qual o período histórico desta pesquisa se insere em parte. Assim, as modificações provenientes desta fase da história do Pará atingiam diversos setores da sociedade, os quais sofreram alterações a fim de que a cidade de Belém se assemelhasse a Europa, para tanto foram promovidas mudanças em fatores como os costumes, hábitos e organização do espaço urbano da cidade.

De acordo com Nazaré Sarges (2010), além de ser uma iniciativa de Europeização da cidade de Belém intensificada pelo supracitado gestor municipal, a remodelação da capital Paraense era produto de uma questão mais ampla concernente a:

A nova ordem econômica e a nova filosofia financeira nascida com a República impunham não somente a reordenação da cidade através de uma política de saneamento e embelezamento, mas também a remodelação dos hábitos e costumes sociais. Era preciso alinhar a cidade aos padrões da civilização europeia. Desse modo, a destruição da imagem da cidade desordenada, feia, promíscua, imunda, insalubre e insegura fazia parte de uma nova estratégia social no sentido de mostrar ao mundo civilizado (entenda-se Europa) que a cidade de Belém era o símbolo do progresso (SARGES, 2010, p. 20).

A reurbanização da capital Paraense no período da gestão Lemista com a inserção do Pará no contexto da modernidade, conforme assinala Sarges (2010), se configurou na inserção de fatores como a industrialização, a urbanização, no progresso, aquisição de costumes sociais entre outros pontos, que são inerentes ao modelo de sociedade entendidas como civilizadas.

A respeito da aquisição de costumes sociais no período da explosão da economia gomífera no Pará, a lógica europeia era adotada na urbanização da cidade, esta também se fazia presente na adoção de hábitos pela elite local, sobretudo das mulheres que

procuravam acompanhar as tendências da moda vigente na Europa. Contudo, além da moda, a educação das meninas em certa medida também acompanhava as concepções do chamado “velho mundo” que ainda entendia a mulher como rainha do lar, porém sugeria que à mulher também deveria ser proposta alguma formação mais refinada.

Assim, a prática educativa das religiosas da referida congregação no Orfanato estava coadunada com a ideia de que a mulher deveria ser educada para se dedicar a família que iria constituir futuramente. Entretanto, além da formação voltada para o seu papel social, a educação ofertada às meninas assistidas neste estabelecimento também se voltava para instruí-las de forma mais ilustrada. Tal premissa é destacada por Pimenta quando diz que:

Nesse sentido, a educação das órfãs parecia estar de acordo com a ideia de que a mulher deveria ser formada para viver em sociedade, ou seja, uma mulher culta, polida, que pudesse ser uma boa mãe de família prendada. Assim, o Orphelinato educaria essas órfãs tirando-as do estado de “pobres infelizes”, “marginais”, “ignorantes” e, até mesmo, “selvagens”, para adequá-las de acordo com os princípios sociais vigentes, para que mais tarde pudessem viver em sociedade, sem tornar-se um incomodo social, ou seja, sem ferir os princípios da moral e do bom costume (PIMENTA, 2012, p. 114).

Observa-se que o cuidado com o polimento sócio cultural das educandas do Orfanato também estava relacionado à ideia de educação acreditada pelo Intendente municipal Antônio Lemos que via a educação feminina como algo além da mera instrução de habilidades e prendas domésticas, isto é, o lar de fato seria o espaço ideal para a mulher. Todavia, estas futuras mães de família também precisariam dispor de certo capital cultural para conviver em sociedade. Assim, as órfãs educadas nesta instituição precisavam receber educação mais refinada, pois conforme aponta Pimenta (2012), além disso, muitas dessas órfãs adquiriram um ofício durante sua passagem pelo Orfanato, o que lhes assegurava uma formação doméstica para atuarem na administração do lar, como também para conviverem com o refinamento da elite local.

Para Santana (2016), as meninas seriam educadas para desempenharem um papel social a contento, ou seja, boas mães e donas de casas exemplares. Com uma formação para serem mãe e esposa abnegadas, dedicadas ao lar, servindo ao casamento e a maternidade. Porém, não deveriam receber conhecimentos ligados à intelectualidade, dons que eram dispensáveis às mulheres de acordo com o pensamento positivista. Por

isso, parte das disciplinas nas instituições educativas para meninas servia para prepará-las para o lar, corte, costura, bordado, além de valores morais e cívico-patrióticos.

Vale lembrar que os ofícios aprendidos pelas meninas deste Orfanato não estavam desprendidos da lógica formativa feminina aqui discutida. Nessa direção, de acordo com a fonte supracitada entre os trabalhos ensinados às meninas, identificaram-se as lições de costura que proporcionaram a algumas órfãs um emprego na fábrica de luvas. Ao lado da oferta destes ofícios, a pesquisa de Sousa (2010) aponta que o Orfanato foi uma instituição entre as demais que estiverem sob a administração das religiosas de Sant'ana que apresentou uma particularidade dentro da lógica formativa para meninas, pois, além do ensino primário e da educação doméstica, este estabelecimento de ensino ainda ofertava formação agrícola.

O ensino agrícola ofertado nesta instituição seguia os parâmetros do ensino agrícola existentes nas melhores instituições na Europa os quais se mostraram exitosos, se constituindo então como projeto pensado pelo Intendente haja vista que, a inserção da prática agrícola no cotidiano educativo do Orfanato também era condizente com o processo de “aburguesamento” da capital:

[...] Quanto ao projeto educacional idealizado pelo intendente, ele se baseava em modelos europeus de escolas agrícolas femininas [...] especialmente a experiência das escolas agrícolas belgas, nas quais eram desenvolvidas atividades voltadas para produção de laticínios. A ideia de um projeto agrícola aliado à formação elementar e doméstica que já era realizada pela instituição, traria, na sua opinião, inúmeros benefícios para as meninas desvalidas e contribuiria para a autossustentação do espaço, através dos recursos obtidos com a venda dos produtos ali produzidos (SOUSA, 2010, p.109-110).

Pimenta e França (2015) destacam que o intendente Antônio Lemos promoveu uma reforma no ensino do Orfanato quando este foi repassado para a municipalidade. Dessa maneira, pode-se inferir que a inserção do ensino agrícola mais aperfeiçoado estava contemplada nesta reforma, haja vista que na compreensão das autoras, era intenção de Lemos fazer do Orfanato uma espécie de instituto tecnológico que evidentemente manteve a essência da educação feminina com a especificidade de dar também àquelas meninas o que ele denominava de formação culta.

Pimenta (2012) revela que mesmo sob a gestão interna das religiosas da congregação das Filhas de Sant'ana, o processo formativo das meninas órfãs era composto por professores externos ao grupo religioso, entretanto estes representavam o menor contingente entre os docentes da instituição. Assim, a educação feminina

objetivava prezar pela formação das meninas dentro dos princípios morais e religiosos para que futuramente fossem mulheres dignas. A Igreja sendo a mais conhecida formadora da congregação desenvolvia nas meninas do Orfanato uma formação sob à égide de uma formação religiosa.

As Filhas de Santana por sua vez desenvolveram um trabalho voltado para educá-las, civilizá-las de acordo com os princípios da educação Cristã. Queriam formar mulheres para o reino de Deus, servas que soubessem e praticassem os princípios da Igreja Católica. Eram essas mulheres religiosas que passavam maior parte do tempo com as órfãs educando-as (PIMENTA, 2012, p. 126).

Portanto, confiar à educação moral, religiosa e de habilidades manuais das meninas a esta congregação religiosa pode estar relacionada ao que Almeida (2014) aponta como a ampla participação da Igreja católica materializada pelas congregações religiosas na chamada “arquitetura dos corpos e das mentes” das meninas, que deveriam ser preparadas para o casamento e a vida doméstica desde a infância, e para que não se desviasse dessa formação moral e pura tinham guardado o corpo e sua sexualidade vigiada e suas mentes trabalhadas para que acreditassem que representariam o pecado por ser uma mulher, assim este contexto demonstra:

[...] a influência da sacralidade católica nos regramentos da conduta, e a moralidade voltava-se para a consciência do pecado que tinha suas origens no sexo(...) O casamento e a maternidade eram sua salvação; honesta era a esposa mãe de família; desonrada era a mulher transgressora que desse livre curso à sexualidade ou tivesse comportamentos em desacordo com a moral cristã. Para a missão materna as meninas deveriam ser preparadas desde a mais tenra idade, fosse nos colégios católicos, nas escolas protestantes, nos estabelecimentos de ensino não confessionais ou nas instituições públicas (ALMEIDA, 2014, p. 63).

É interessante evidenciar nesta discussão que o modelo de educação feminina difundido no Pará em razão da conjuntura nacional, mas, que já se fazia presente no cenário da educação Brasileira em períodos anteriores à República, é herdado de Portugal⁵⁵. Essa informação é elucidada por Jane de Almeida (1998) em outra obra a qual versa que este modelo de educação feminina lusitana propagava a mentalidade de que a

⁵⁵ Em Portugal a formação feminina contava com uma formação também para a atividades domésticas. As raparigas portuguesas no século XIX estavam cercadas de uma rígida educação para torna-las mulheres para o lar e criação dos filhos. Ela era educada para governar a casa, atuar como esposa extremosa e cuidar como dedicação da prole. Seria também educada para realizar com habilidades as funções domésticas na esfera privada do lar. No mais, teriam que no cotidiano familiar ser passiva e subjugada à figura masculina.

mulher foi feita para cuidar do lar e da família e, essa deveria ser sua responsabilidade integral, para tanto inculcar esse ideário formativo se fazia necessário desde a infância como podemos confirmar a partir das fontes analisadas até o momento.

Neste mesmo cenário, a educação de meninas no Pará no início da República, contou com a atuação da congregação das Irmãs de Santa Doroteia da Frassinetti. As primeiras instituições educativas administradas pelas religiosas Doroteias iniciaram a prática do pensamento educativo de Santa Paula ainda no século XIX, procurando ensinar as educandas nos desígnios do seu gênero com os trabalhos manuais para que assim tivessem um meio de subsistência, principalmente, as meninas pobres. Além disso, as ciências humanas, o catecismo, línguas estrangeiras, artes entre outros.

A prática educativa exercida pelas religiosas Doroteias estava baseada no documento histórico deste grupo religioso que se trata das Constituições e Regras do Instituto religioso que origina esta congregação. Produzido em 1851, este dedica uma seção a educação de meninas, as quais eram o público alvo da missão educativa desta congregação. No fazer educativo das instituições educativas geridas por estas religiosas deveriam formar as meninas para serem futuras mulheres cristãs e exemplos de mãe, como nos aponta um trecho do artigo 250 das referidas Constituições:

[...] as meninas educadas nas nossas Casas se destinam a ser esposas e mães de família. E quanto bem não pode fazer uma mulher verdadeiramente cristã, uma mãe de família solidamente cristã, virtuosa e cumpridora dos próprios deveres! Quantos esposos, que vivem longe de Deus e esquecidos da fé, podem ser retirados do vício e da desordem, e reconduzidos à virtude, mediante os exemplos, os cuidados o bom senso, a suavidade e as orações duma esposa solidamente cristã (CONSTITUIÇÕES, 1851, art. 250, p. 104).

No Colégio de Santo Antônio, as irmãs Doroteias seguiam a mesma lógica feminina de instruir as meninas pobres, órfãs e pensionistas nos misteres do seu sexo e tal educação evidenciava o papel histórico da mulher de guardiã do lar e obediente ao marido, de modo que o trabalho destas religiosas era envolto de grande expectativa por parte da sociedade, mentalidade de educação feminina proveniente ainda do século XIX. A mentalidade da educação feminina em Belém pela sociedade era de desenvolver uma educação esmerada para que elas tivessem características, qualidades e virtudes para torná-las boas mulheres para o casamento. A maternidade seria a prioridade no cotidiano delas. Enfim, a educação dada à mulher era enquadrada ao seu sexo. Atividades domésticas, governar a casa, atuar como boa esposa e mãe. Também deveria ser uma

mulher prendada, zelosa com a família e dedicada ao lar. Dar instrução a elas tinha um certo limite, pois a educação feminina deveria se limitar ao âmbito doméstico. A imagem feminina fisicamente construída era de uma mulher angelical e moralmente virtuosa. Tanto que a mulher que ultrapassasse essa fronteira doméstica seria mal vista pela sociedade. Portanto, as religiosas proporcionavam uma formação baseada na égide das doutrinas católicas e na preparação para o matrimônio e cuidado dos filhos.

Por isso, a histórica experiência desta congregação na prática educativa voltada a formação e educação de meninas lhe era creditada confiança das famílias de Belém, que objetivavam formar as filhas para serem moças dignas e com habilidades refinadas. Tal formação atendia o modelo de mulher que a sociedade paraense desejava. Numa cidade que respirava um ar de civilidade e de progresso, deveria a mulher ter respeito social e familiar e que assumisse uma postura que sublinhasse a timidez e o pudor. Desejava-se uma mulher preparada para o casamento, mas com comportamentos recatados e modestos nas suas condutas sociais.

Na educação dada pelas Irmãs Doroteias, era com o propósito de formar mulher com comportamentos refinados como, por exemplo, aulas de modos, etiquetas e línguas estrangeiras, além das prendas domésticas assim como nas virtudes cristãs e sociais que estariam educando mulheres com habilidades para serem úteis ao casamento e a elite paraense.

[...] A experiência e practica do ensino, os methodos aperfeiçoados que empregam na direcção das educandas, a instrucção completa, que estas habilitadas a das não excluídas as línguas estrangeiras e outros estudos de prendas domésticas, e sobretudo o cuidado com que procuram formar o coração das meninas nas virtudes christãs e sociaes, tudo isto promette satisfazer as justas aspirações dos paes empenhados na sã e elevada educação de suas filhas (JORNAL A BOA NOVA ,07-11- 1877, p. 3).

Esta referida concepção de instrução feminina também era defendida por Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, que foi fundador do Asilo e Colégio Santo Antônio e que marcou a história do Pará pelas suas contribuições à formação da sociedade belenense, sobretudo no campo da educação de meninas pobres da capital Paraense. Considerado importante personalidade da Igreja católica, Dom Macedo Costa tinha zelo pelas meninas pobres e órfãs da capital paraense e concordava com a formação feminina dentro dos âmbitos do período aliada a religião. Segundo Costa (2016), o principal objetivo da defesa da educação da mulher defendida pelos padres romanizadores, era de

que a mulher era indubitavelmente a peça fundamental para a transformação da sociedade paraense em razão da sua posição social de regente da família e do lar, pois elas estariam diretamente ligadas a educação dos filhos e a conduzir o marido para o caminho da fé e dos bons costumes. No mais, elas estariam promovendo o principal ideário da República na Amazônia: civilidade e progresso.

Em relação à formação ligada a religião vale destacar que a concepção de formação feminina para a Igreja estava relacionada à figura de Maria. Segundo Bezerra Neto (1998), o bispo Dom Macedo Costa difundia que a mulher deveria possuir características como a abnegação, pureza, humildade, sinceridade entre outras que deveriam ser incentivadas no processo educativo. Dessa forma, Bezerra Neto afirma que o bispo do Pará acabou por determinar uma espécie de padrão de educação feminina a ser seguido pelos estabelecimentos dirigidos por religiosos, neste caso destaca-se o Colégio de Santo Antônio e as religiosas de Santa Doroteia.

Nessa direção, este eclesiástico produziu um conjunto de regras denominadas: Deveres da família, que foi publicada em uma coluna no jornal *A Palavra* e entre os números citava o papel da mulher na constituição da família, destacando que a esposa devia obediência ao seu cônjuge e que deveria ser dedicada ao lar; logo o artigo 7º destas regras indicava que a mulher guiada pela fé deveria: “[...] suportar todos os trabalhos e penas do seu estado, procurando agradar e obedecer, em tudo o que for justo, ao seu marido” (JORNAL A PALAVRA, 22-06-1916, p. 3).

A educação ofertada pelas religiosas Doroteias no Colégio Santo Antônio seguia às orientações da igreja, tais como aquelas produzidas por Dom Macedo Costa que foi assíduo frequentador deste estabelecimento de ensino e acompanhava a educação das meninas que, de acordo com o jornal *A Boa Nova*, deveriam se tornar mulheres cristãs. Ainda de acordo com este mesmo jornal, a educação de meninas para o grupo ultramontano da igreja não poderia perder de vista as virtudes de uma mulher como mostra o excerto a seguir:

[...] O coração da mulher é admiravelmente dotado para o bem; e quando formado na educação que só pode e sabe lidar a religião do Filho de Deus, torna-se cenáculo de todas as virtudes, é capaz das mais heroicas ações. Educar, pois, este coração, notável pela delicadeza e sensibilidade, pelas nobres tendências para o bem, é obra, cuja importância a ninguém escapa (JORNAL A BOA NOVA, 08-09-1877, p. 2).

A importância da educação feminina era fundamental para a sociedade paraense, haja vista que a mulher era vista pela igreja como a guardiã do lar e regeneradora da sociedade, e este ideal ainda perdurou nos primeiros anos da República, que de acordo com Bezerra Neto, baseando-se em Azzi (1983), são relativas à reforma católica no Brasil que se concentrava nas mulheres a partir do ensino da religião e da moral.

Tal premissa da formação feminina e do papel da mulher para a família também era compartilhada pelas religiosas Doroteias no contexto do Colégio Santo Antônio. A respeito disso, Costa (2014) assinala que tanto Dom Macedo Costa como as freiras Doroteias comungavam com uma educação feminina baseada nas Obras Pias⁵⁶ desenvolvidas em Portugal:

[...] As freiras do Instituto de Santa Dorotéia tinham a mesma convicção, por isso foram escolhidas por D. Antônio de Macedo Costa para serem as dirigentes e educadoras do Asilo de Santo Antônio: “A obra Pia, educando as meninas, pode cultivar a metade da geração que surge. Se esta cresce boa, e sendo tão grande a influência da educação das mães sobre os filhos, também a outra metade deverá necessariamente melhorar” (COSTA, 2014, p. 93).

No mais, podemos observar que as fontes discutidas neste tópico a respeito da lógica formativa das meninas nas instituições educativas lideradas pelas religiosas das congregações aqui investigadas, revelam que a proposta de educação feminina no período da República ainda remetia a práticas provindas do século XIX. Além disso, pode-se compreender também que as ações destas congregações no campo da educação estão inseridas na questão apontada por Rogers (2014), a qual conjectura que as congregações religiosas, especialmente as femininas, trazem consigo um modelo de educação que compreende o ensino da religião e de variados trabalhos femininos. Esta mesma autora

⁵⁶ As Obras Pias foram instituições criadas pelo Corte portuguesa para abrigar crianças pobres que se encontravam em situação de orfandade. Em Portugal foram instaladas várias instituições sob a regência da política das casas pias que abrigavam, instruíam e educavam meninos e meninas desamparadas e que aprendiam um ofício para se tornarem úteis a coroa. As duas mais famosas casas pia foram a Casa Pia de Lisboa e a Casa Pia de Évora. Nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX os órfãos desamparados constituíam uma parcela sensível da população do império português. Essa população preocupava Estado e Coroa, motivando uma série de ações para conter e administrar o problema da infância desvalida. Sabe-se que haviam duas especialidades de órfãos: o primeiro os herdeiros de "boas" famílias, com mais ou menos posses podiam contar com o cofre dos órfãos, rendimentos, tutores e curadores; o segundo os órfãos pobres que viviam à custa do assistencialismo e da caridade, do Estado, da Igreja e de particulares. As primeiras ações para abrigar as crianças desamparadas foram as Casas de Misericórdia e outras instituições católicas que iniciam a prática recolher os órfãos desamparados e cuidar deles até certa idade ou até que conseguissem uma família que os aceitasse. Essa política de caridade também foi implementada no Brasil em diversas províncias com os mesmos princípios adotados em Portugal.

sinaliza que a proposta de ensino estava sujeita a modificações de acordo com os locais onde os grupos religiosos eram recebidos, mas, a essência da formação feminina era preservada.

Rebecca Rogers (2014) ainda infere que tal lógica de educação feminina é originada da França, e de acordo com esta mesma autora também se trata do que ela chama de um modelo transnacional de formação feminina. Ao lado disto também podemos identificar que as práticas educativas das religiosas, que se constituem objeto deste estudo, também se constituíram por fatores como o controle, disciplina e os códigos morais.

3.3. Motivações Educativas no Cotidiano das Ações das Congregações Filhas de Santana e das Irmãs de Santa Doroteia

Com base nas informações reveladas pelas fontes até o presente momento desta pesquisa, observamos que além da educação nas habilidades do sexo feminino e da religião que eram o alicerce da educação de meninas no Pará no período investigado, o processo educativo liderado pelas religiosas das congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia também era composto por outras práticas educativas que foram muito evidenciadas no início da República Paraense.

Entre estas práticas exercidas pelas referidas religiosas nas instituições educativas que gerenciavam entre os anos de 1906 a 1927, o cotidiano formativo das meninas também era composto por outras atividades como a distribuição de prêmios às melhores alunas assim como as festas de encerramento do ano letivo onde eram apresentados programas compostos por encenações de peças teatrais, apresentação de corais e demais tarefas protagonizadas pelas educandas da mesma forma como as exposições dos trabalhos produzidos por elas.

Do conjunto destas práticas podemos destacar inicialmente as festas de encerramento do ano letivo, premiações, refeições de grau entre outras tarefas que compunham o trabalho escolar das instituições educativas nos primeiros anos do século XX, especificamente no período histórico anteriormente destacado. Em conjunto com o currículo em vigor, as outras práticas assinaladas anteriormente constituíram o projeto de educação que objetivava formar um cidadão civilizado e patriota.

Assim, Rosa Fátima (2014) aponta que as supracitadas práticas, consideradas ritualizadas, estavam inseridas no contexto de modernização do ensino iniciado no estado de São Paulo e que serviu de base para os demais estados do país, e tinham grande

representatividade em um processo formativo permeado pela educação integral que compreendia um: “[...] programa enciclopédico que envolvia um auspicioso conjunto de matérias que atendiam aos princípios da educação integral- educação física, intelectual e moral” (SOUZA, 2014, p. 109).

A respeito do tripé da educação integral citado no parágrafo acima é interessante evidenciar a questão da educação física que no contexto educativo do início do século XX era um tema destaque haja vista que, promover exercícios físicos naquela conjuntura tinha relação com o cultivo da mente. Tal pensamento é corroborado por Gondra (2015). Ele diz que a educação e a proposta de aperfeiçoamento moral, intelectual e físico fundamentavam a instrução republicana, por isso na questão física, educar o corpo para o alcance da civilidade estava coadunada à constituição de um cidadão forte, encorpado, honesto e sábio. Com base no argumento deste autor, a prática do exercício físico se tornava importante na formação da infância, pois a atividade física:

Ao caracterizar a educação na infância como tempo do repouso para o cérebro e exercício para os músculos, ele complementa a codificação do tempo escolar, invadindo os recreios, indicando os exercícios que deveriam ser privilegiados nessa ocasião: a música, o canto e a dança. [...] a defesa dos exercícios corporais encontra-se radicalizada por ocasião do combate àquele que era considerado o mais grave e terrível dos vícios: o onanismo (GONDRA, 2015, p. 536).

Nessa lógica podemos notar que a prática de exercícios também compôs as atividades das meninas educadas pelas religiosas de Sant’ana e Santa Dorotéia da Frassinetti, porém por se tratarem de meninas, os exercícios corporais adotados eram diferenciados em relação aos meninos por conta da cultura de que a natureza feminina não seria compatível com tarefas que exigiam força das educandas. Portanto, seguindo este princípio e também a premissa da formação do indivíduo civilizado no âmbito da República, as meninas instruídas por estas religiosas também precisavam ter em seu conjunto formativo a prática de exercícios, como sugere a superiora Ana Tita Sbrilli, superiora do Instituto Gentil Bittencourt no trecho do relatório deste estabelecimento:

Convencida também que uma boa educação física contribue em parte para o progresso intelectual, me permita observar que seria bom que cada professora e não as religiosas, habilitasse suas alumnas nos exercícios gymnásticos; porem os que clima consente, devendo sempre ter limites mui determinados (INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT, 1909, p. 8)

Sobre a questão dos exercícios físicos na educação das irmãs de Santa Dorotéia, as fontes não indicaram explicitamente a presença desta atividade no cotidiano das meninas. Contudo, as constituições do instituto religioso a qual estas religiosas eram orientadas, sugerem que o ensino das educandas atendidas pela congregação das Irmãs de Santa Dorotéia poderia se adequar a realidade do local em que instalavam sua obra. Isso se confirma no trecho em que caberiam as religiosas além de dar instrução primária, ensinar-lhes: “[...] tudo o que se julgar útil, segundo a diversidade dos lugares e das circunstâncias. [...] ministrando-lhes outros conhecimentos, segundo as necessidades e as circunstâncias” (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 123-132).

Diante disso podemos depreender que a citada congregação dispôs no Colégio Santo Antônio da prática de exercícios físicos para as meninas, pois ainda que fosse uma instituição particular estava submetida às decisões do Estado em termos de educação, e isso se comprova pelas fontes analisadas nas subseções anteriores as quais apontaram que neste mesmo colégio o programa de ensino adotado se tratava do programa ou currículo oficial do ensino primário.

Dessa forma, para, além disso, as demais fontes revelam que as práticas simbólicas do período da República também se faziam presentes nas instituições geridas pelas religiosas das congregações das Filhas de Sant’ana e Irmã de Santa Doroteia. Uma atividade muito comum no cotidiano das meninas educadas por estas religiosas era a exposição das prendas produzidas pelas alunas nas aulas de habilidades femininas conforme destacado anteriormente.

A presença dessas exposições o cotidiano destas instituições educativas pode ser explicado pelo fato de que os trabalhos manuais não se configuravam apenas como um princípio da formação feminina, mas se tratava de uma disciplina que estava contida no currículo desde o Império e no período Republicano permaneceu no currículo escolar das meninas, especialmente àquelas instruídas no ensino primário. Além disso, vale lembrar que, de acordo com Oliveira e Amaral (2015), no novo regime de governo brasileiro a disciplina de trabalhos manuais estreitou laços com a educação de meninas.

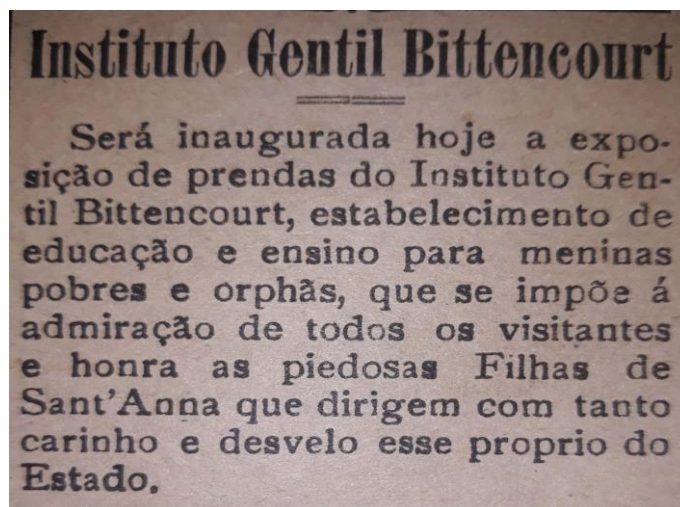
A prática de exposição dos trabalhos manuais das alunas no período da República se reforça também pelo fato de que com o advento do novo regime, novas práticas foram se constituindo no âmbito educativo o que fez com que a disciplina de trabalhos manuais se ajustasse ao novo contexto de formação daquela época, especificamente no momento da criação dos grupos escolares que propiciou um novo perfil de instrução para a formação dos indivíduos (OLIVEIRA e AMARAL, 2015). É importante destacar que os

trabalhos manuais produzidos pelas meninas do Colégio Nossa Senhora do Amparo que, posteriormente, se tornou Colégio Gentil Bittencourt, administrado pela congregação Filhas de Sant'ana, eram vendidos em bazares divulgados frequentemente pelo jornal A Folha do Norte. As senhoras da elite local costumavam apreciar esses bazares a fim de adquirir os objetos produzidos pelas educandas⁵⁷. Sabe-se que parte da renda desses bazares era destinado a uma conta da educanda para custear suas despesas, como também o chamado dote (ALVES, 2018).

Dessa forma, as exposições escolares eram práticas exercidas nas instituições educativas para meninas, sobretudo nos internatos e externatos que exibiam os trabalhos produzidos pelas educandas nas aulas de habilidades femininas em bazares ou nas festas de encerramento do ano letivo. Segundo Alves (2018), as habilidades domésticas das educandas eram reconhecidas pela cidade ao ponto de serem consideradas prendas na arte de bordar e costurar. Era recorrente as meninas do Colégio Nossa Senhora do Amparo e Orfanato Paraense, dirigidos pelas irmãs Filhas de Sant'ana serem contratadas para produzirem enxovais de casamento e de bebês. Algumas inclusive eram contratadas pelas costureiras e casa de modas para atividades de costura e bordados.

⁵⁷ Sugiro a leitura do artigo “Abrigar, educar e instruir: a política higienista e a educação de meninas desvalidas nas instituições de assistência no Pará (1850-1910)”, de Laura Maria Silva Araújo Alves, publicado em Educar Revista, vol. 34, nº70, Curitiba, julho de 2018. O referido artigo contextualiza a trajetória de duas instituições educativas para meninas desvalidas, órfãs e em situação de abandono, na cidade de Belém do Pará, no período do Império à República que objetivava recolher meninas desvalidas para obterem instrução, educação e formação moral, a fim de se tornarem “mães de família” ou “filhas de criação”. O Colégio Nossa Senhora do Amparo (1838) e o Orphanato Paraense (1893) foram instituições estudadas pela autora que destaca como sendo uma das principais ações educativas para formar mulheres para tender à elite local.

Imagem 33- Exposição das prendas produzidas pelas alunas do Instituto Gentil Bittencourt



Fonte: Jornal *A Palavra*- 05/10/1919

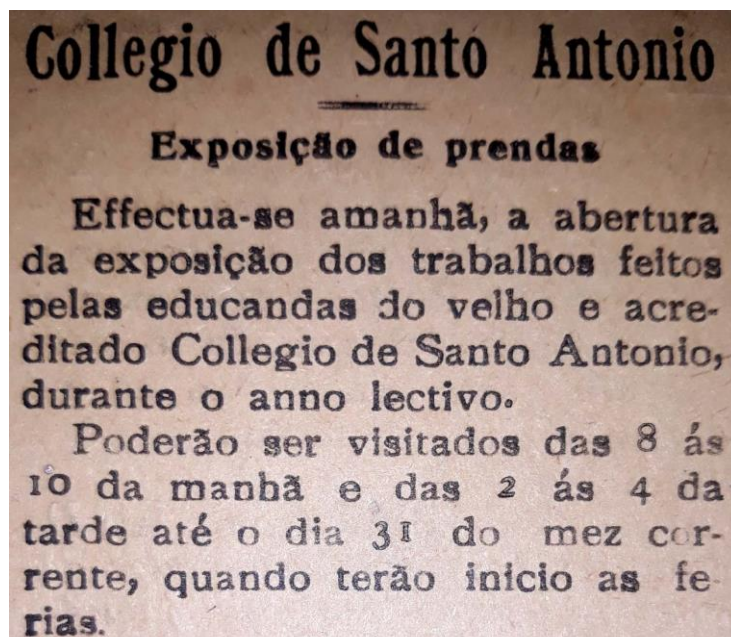
Assim, a exposição dos trabalhos das alunas guardadas pelas religiosas das congregações das Filhas de Sant'ana e Santa Dorotéia era amplamente divulgada à sociedade local que visitava assiduamente e constatava o resultado do trabalho do período letivo como demonstra a seguir o artigo do jornal *A Palavra* do dia 05 de outubro de 1919 (imagem 12).

A mesma prática era notada no Colégio de Santo Antônio em que as religiosas Doroteias promoviam a exposição dos trabalhos das alunas no momento do fim do ano letivo como ilustra outro artigo do supracitado jornal do dia 26 de outubro de 1919:

Este acreditado collegio de que são directorasas dedicadas e conhecidas educadoras, Irmãs Dorotheás, encerra o presente annolectivo com uma bela e abundante exposição de trabalhos manuaes de suas alumnas e solenne distribuição de prêmios. A exposição estará aberta á visita publica, nos dias 28, 29 e 30 do corrente, das 8 ás 11 da manhã (JORNAL A PALAVRA, 26-10-1919, p. 2).

As prendas produzidas no cotidiano formativo das meninas atendidas pelas religiosas de Sant'ana e Santa Dorotéia, sejam internas ou externas, eram expostas ao fim do ano letivo, conforme evidencia a notícia do Colégio de Santo Antônio a seguir, do jornal *A Palavra* do dia 28 de outubro de 1920.

Imagem 36- Anúncio da exposição de prendas no Colégio Santo Antônio



Fonte: Jornal *A Palavra*- 26/10/1919

Como já foi dito anteriormente, além da exposição anual das prendas, estas também eram vendidas aos visitantes em bazares comemorativos que eram anunciados nos jornais de grande circulação à época. A qualidade dos trabalhos manuais das alunas era apreciada e disputada pelos frequentadores dos bazares. Ademais, vale ressaltar que eram aceitas também encomendas dos trabalhos manuais feitos especificamente pelas alunas do extinto Colégio Perseverança e do Externato Santa Rosa, ambos sob os cuidados das Filhas de Sant'ana. As meninas educadas por estas religiosas preparavam peças das mais diversas naturezas, desde as tradicionais prendas femininas até a confecção de imagens religiosas, como identificamos no Colégio Perseverança: “Na sede do collegio acceitam-se encomendas de quaesquer trabalhos manuaes, bem assim de preparo de imagens de santos” (JORNAL A PALAVRA, 25-12-1919, p. 2).

Logo, a renda obtida pela venda desses trabalhos permitia manter estas instituições, sobretudo no que se refere às despesas na educação das meninas pobres e desamparadas ou até mesmo para garantir o dote das educandas quando concluíssem sua passagem pela instituição educativa (SABINO, 2012). Em relação às religiosas Doroteias, as fontes não apontam que as alunas do Colégio de Santo Antônio produziam prendas sob

encomendas, mas sim, fabricavam as peças apenas para apresentá-las nas exposições anuais relatadas anteriormente.

O recurso existente para manter o referido colégio era proveniente da renda das pensionistas e para custear a educação das meninas pobres e órfãs as religiosas Doroteias contavam com o financiamento da diocese de Belém que, era insuficiente assim como também com doações de pessoas disposta a ajudar na continuidade daquela obra de caridade (SOUSA, 2010).

Em tempo, ainda em relação às exposições escolares é importante pontuar que essas atividades das instituições educativas de meninas, e neste caso estão incluídas aquelas dirigidas pelas religiosas das congregações aqui investigadas, estavam relacionadas ao que Cynthia Veiga (2015) define como educação estética para promover o polimento da sociedade, seja dos alunos ou os visitantes daquelas exposições. Além disso, esta autora ainda ressalta que no tocante à questão da educação estética, as exposições dos trabalhos manuais se tratavam de uma espécie de apresentação da “cidade a escola”, de modo que a disciplina de trabalhos manuais e seu produto, que eram as exposições anuais, se faziam presentes no cotidiano escolar no início do século XX pela finalidade do: “[...] aperfeiçoamento dos sentidos- olhar, ouvir, recitar...como parte da formação do sujeito autônomo” (VEIGA, 2015, p. 419).

Além da exposição dos trabalhos produzidos pelas alunas, destacam-se outras práticas presentes no cotidiano escolar do início do século XX, como o ensino de desenho como uma atividade para promover as habilidades artísticas das educandas. Essa atividade estava relacionada à formação feminina, pois também compunha o programa escolar em razão de que tal habilidade se fazia pertinente por conta da concepção de formação integral em vigor no início República.

Por essa lógica, o ensino do desenho também estava incluído na educação estética haja vista que, na formação feminina a aprendizagem desta habilidade promovia o desenvolvimento da inteligência, da observação e o requinte. Essa prática formativa constituía o conjunto de disciplinas que compunham o objetivo da formação integral assinalada no parágrafo anterior, como destaca o excerto a seguir quando revela que:

Educar os sentidos e torná-los ativos por meio do desenho, da música, do teatro e da dança na educação popular é o objetivo fundamental da educação estética na formação integral da criança. É necessário, para isso o exercício efetivo das práticas artísticas na escola, seja na decoração da sala de aula, na execução de programas didáticos, na

realização de exposições, nas apresentações em festas, na comemoração das datas nacionais (VEIGA, 2015, p. 413).

Por apresentar significativa relevância na formação das crianças, o ensino de desenho também fazia parte da educação das meninas formadas pelas religiosas de Sant'ana. Dessa forma, no ano de 1909, o Instituto Gentil Bittencourt ofertava o ensino de desenho uma vez por semana, a um grupo de alunas que ainda que não apresentassem total habilidade na produção de desenho e pintura, procuravam aprender tal tarefa ainda que esta fosse ministrada num tempo reduzido para desenvolver o dom artístico, como ilustra o relatório da instituição a seguir:

A aula de desenho frequentada no anno passado por 42 alumnas, é dada uma vez por semana, das 2 ás 5 horas da tarde. Porquanto todas meninas demonstrem a melhor vontade para apprender desenho e pintura, são poucas as que possuem verdadeira vocação artística; além disto o tempo é mui limitado para adestrar a mão e o espírito para o desempenho de trabalhos que tenham os requisitos necessários para serem artísticos. No anno passado, porem, diversas alumnas tomaram parte com desenhos a crayon, pinturas a pastel e a óleo, á Exposição de desenho, promulgada pela Directoria da Instrução Publica. A comissão do jury, benignamente concedeu um prêmio á menina Maria Lima, consistente em uma penna de ouro, e menção honrosa á diversas outras (RELATÓRIO DO INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT, 1909, p. 8).

Com relação às religiosas de Santa Dorotéia não foi identificado explicitamente nas fontes o ensino de desenho no Colégio de Santo Antônio, mas essa atividade se fazia presente no cotidiano da instituição, pois conforme assinalamos nas subseções anteriores, estas religiosas seguiam o programa oficial para o ensino primário o qual estava contido o ensino da referida habilidade. Nesse sentido, é importante enfatizar ainda que os desenhos produzidos nas aulas também eram apresentados na exposição de desenhos promovida pelo governo do estado que procurava estimular o gosto pela pintura e desenho e premiar os melhores expositores, como podemos observar na fala do governador Dr. João Antônio Luiz Coelho a assembleia legislativa paraense:

No pensamento de estimular e desenvolver entre nós o gosto pelo estudo de desenho e pintura, determinei a organização de uma exposição escolar de desenho, que será inaugurada hoje e que espero fazer realizar todos os anos em igual data. [...] Fiz adquirir ha Europa prêmios, consistentes em objectos utilizáveis na mesma arte, os quaes serão conferidos aos expositores dos melhores trabalhos. E pensamento do governo recolher os trabalhos assim premiados a urna galeria official, para servir a um estudo campal-ativo dos resultados auferidos deste processo de estímulo e aperfeiçoamento (PARÁ, 1909, p. 30-31).

Nesse contexto vale rememorar que a exposição de desenhos começou a ser praticada na cidade de Belém no ano de 1909 e prosseguiu pelos anos posteriores sendo que esta continuava a ser descrita nos relatórios, onde se enaltecia a relevância do ensino de desenho como um dos meios para o desenvolvimento da cultura artística e incentivo ao progresso devendo ser ministrada desde o ensino primário, como aponta o governador João Luiz Coelho em nova mensagem ao poder legislativo do Pará em 1911:

Convencido de que é condição primacial do progresso das sociedades o desenvolvimento constante de sua cultura artistica, tanto pelo lado theorico, como na especulação pratica, fiz, desde o meu primeiro anno de governo, organizar uma exposição escolar de desenho e pintura, em que se reunissem annualmente, e nesta data tão cara aos brasileiros, os jovens cultores das bellas artes.

Conforme já vos disse, o primeiro ensaio, feito em 1909, patenteou desde logo a oportunidade dessa criação, a grande utilidade do tentatnen, agrupando energias que andavam dispersas, despertando aptidões então desconhecidas. [...] Sob a presidencia do Sr. Secretario d'Estado do Interior, funcionou o jury Julgador, que conferiu, conforme determinação regulamentar, além de 60 menções honrosas, 4 primeiros e 5 segundos prêmios (PARÁ, 1911, p. 40-41).

Assim, como apontam as falas do governador destacadas acima, as exposições de desenhos resultavam em premiações aos melhores trabalhos, igualmente como ocorria com os as exposições dos trabalhos manuais. Estas práticas também constituíam o cotidiano do processo educativo liderado pelas religiosas de Sant'ana e Santa Doroteia haja vista que ainda de acordo com as mensagens dos governadores mesmo sendo uma iniciativa pública, as exposições de desenhos e suas premiações contemplavam às instituições públicas e particulares. Como se vê, as instituições dirigidas por essas religiosas estavam inseridas na execução desta prática que poderia ocorrer em ocasiões específicas ou nas festas de encerramento.

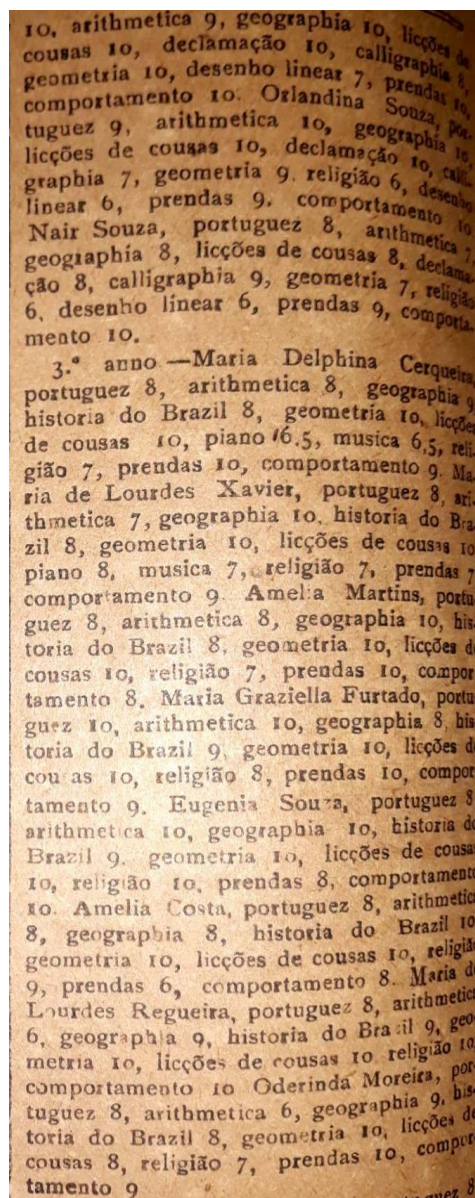
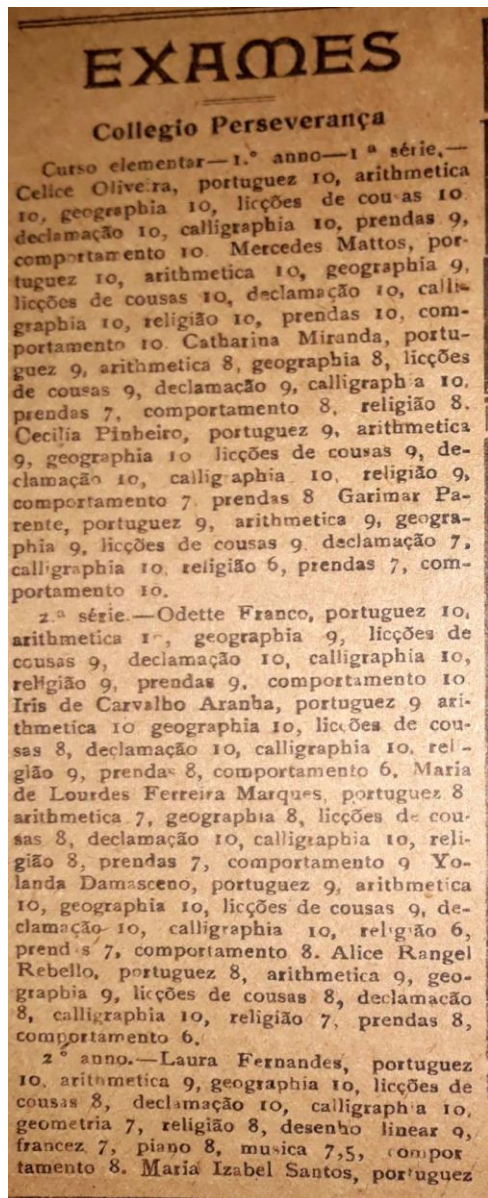
A prática destas premiações se tratava de uma entre as demais ações que compunham o fazer educativo do início da República, sendo que o ato de premiar os melhores alunos pelo seu desempenho representava a missão civilizadora da escola naquele período histórico. Além disso, de acordo com Souza (2009), condecorar o aluno reiterava o papel das instituições educativas que nesse contexto correspondia a ser incentivadora da excelência, pois, ao julgar o bom ou mau desempenho do alunado em atividades como a citada anteriormente significava reiterar os valores de uma sociedade meritocrática, uma lógica notada fortemente nos primeiros anos do século XX.

Como estímulo educativo, as premiações também estiveram presentes e coadunadas a outras práticas marcantes no ensino primário durante o período investigado como nos exames finais que eram processos criteriosamente organizados e despontavam de grande relevância para a educação Republicana em razão de que:

Nas primeiras décadas republicanas buscou-se dar aos exames finais toda pompa, visibilidade e ritualização que o evento pudesse comportar, visando propagar a importância da escola pública no meio popular, auferindo à instituição identidade e respeitabilidade (SOUZA, 2009, p. 93).

Em vista disso, da mesma forma como verificamos a correspondência as práticas educativas republicanas anteriormente citadas, em relação aos exames finais, as fontes nos apontam que as instituições geridas pelas Filhas de Sant'ana absorveram mais esta premissa no antigo Colégio Perseverança o qual teve este evento amplamente divulgado pela imprensa local, corroborando mais uma vez a importância dos exames finais para o cenário da educação nas primeiras décadas do novo regime de governo. Logo, o desempenho das educandas do supracitado colégio, nos exames do ano de 1919, foram exibidas no jornal *A Palavra* que divulgou as notas das alunas em cada disciplina do curso elementar como nos confirma a matéria do dia 13 de novembro de 1919, como se observa na imagem 14.

Imagem 39- Divulgação de notas dos exames finais



Fonte: Jornal *A Palavra*- 13/11/1919

Além do Colégio Perseverança, a prática de exames finais no Orfanato Antônio Lemos era realizada no mês de dezembro. Nestes exames eram avaliados os conhecimentos e o ensino de prendas das quais se tinha o bordado, costura, flores entre

outras que diferentemente dos demais saberes que eram avaliados de maneira particular, assim:

Esses exames em relação ao aproveitamento das órfãs eram realizados anualmente, geralmente no mês de dezembro. Nesses exames eram cobrados conteúdos em relação à parte literária, a científica e as prendas domésticas. Nas prendas eram avaliados os trabalhos desenvolvidos pelas órfãs, como bordado a branco e a lã, flores de lã, costura de roupas brancas, vários tecidos em tear, crochê e labirintos.[...] Já o exame de aproveitamento das prendas domésticas era realizado de forma individual, de acordo com as produções das órfãs. Nessa exposição era possível verificar “as habilidades das alunas, guiados seus espíritos pelo zelo das religiosas, que ali fazem do ensino o sublime sacerdócio formando perfeitas mães de família do futuro” (PIMENTA, 2012, p. 111-113).

Pimenta (2012) ainda destaca que os melhores desempenhos apresentados nos exames pelas meninas do Orfanato Antônio Lemos eram premiados recebendo aprovação caracterizada por: “aprovadas com distinção” e “aprovada”, onde as meninas que tivessem alcançado a aprovação com distinção eram novamente gratificadas. Como exemplo disso, no ano de 1909, as educandas do Orfanato que foram contempladas pela aprovação com distinção porque se: “[...] distinguiram pela aplicação e conduta durante o ano letivo. Nesse ano o prêmio constitui-se em uma “medalha de prata dourada com a efigie do Senador Antônio Lemos” (PIMENTA, 2012, p. 113).

Os exames finais também constituíram o processo formativo das meninas educadas pelas religiosas de Sant’ana no Instituto Gentil Bittencourt, onde as provas eram aplicadas anualmente por professores dos grupos escolares. Assim, no relatório deste Instituto no ano de 1909, a freira superiora, Irmã A. Tita Sbrilli parabeniza a diretoria de Instrução pública pela iniciativa porque acredita que os exames finais refletiam o dedicado trabalho desenvolvido pelas professoras normalistas.

Achei muitíssimo justa, prudente e sobretudo de grande estímulo para as meninas, esta ideia de V. Exc. e seria de aviso, de serem todas as nossas aulas examinadas annualmente por Professoras dos grupos escolares. Penso que uma tal disposição constringeria as alumnas a estudarem seriamente e com maior emulação, e seria de maior satisfação para as professoras, que sempre cumprem o próprio dever, com uma actividade incansável e merecem toda consideração: o bom resultado dos exames foi uma prova (RELATÓRIO DO INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT, 1909, p.7).

Os exames no Instituto Gentil Bittencourt eram aplicados por docentes dos grupos escolares o que corrobora a rigurosidade que circundava a organização e aplicação dos exames. A respeito de docentes externos às instituições, Souza (2009) confirma que comissões examinadoras eram responsáveis pela elaboração destes testes finais, os quais eram produzidos após ouvir os docentes da instituição responsáveis por cada disciplina.

Os exames finais eram constituídos por provas escritas, práticas e orais, onde as práticas se tratavam de caligrafia e desenho, escritas, ditado, questões de aritmética, e as demais disciplinas do currículo tinham suas provas ministradas de forma oral. Após as provas, conforme o desempenho dos alunos, era conferido à aprovação em diferentes níveis, como nos mostra o trecho abaixo em que a comissão examinadora:

[...] classificaria o resultado do julgamento em graus: distinção, aprovação plena, reprovação. [...] cabendo ao presidente da banca examinadora declarar os alunos habilitados a passar de um para outro ano. Essa habilitação requeria aprovação em todas as matérias. O regimento previa ainda a distribuição de prêmios para os melhores alunos e a realização de festa de encerramento do ano letivo (SOUZA, 2009, p. 93).

É importante destacar que as fontes não informam que a aplicação dos exames finais fazia parte do cotidiano educativo das meninas educadas pelas religiosas de Santa Dorotéia no Colégio Santo Antônio, mas é possível dizer que tal prática também era exercida no âmbito desta instituição em razão de que as atividades educativas estavam em consonância com o ideal de formação em vigor naquele período. É identificado as práticas de premiações às meninas do Colégio de Santo Antônio no momento das festas de encerramento do ano letivo, outra prática constante na educação Republicana.

As festas de encerramento do ano letivo nas instituições de meninas, no período republicano, eram cercadas de toda pompa e variadas atividades, sendo compostas por programas contendo premiações as melhores alunas, além de apresentações culturais como: peças de teatro, declamações, refeições de grau entre outros. Tais atividades eram prestigiadas pela sociedade e principalmente pelas autoridades do Estado e município e da Igreja.

As religiosas das congregações das Filhas de Sant'ana e Santa Doroteia também promoviam as festas de encerramento nas instituições sob sua gestão, reforçando o princípio de que as práticas educativas destas congregações estavam coadunadas com ideário republicano e com o ideário de mulher para a sociedade paraense. Dessa forma, estas festas eram divulgadas pela imprensa e, no que se refere às Filhas de Sant'ana,

identificamos a ocorrência das festas de encerramento do ano letivo no Colégio Perseverança e Instituto Gentil Bittencourt, assim como com as Irmãs Doroteias no Colégio Santo Antônio.

No âmbito das práticas das religiosas de Sant'ana no Colégio Perseverança, a festa de encerramento das aulas do ano de 1919 foi composta por um diversificado programa de atividades como a distribuição de prêmios, peças e sarau literário-musical entre outras atividades que foram prestigiadas pelo governador do arcebispado como nos mostra a notícia veiculada na época de maneira detalhada:

Neste prospero estabelecimento de instrução e educação, competentemente dirigido pelas piedosas Filhas de Sant'Anna, effectuou-se, na quinta-feira passada, a festa de encerramento das aulas, no presente anno, com a distribuição de prêmios ás alumnas.

Foi um bellissimo sarau litero-musical. A todos agradou bastante pelo bom gosto que presidiu á organização do programma e pela correcção com que as jovens representantes se portaram nos seus papeis. E nem podia deixar de ser assim.

Quem conhece o zelo e a dedicação das Filhas de Sant'Anna e a competência das professoras que as coadjuvam na direcção do Collegio, não podia esperar outro êxito de semelhante festa.

A's 8 ½ da manhã sob a presidência do exmo. mons. Hermenegildo Perdigão, governador do Arcebispado, com uma numerosa e selecta assistência, dava-se inicio ao festival com Hymno do Collegio, cantado pela alumnas.

Seguiram-se os vários números do programma, debaixo do mais impecavel desempenho, arrancando muitos risos, e ao fim dos quaes a assistência não resgatava aplausos decididos, felicitando as gentis actoras com prolongadas salvas de palmas.

O *Anjo dos Pobres e Macarrões do Diabo* que muito bem impressionaram, são dois lindos dramas, não só pela elevação de idéas, como pelos bons e práticos ensinamentos que contêm e de que muito carece a presente epocha.

Os números de musica tiveram primorosa execução. Antes de findar a sessão a graciosa mlle. Leonie F. Barbosa pronunciou um bem pensado discurso de agradecimento á assistência e de despedida ás mestras e collegas, sendo vivamente applaudida.

Encerrou-se o festival com o Hymno Brasileiro, cantado pelas alumnas. A'srevidas. Filhas de Sant'Anna, directoras do Collegio Perseverança, nossos sinceros parabéns pela encantadora festa escolar com que encerraram os trabalhos lectivos deste anno (JORNAL A PALAVRA, 09-11-1919, p. 2).

Os programas de atividades executadas nas festas de encerramento tinham o intuito de certa forma explanar as habilidades das meninas educadas pelas religiosas das congregações investigadas. Outro fator interessante neste contexto se deve às peças encenadas pelas alunas nestas ocasiões solenes, as quais estavam relacionadas a questões

religiosas ou a valorização dos códigos morais que para a conjuntura da época se encontravam ameaçados.

Além dos números artísticos que procuravam evidenciar os valores morais as festas de encerramento das aulas também continham em suas atividades as premiações das melhores alunas, conforme destacamos anteriormente. A mesma premissa também era válida no conjunto de práticas educativas das religiosas das congregações religiosas estudadas. Neste caso ocorriam premiações na categoria de distinção nos estudos, pelo melhor comportamento, distinção em música, para o melhor desenho, o melhor desempenho no estudo da religião como ilustra a divulgação do jornal *A Palavra* sobre a festa de encerramento do ano letivo do Instituto Gentil Bittencourt do ano de 1923 divulgando os nomes das alunas condecoradas:

Encerraram-se os trabalhos escolares neste conhecido educandário com uma belíssima festa, a que assistiram as autoridades e muitas famílias. O programa estava proficientemente organizado. No intervalo distribuíram-se os boletins e prêmios ás alumnas, sendo contempladas as seguintes:
Prêmio de distinção em estudo- Maria Eneida Vieira, Dulcina Machado, Maria Helena Coelho[...].
Prêmio de comportamento- Dulcina Machado, Maria Annunciada Bezerra, Corina Figueiredo[...].
Prêmio de distinção em música- Ainda de Matos Leão.
Em desenho- Hilda Bennett e Maria de Nazareth Diniz.
Em religião- Zuleika Carvalho, Maria Eneida Vieira, Ruth Barreto [...] (JORNAL A PALAVRA, 04-11-1923, p. 2).

No que se refere ao Orfanato Antônio Lemos não está explícita a prática destas festas no final do ano letivo na instituição. Contudo, em razão das atividades de premiação das alunas pela distinção nos estudos, pressupõe-se que as condecorações ocorriam nas festas de encerramento das atividades letivas. Em relação às religiosas Doroteias, a referida prática também constituía às atividades do Colégio Santo Antônio. Além do programa, semelhante ao praticado pela congregação das Filhas de Sant'ana, na culminância do ano letivo na instituição gerida pelas Irmãs de Santa Dorotéia também ocorriam as diplomações das alunas do curso comercial que as formavam no cargo de guarda-livros chamado naquela época.

Nessa direção, as comemorações do final do ano letivo organizadas pelas religiosas Doroteias no supracitado colégio, no ano de 1923, também contaram com números musicais, declamações, execução do hino nacional e a encenação da peça sobre

a Adesão do Pará por um grupo de educandas que foram aplaudidas pelas famílias e autoridades presentes, conforme notícia o jornal *A Palavra*:

Com desusado esplendor este conceituado Collegio encerrou o annolectivo.

[...] Presentes as autoridades ecclesiasticas, diversos sacerdotes e os paranympfos das guarda-livros, foram iniciados os festejos com a apresentação das seis jovens que concluíram o curso commercial, collando o grau de guarda-livros.

O paranympfo da turma, dr. Samuel Mac-Dowell, por uma folgada meia hora trouxe a selecta assistencia, presa de entusiasmo pela eloquencia e justeza de conceitos respectivos á questão feminina.

[...] Este curso commercial é de fundação recente e surgiu com a direção da actual Superiora. Estas são as primeiras flores colhidas. Distribuídos os diplomas e medalhas a diversas alumnas, foram preenchidos perfeitamente os números de musica, declamação, comedia e gymnastica. Estes dois últimos números foram executados a capricho, merecendo francos elogios.

Como ponto de destaque presenciamos a peça da Adhesão do Pará ao grito do Ypiranga. Sahiram-se a contento as gentis interpretes. Pontuando, surgiram as pequenitas, flores na propriaedade e todas engrinaldadas de flores a desenvolver um belíssimo jogo scenico. A assistencia não regateou applausos.

Com a palavra, após o Hymno Brasileiro, o revmo. Mons. Vigário Capitular encerrou a festa (JORNAL A PALAVRA, 01-11-1923, p. 2).

O exposto pelas notícias do jornal a respeito das festas de encerramento no cotidiano formativo liderado, seja pelas religiosas de Sant’ana ou de Santa Dorotéia, vão compreender que mais esta atividade exercida no período da primeira República correspondia a ideia de nacionalismo e valorização da pátria que eram evidenciadas naquele período tendo a escola como centro de sua propagação.

Nessa perspectiva, estas festas de culminância do ano letivo estão relacionadas a educação estética já destacada em momentos anteriores deste texto, haja vista que de acordo com Cynthia Veiga (2015), estas festas assim como as festas cívicas representavam o que ela denomina como “momentos de civilidade” em que a cidade celebra juntamente com a escola a construção de uma identidade nacional. Toda a logística que circundava as celebrações do fim do ano letivo de institutos, colégios e internatos estavam inseridas as instituições sob a responsabilidade das congregações das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Dorotéia.

Entre os elementos constituintes das festas destacados por Veiga e que também eram presentes nas festas organizadas nas instituições cuidadas pelas referidas congregações estão: a presença dos pais, professores, alunos, autoridades locais e/ou

eclesiásticas e a população da cidade. A presença destes resultava na: “[...] produção da vontade de ser nação, além de assinalar a função da escola como espaço privilegiado e legítimo de educação para uma nova inserção social (VEIGA, 2015, p. 414).

Ademais, além da reunião da comunidade escolar, pais, autoridades e a sociedade, outra questão que sobreleva a discussão sobre as festas escolares se refere aos programas apresentados nestas solenidades que findavam as atividades escolares. Basicamente a temática das apresentações nestas ocasiões fazia referência à estima pela pátria de modo que:

[...] Da preparação, por meio da participação ativa de professores e alunos, à apresentação, a festa é permeada por uma ideia de educação integral e permanente, dentro de uma perspectiva energética de mobilização em torno da necessidade do convencimento das pessoas de que são atores de novo espetáculo- a República. Educação nacional não se faz sem “sentimento patriótico”, sem “espírito público” e isso se produz com arte e festa (VEIGA, 2015, p. 414).

Em consonância com esta mentalidade difundida a respeito do lugar que as festas escolares de encerramento ocupam no processo educativo no período da primeira República de maneira a desenvolver um sentimento patriótico. As instituições educativas lideradas pelas religiosas de Sant’ana e Santa Dorotéia executavam o hino nacional como forma de encerrar solenemente os trabalhos do ano letivo das educandas. Tal cerimonia tinha como objetivo incentivar o sentimento de pertencimento a pátria, dentre os quais as fontes que apontaram a representação das alunas do Colégio Santo Antônio na comemoração histórico da Adesão do Pará a Independência. No mais, além das atividades de valorização da pátria, vale ressaltar também que outras apresentações ocorridas nestas ocasiões procuravam valorizar a moral e os bons costumes procurando consolidá-los. De característica incentivadora do nacionalismo e da preservação da ordem e dos códigos morais, as atividades componentes dos programas das celebrações de encerramento eram fortemente felicitadas pelas autoridades presentes, como: governadores, intendentess, religiosos ou outra autoridade.

Tal fato também pode ser notado nas notícias sobre as festas nas instituições administradas pelas religiosas que eram felicitadas pelas autoridades participantes daquelas festas. Assim, de acordo com Veiga (2015), todas estas características reforçam o fundo pedagógico destas festas por conta de que as atividades apresentadas objetivavam produzir não apenas uma cultura nacional, patriótica, mas sim prestigiar as autoridades que de certa forma ajudavam na manutenção da instituição. Por fim, é possível associar

as festas de encerramento promovidas nas instituições educativas sob os cuidados das congregações estudadas estão ligadas a chamada missão patriótica da escola primária. Para Souza (2009) as instituições buscavam formar mulheres integralmente para que pudesse ser formado na ordem, ter apreço pelo trabalho, que valorizassem os bons costumes e o valores cívicos, e assim constituir o chamado indivíduo novo que correspondia a nacionalidade pretendida naquele momento da história e que só seria possível pela via da instrução.



Fonte: Álbum do Pará, 1908

SEÇÃO IV

EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, FORMAÇÃO RELIGIOSA À EDUCAÇÃO DOMÉSTICA DAS CONGREGAÇÕES FILHAS DE SANTANA E DAS IRMÃS SANTA DOROTÉIAS (1906-1927)

“As disciplinas que envolviam habilidades práticas como trabalhos manuais e trabalhos de agulha e mesmo as prendas domésticas tinham prioridade em educar as meninas do Amparo e do Orfelinato para atividades domésticas. Sob constante vigilância e disciplina, as educandas de ambas instituições eram dirigidas internamente pelas missionárias da ordem religiosa italiana Filhas de Sant’Anna que implementavam uma formação educativa rígida e conservadora. Em ambas instituições, as meninas ali acolhidas eram amparadas da miséria e ignorância e se tornavam mulheres úteis à sociedade paraense” (ALVES, 2018, p.151).

4.1. O ensino primário, educação doméstica e o modelo de mulher

Conforme já discorrido nas subseções anteriores, as meninas desvalidas e pensionistas atendidas pelas religiosas das congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Dorotéia eram educadas com o propósito de serem futuras mães de família e no contexto da República tal formação contribuía para formar estas futuras mulheres para que, além de serem mães pudessem colaborar para a formação da nova pátria.

Com base nesta premissa, o século XX trouxe consigo a ideia de que para exercer o seu histórico papel a mulher precisaria de algum tipo de instrução além dos dotes referentes ao gênero. Diante disso, de acordo Hahner (2018), com o advento do ideário republicano constituído pelos ideais de progresso e elevação da nação, a mulher passou a ser vista como uma importante colaboradora ao educar os filhos para serem bons cidadãos (homens) para a República brasileira.

Embora se tenha iniciado a ampliação do papel da mulher na sociedade dos primeiros anos do século XX, esta mesma autora alerta que esse “alargamento” da função da mulher na prática não representou grandes avanços, pois esta nova atribuição à mulher ainda deveria ser exercida sem ultrapassar os limites do lar (HAHNER, 2018).

A necessidade da educação primária às meninas atendidas em instituições educativas era prioridade na formação de mulheres abastadas para a nova República. É fato que parte das mulheres não sabiam ler nem escrever, além de reduzido conhecimento em diversas áreas, pois sua formação era em atividades domésticas. Isto é, tal formação sempre esteve ligada ao universo doméstico, pois gerava mulheres com formação necessária para cuidar da casa e dos filhos. É sabido que as mulheres desempenhavam um papel social nos cuidados do lar, corte e costura, bordados e boas maneiras para se honrada e respeitada. A ela cabia depositar toda a sua felicidade no casamento e na maternidade.

[...] nas casas mais abastadas as jovens recebiam de professores particulares algumas noções elementares, mas dedicavam-se sobretudo às prendas domésticas e à aprendizagem de boas maneiras. Mesmo essas moças privilegiadas tinham reduzido acesso à leitura, pouco ou nada sabiam de história e geografia, possuíam vagas noções de literatura e cálculo, dedicavam-se mais a aprendizagem de uma língua, de preferência o francês (ALMEIDA, 1998, p. 56).

Almeida (1998) ainda reforça que a realidade em que se encontrava a educação primária para meninas gerou um contingente de mulheres analfabetas. Com a mudança

de regime de governo, o Brasil registrava um quantitativo de dois terços das mulheres na condição de analfabetismo. June Hahner (2018) confirma tal informação e ainda acrescenta que quando as meninas recebiam instrução de primeiras letras o objetivo era de valorizar as meninas para o casamento.

Nessa perspectiva, as religiosas das congregações investigadas seguiam a nova proposta de formação de meninas a partir da instituição da República, Assim, nos estabelecimentos dirigidos pelas religiosas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia eram dadas visibilidades à formação doméstica, e também proporcionavam as educandas lições das demais disciplinas referentes ao currículo oficial do ensino primário em vigor naquele período, o qual conforme a História da Educação registra foi submetido a diversas alterações entre os anos dos noventa.

No caso das instituições administradas pelas Filhas de Sant'ana, as aulas eram ministradas pelas alunas normalistas, como observado no Instituto Gentil Bittencourt que obedecia ao currículo oficial do ensino primário. O programa de ensino era organizado da seguinte maneira: “[...] o curso primário dividido em elementar, com duração de quatro anos, e o complementar, com duração de dois anos (SOUSA, 2010, p. 125).

A respeito do caso das religiosas de Santa Doroteia, além do ensino dos dotes femininos também eram ministradas as aulas do ensino primário. A referida congregação promovia ainda a educação cristã e moral de meninas.

Esta Obra consiste numa caritativa solicitude e vigilância que, com o consentimento dos pais e mediante a designação dos respectivos Párocos, algumas senhoras piedosas exercem sobre as meninas mais necessitadas de tais cuidados. Com os meios mais oportunos e segundo as circunstâncias, empenham-se em formá-las na piedade e nos bons costumes, procurando que frequentem a doutrina cristã e os Santos Sacramentos, e se ocupem nos estudos e nos trabalhos próprios da sua condição (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 12).

Dessa forma, como mostrado na fonte acima, ainda que as instituições educativas sob a gestão dessas religiosas promovessem lições do ensino primário, o cerne da educação das meninas estava voltado para o serviço doméstico, para que aquelas futuras mulheres tivessem uma formação arquitetada sob a égide da família e da sociedade da época.

Esta concepção de formação feminina, presente no início da República, era bem recebida pelas famílias mais tradicionais que preferiam confiar a educação de suas filhas às religiosas que formavam às meninas dentro dos padrões mais conservadores, conforme

ilustra um trecho de uma matéria sobre o ensino no Colégio Santo Antônio no jornal *A Palavra*, referente às Bodas de Ouro da chegada das Irmãs de Santa Dorotéia a Belém. O preparo educativo abrangia à instrução da religião, de ciências, letras, artes e principalmente de prendas domésticas. As Irmãs de Santa Doroteia acreditavam na formação de donzelas em futuras mães de família e com o espírito cristão. Para tal desenvolviam práticas educativas com uma certa rigidez. A valorização cristã e valores patrióticos comungavam com a formação de uma mulher horada e preparada para atender às demandas da família e da sociedade.

[...] No pé actual de sua existencia, o Collegio de Santo Antonio abriga crescido número de alumnas as quaes se instruem na religião, nas sciencias, nas letras, nas artes e em todas as prendas que fazem de uma donzella, no presente, o enlevo dos paes e irmãos, no futuro a mãe de família verdadeiramente christã. Mas a medida que se desvelam as Irmãs no preparo de suas collegiaes, nem um instante descuram de suas orphansinhas, que alimentam, vestem, tratam, ensinam a ler, escrever, contar, e exercitam em todos os misteres domésticos, aparelhando-as a viverem honestamente, dentro de sua condição, sem cahir nas ciladas do mundo (JORNAL A PALAVRA, 02-09-1927, p. 2).

Assim, o Colégio Santo Antônio, administrado pelas Irmãs de Santa Doroteia, além de propor o modelo de ensino descrito anteriormente pelo jornal *A Palavra*, a instituição também seguia o programa oficial do ensino primário da época, mas diferentemente das religiosas Filhas de Sant'ana, o ensino das lições estava na responsabilidade da própria congregação de Santa Dorotéia.

A atuação das normalistas era notada nas instituições administradas pelas Filhas de Sant'ana. Esta prática foi identificada no Instituto Gentil Bittencourt, mas também no Colégio Perseverança, onde o ensino primário era regido pelas alunas normalistas. Esta divisão de tarefa foi identificada por outra notícia registrada no referido jornal na década de 1920, em um trecho do anúncio dos serviços do Colégio Perseverança o qual informava que: “[...] As aulas estão confiadas a talentosas professoras normalistas, seguindo o programma official” (JORNAL A PALAVRA, 07-03-1920, P. 2).

Sobre o programa oficial do ensino primário, conforme já foi sinalizado no início desta discussão, foi submetido a alterações em virtude das reformas da instrução pública⁵⁸ propostas em diversas regiões do país, sobretudo na década de 1920. Porém, é importante

⁵⁸ Ver mais em: CARVALHO, Marta M. C. Reformas da Instrução Pública. In: 500 anos de Educação no Brasil. Orgs: LOPES, Eliane M. T.; FILHO, F. Luciano Mendes de.; VEIGA, Cynthia G. 5ª Ed. 1ª reimpressão- Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ressaltar que o programa ou currículo oficial que regulamentava a prática de ensino primário das religiosas representava um novo modelo de educação que estava se instalando no país desde o início da República, tratava-se dos chamados grupos escolares⁵⁹ que traduziam a chamada modernização do ensino primário Paulista que, posteriormente, foi se alastrando para as demais regiões do país.

De acordo com Souza (2014), os grupos escolares representavam um modelo de escola moderna no país condizente com o momento da República onde se buscava modernizar a educação, especialmente o ensino primário, a fim de atualizar as práticas que originadas das escolas graduadas ou isoladas já não se encaixavam ao projeto educativo republicano. Isso se explica porque a educação primária no período da República, em especial nos primeiros anos do século XX, estava inserida numa conjuntura mais ampla que demonstrava traços da modernidade os quais modificaram diversos setores da sociedade brasileira.

Entre estes setores estava a educação que naquele momento da história tinha a missão de formar o indivíduo para aquele novo período e reformá-la ou modernizá-la se fazia imprescindível, pois, conforme Souza (2008), o cenário da época indicava que para se assemelhar as grandes nações europeias era necessário educar o povo brasileiro que ainda tinha hábitos incompatíveis com os padrões de civilidade almejados. Por isso, ainda de acordo com esta autora, para alcançar o referido objetivo era preciso instruir a população para que adquirissem bons costumes e, isto é, moldar um novo indivíduo e, isso se fazia pela via da instrução primária e a criação dos grupos escolares foi de suma relevância para a concretização desta tarefa.

Nesse sentido, o ensino primário circunscrito aos grupos escolares se tratava do que esta autora denomina de “projeto cultural a favor da nação” que estava intimamente relacionado ao ideário republicano que reportava a princípios como a civilidade e o amor à pátria, logo a respeito à instrução primária neste contexto se remete a:

[...] um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social-obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades,

⁵⁹Embora tenhamos mencionado anteriormente a questão dos grupos escolares no Pará, entendemos ser pertinente tecer novamente uma discussão a respeito deste assunto, mas, neste momento do texto procuramos situar a origem deste modelo de educação, a constituição de seu currículo assim como sua influência nacional e local o que conseqüentemente nos conduz a observar que as práticas das religiosas das congregações investigadas eram majoritariamente orientadas pelo modelo dos grupos escolares.

virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade (SOUZA, 2014, p. 119).

Para educar na perspectiva descrita no excerto acima, Souza (2014) destaca que o programa do ensino primário se caracterizava por ser enciclopédico e que prezava no hall de suas disciplinas a instrução moral e cívica. Além disso, este programa oficial do ensino primário ainda continha o ensino de caligrafia, aritmética, higiene, trabalhos manuais, entre outros que eram componentes do currículo do curso primário executado nos grupos escolares que tinha duração de quatro anos.

Diante dessa premissa, este conjunto de disciplinas compunha a formação ofertada no nível do ensino primário especificamente no âmbito dos grupos escolares que, de acordo com a história, foi se instalando paulatinamente nas regiões do Brasil. No que se refere ao Estado do Pará, a implantação dos grupos escolares ocorreu a partir do ano de 1899, no governo de José Paes de Carvalho, quando este promoveu naquele mesmo ano a reforma da instrução pública no estado (SOUZA, 2014).

Reforçando o argumento de que as disciplinas propostas ao ensino primário atendiam a lógica formativa proposta no início da República, é importante destacar também que de acordo com o comentado nos parágrafos anteriores a fundamentação desta formação representava o “polimento” e a construção do caráter cívico-patriótico do indivíduo para esta nova sociedade que se organizava. Por essa razão que a importância do ensino primário era reforçada pelo governador do estado Dr. Antônio João Coelho quando proferiu em sua mensagem anual a Assembleia legislativa do Pará:

O ensino primário o mais valioso factor da evolução social, foi desenvolvido e facilitado sob o pensamento de aparelhar a juventude, que constitue a geração de amanhã, para as grandes conquistas, intellectuaes, tornando-a apta para as luctas da vida e preparada para cooperar conscientemente na grande obra do engrandecimento da pátria (PARÁ, 1910, p. 49).

Além disso, nesta mesma mensagem o governador ainda assinala suas ações sobre a reforma do ensino primário no estado do Pará realizada ainda no ano de 1910, que se tratou em rever as estruturas das disciplinas deste nível de ensino, assim como também se concentrava na questão da modificação dos métodos de ensino em vigor no ensino primário, frente a isso o governador Dr. Antônio João Coelho destaca que:

[...] embora de accordo, em suas linhas geraes, com a organização que encontrei vigorando, entendia dever ser ella revista em seus detalhes,

para accommodal-a a processos pedagogicos mais adeantados.[...] Possuido d'este pensamento foi que baixei o decreto n. 1.689, a que acima alludo, e do qual vereis que a remodelação do ensino primario, no que diz respeito á distribuição das materias.[...] Como vereis do regulamento e dos programmas posteriormente a elle decretados, foi feito sob outras bases o ensino de Portuguez, Historia, Geographia e Arithmetica, sendo instituidas mate rias novas como Geologia, Botanica, Physica, Licções de Cousas e de Educação Moral e Civica (PARÁ, 1910, p. 48-49).

A respeito da mudança do método de ensino na educação primária comentada no trecho da mensagem acima, esta se atribui a adoção do método de ensino conhecido pela história como *método intuitivo* ou das chamadas *lições de coisas*, o qual substituiu o procedimento até então em vigor que era utilizado desde o período imperial. Este antigo método se baseava na prática de memorização ou do ensino simultâneo de alunos em diferentes níveis de aprendizagem, assim segundo Souza (2008), tal método era fortemente presente nas escolas de primeiras letras e se caracterizava pelo: “[...] apelo à memorização, à repetição diária das lições de cor e à disciplina garantida pela palmatória” (SOUZA, 2008, p. 40).

Esta mesma autora pontua ainda que com a instauração da República, a instrução pública, em especial o ensino primário, foi contemplado por diversas reformas que buscavam modernizar e dar nova organização a este nível de ensino. Dessa maneira, os gestores estaduais neste novo regime procuraram reestruturar o ensino primário, e no caso do estado do Pará, entre suas reorganizações a alteração do método de ensino foi atendida como destaca a seguir o governador Dr. Antônio Coelho em outro trecho de sua mensagem anual.

Era uma necessidade inadiavel substituir no ensino primario o methodomnemnonico pelo intuitivo. O esforço excessivo da memoria prejudica o cerebro: seu exclusivo desenvolvimento enfaquece a intelligencia. O livro deve ser considerado como a synthetizaçãomethodica das disciplinas e nunca como unico elemento de ensino (PARÁ, 1910, p. 48-49).

Dessa forma, a adoção deste método correspondia melhor às finalidades da educação primária ofertada no período investigado tendo em vista que, com o estabelecimento do regime republicano, o país estava imerso em um processo de modernização e urbanização, a educação estava inserida neste processo como meio de regeneração do homem a partir do cultivo de valores patrióticos, da civilidade, da ordem e da formação estética. Assim, por orientarem sua prática educativa a partir do currículo

oficial do ensino primário na época, as instituições administradas pelas religiosas Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Dorotéia estavam sujeitas às modificações necessárias quanto às disciplinas, bem como as modificações referentes aos métodos de ensino e ao currículo escolar. Por essa razão, a instrução relativa à promoção da cultura patriótica, da civilidade e da ordem também deveria fazer parte da educação das meninas. Contudo, a formação doméstica era o eixo principal da instrução feminina, haja vista que a educação voltada para as características do gênero também se constituía como elemento do que Veiga (2015) chamou de educação estética para a civilidade.

Nesse contexto, para esta autora, o ensino das habilidades femininas, especialmente as habilidades mais sofisticadas como o canto e música permitiriam além da formação para reger o lar, estas futuras mulheres também fossem satisfatoriamente educadas para que pudessem conviver em sociedade. Em vista disso, abranger esses fatores na formação de meninas também pressupunha dar a educação estética a elas, pois assim se promovia a: “[...] formação integral e útil à família e ao lar, cujo objetivo seria ornar o espírito, despertar emoções do gozo artístico que suscitariam um estímulo para a vida espiritual e moralmente superior” (VEIGA, 2015, p. 408)

Imagem 42- Aula de canto no Colégio de Santo Antônio



Fonte: Arquivo de fotos do Colégio Santo Antônio

Imagem 45-Aula de canto no Instituto Gentil Bittencourt



Fonte: Arquivo de fotos do Colégio Gentil Bittencourt- ano não identificado

Diante do exposto no parágrafo, podemos observar na imagem 13 as aulas de canto assim como todos os demais dotes femininos estavam a cargo das Irmãs Doroteias que tinham seu trabalho recomendado pelas famílias da sociedade paraense da época por formar as senhoras da “escól Belemense”⁶⁰. As aulas de canto também integravam o cotidiano formativo das alunas educadas pelas religiosas da congregação das Filhas de Sant’ana que eram responsáveis por ensinar tal habilidade no colégio Perseverança, contudo no Instituto Gentil Bittencourt essa atividade era ministrada pelo capelão da instituição conforme ilustra a imagem 16.

O ensino de habilidades mais sofisticadas correspondia justamente a questão da educação estética levantada anteriormente, onde se propôs a educação mais ilustrada que, de acordo com Cynthia Veiga (2015), intencionava formar indivíduos sensíveis e habilidosos porque para o contexto da República era importante que além de instruído, o indivíduo desenvolvesse uma espécie de cultura estética, e um dos meios para isso seria os chamados trabalhos práticos e nesse conjunto se tem os trabalhos manuais, o desenho, o canto, entre outros.

As práticas formativas lideradas pelas religiosas das congregações das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Dorotéia estavam contidas nesta lógica de educação em curso

⁶⁰ Termo extraído do jornal *A Palavra* do dia 01/01/1920 que fazia referência a formar as futuras mulheres das boas famílias da capital do estado do Pará.

no início do século XX no Pará. Nas instituições educativas que estas religiosas estiveram presentes, as meninas recebiam lições femininas das mais básicas as mais refinadas conforme ilustramos mais acima. Portanto, ao receber esmerada educação, as meninas se tornariam mulheres aptas a frequentar o espaço urbano que antes era restrito ao homem. Contudo, não podemos perder de vista que mesmo todas as educandas recebendo a formação para o lar a educação mais sofisticada era reservada as meninas pensionistas das instituições regidas por estas duas congregações religiosas no Pará. Dessa maneira, no processo formativo liderado pelas religiosas Filhas de Sant'ana, além das habilidades e prendas já mencionadas, de acordo com o jornal *A Palavra*, também havia a oferta do curso de línguas as educandas do colégio Perseverança (JORNAL A PALAVRA, 1920).

O Instituto Gentil Bittencourt até o ano de 1909 não ofertava o ensino de línguas, porém, neste mesmo ano a superiora da instituição, irmã A. Tita Sbrilli, recomendou no relatório anual a secretaria de Instrução pública que inserisse no processo formativo das educandas o ensino da língua Francesa como destacamos no trecho adiante quando a superiora solicita ser necessária a inclusão da língua estrangeira.

Julgo depois, que seria mui conveniente obrigar as respectivas professoras, ou criar uma cadeira para o ensino da Língua Franceza. Acho exquisito que meninas, as quaes completam aqui o curso primario, saiam, sem conhecer nem os elementos de uma língua julgada universal (INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT, 1909, p. 7).

A respeito do ensino de línguas estrangeiras no Colégio Santo Antônio, este já compunha o currículo do ensino primário desde a fundação do estabelecimento ainda no século XIX. Entretanto, as Irmãs de Santa Doroteia ofertavam às meninas duas línguas: Inglesa e Francesa (JORNAL A BOA NOVA, 1877).

Além da formação aprimorada relacionadas à erudição, vale lembrar que as meninas sob a guarda das religiosas das referidas congregações, também tinham lições para o lar, como costura, bordado, entre outras. Em relação às Irmãs de Santa Doroteia identificamos que o currículo da instituição se ocupava apenas com as habilidades manuais femininas. Esta era uma prática provinda desde a fundação do Colégio Santo Antônio. Assim esta formação doméstica era sinônima de formação artística para o jornal *A Boa Nova*, de modo que a denominava de parte artística, logo as habilidades manuais contempladas eram: “[...] coser, diversos pontos de marca, bordar a branco, matiz, ouro, escomilha, e à navalha em vidro, [...] flores de panno, seda, cera, missanga e sola, pintura oriental e outras obras de mão, desenho, pintura” (JORNAL A BOA NOVA, 1877, p. 3).

Sobre a realidade das religiosas de Sant'ana, as prendas ensinadas às meninas do Instituto Gentil Bittencourt, no Colégio Perseverança, Externato Santa Rosa eram semelhantes, isto é, havia aulas de costura e bordado. Porém, no Instituto Gentil Bittencourt havia uma particularidade a respeito do ensino das prendas: estas eram ministradas às educandas de acordo com o seu nível de iniciação na atividade. Nas aulas, as alunas recebiam orientações e aprendizados para bordados, costuras e pinturas. Além disso, confeccionavam roupas, rendas e bordados que eram expostos em bazares da instituição:

São duas as aulas de prendas domésticas: uma das mais adeantadas, outra das principiantes, e são frequentadas por todas as alumnas por turno, a excepção das menores. Estas creanças em aula separada aprendem os primeiros pontos de costura, de marca, algum pequeno objecto em palha, [...] Na aula das principiantes aprendem costura à mão, confecções de roupas, rendas e bordados fáceis. Na das mais adeantadas se aperfeiçoam nas costuras, confecções de roupas; trabalham rendas de diversos gêneros, bordados á branco e a matiz (INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT, 1909, p. 9).

Sobre a diferenciação das alunas é pertinente destacar que esta era realizada por ambas as congregações de acordo com a situação social. No que se refere às religiosas Doroteias, esta diferenciação de acordo com a condição social foi registrada por Costa (2014), o qual destaca que as educandas pensionistas eram educadas mais delicadamente para serem mais que mulheres cristãs e boas mães, mas também para se tornarem damas da sociedade. Já às órfãs e desvalidas era destinada apenas a educação primária, permeada pela moral e pela religião. Enfim, havia uma educação diferenciada entre as educandas. As de poder aquisitivo recebiam uma formação esmerada, já as órfãs e desvalidas, uma educação mais simples, baseadas na formação especialmente na educação doméstica:

Como havia uma educação diferenciada devido à condição social das meninas, nem todos os conteúdos deveriam ser ensinados para todas elas. Para as meninas ricas, educação esmerada, para as órfãs e desvalidas, educação com ênfase nas prendas domésticas. E mesmo as meninas de condições sociais mais elevadas, alguns conteúdos, só deveriam ser ensinados se os pais justificassem a necessidade de tal conhecimento para a vida das meninas como o ensino de língua estrangeira (COSTA, 2014, p.139).

A diferenciação da educação de meninas pela sua condição social também é reforçada por Sousa (2010) a qual aponta que esta forma de organizar e separar as alunas indicava os lugares que estas ocupavam entre aqueles que tinham influência e eram de

famílias de boa situação financeira. A referida autora ainda destaca que a separação social das alunas foi uma prática realizada desde o Colégio do Amparo que formavam as pensionistas para serem futuras damas e enquanto às meninas desvalidas deveriam ser formadas para o mundo do trabalho e também para serem o apoio do marido nas possíveis dificuldades enfrentadas.

Nesse sentido, a educação de meninas começa a ganhar novos rumos nas primeiras décadas da República em razão à luta pelo direito da mulher a ingressar na educação superior, assim como para poder adentrar o mercado de trabalho. Entretanto, o trabalho a que se submeteria não deveria exigir muito da mulher, pois ainda resistia à velha compreensão patriarcal de que a mulher ainda era vista como um ser frágil que não precisava trabalhar a não ser que sua atividade estivesse relacionada ao cuidado e zelo ao outro, o que referendava a sua natureza feminina. Nessa direção, a menina quando alcançasse a idade adulta seria a: “[...] mulher-mãe deveria ser pura e assexuada, e nela repousariam os mais caros valores morais e patrióticos” (ALMEIDA, 2014, p.66).

As religiosas de Sant’ana e Santa Doroteia acompanharam as mudanças na formação feminina e iniciaram a oferta de outros cursos para diversificar a formação das meninas nas instituições educativas em que atuaram em Belém. A disponibilidade destes cursos teve início nos de 1920, no Colégio de Santo Antônio que ofertou primeiramente o chamado curso comercial que iniciou no mês de fevereiro do ano de 1921. Este curso se constituiu de disciplinas técnicas sendo ofertado para moças e, a responsabilidade deste estava a cargo da superiora, conforme informa o jornal *A Palavra*.

[...] Além do ensino primário e secundário de acordo com o programmaofficial, mantém um curso comercial para senhoritas com aulas de escripturação mercantil, francez, inglez, dactylographia e stenographia. Informações com a superiora do referido Collegio (JORNAL A PALAVRA, 08-01-1922, p.2).

A respeito das irmãs de Sant’ana, as novas atividades das alunas confiadas a esta congregação estavam ligadas ao magistério, que era uma atividade existente nas instituições administradas pelas religiosas de Sant’ana. E o ato de lecionar era tido naquela época como uma tarefa para a mulher, e tal pensamento foi corroborado pelo então governador do estado, Dr. Lauro Sodré que via a mulher como a pessoa ideal para lecionar por que:

Nada ha porque nos descontentarmos ao ser a missão de ensinar confiada a mãos femininas. Si em toda a parte a mulher ten; revelado a

sua aptidão especial para esse mister, tão digno della, aqui não têm sido em menor gráo as demonstrações de seu feitio moral, que a faz apta para essa tarefa (PARÁ, 1918, p. 55).

Diante do que as fontes revelam podemos constatar que, a educação de meninas ainda que estivesse inserida num novo contexto em que as mulheres já pudessem receber formação para além do cuidado do lar e da família, a questão de gênero ainda era sobressalente no processo formativo, haja vista que o trabalho intelectual não devia exaurir a mulher que historicamente era tida como frágil. O trabalho mais dignificante à mulher seria aquele que aflorasse sua natureza de servir e de se doar ao outro (ALMEIDA, 2014). Portanto, uma das tarefas remuneradas mais adequadas a natureza feminina seria à docência que para mulher era tida como missão sagrada, pois a mulher era depositada a função de regenerar a sociedade e para tanto precisava ser escolarizada, com uma formação voltada para o magistério:

[...] A instrução reverter-se em benefício da família e, através desta, à pátria, que se expandiria cada vez mais em seu desenvolvimento, alinhando-se com as grandes nações do mundo. A educação escolarizada, imbuída desses pressupostos, passava a ser importante e necessária para as mulheres, mas deveria ser domesticadora para que não transcendesse os limites impostos pelas estruturas sociais. Poderiam ser educadas e instruídas; era importante que exercessem uma profissão, no caso o magistério, e colaborassem na formação das gerações futuras (ALMEIDA, 2014, p. 73-74).

As religiosas das congregações investigadas também acompanharam a inserção feminina no magistério porque, ao terminarem sua formação nas instituições educativas dirigidas por estas congregações, as educandas especificamente pobres e órfãs, que não contraíssem matrimônio ingressavam na carreira docente tendo em vista que esse seria o melhor destino para as moças recém-formadas. Enfim, as duas congregações tiveram papel importante na formação de meninas normalistas que atuaram no magistério.

4.2. Educação religiosa e a formação da família

[...] 42ª Eu disse: sobretudo as verdades da fé e os preceitos do Christianismo, porque pouco vale a instrucção, se não é fundada na pratica da Religião e da moral. Os maiores malvados, os homens que mais damno tem feito ao mundo pela sua impiedade, tyrania e corrupção, tinham talento e instrucção. O que lhes faltou? Faltou-lhe uma educação verdadeiramente religiosa, que lhes formasse o coração, e os tornasse sóbrios, mansos, bemfazejos, justos, caridosos e tementes a Deus (JORNAL A PALAVRA, 13-07-1916, p. 3).

O jornal *A Palavra* divulgava a coluna *deveres da família* escrita pelo bispo do Pará, Dom Macedo Costa, esta coluna se tratava de indicações do bispo às famílias paraenses de como criar e educar seus filhos dentro dos deveres morais, religiosos e nos cuidados cotidianos. Além disso, indicava como deveria ser a convivência entre os casais cristãos e os deveres destes para buscar correta instrução aos filhos, neste caso entendia-se por correta instrução a educação religiosa conforme destaca a citação que inicia este tópico.

Vale destacar que entre os artigos publicados na referida coluna, a figura da mulher era abordada como elemento fundamental na criação dos filhos assim como na manutenção dos valores morais e religiosos da família. Dessa forma, juntamente com o marido, a mulher deveria zelar primeiramente pela educação religiosa de seus filhos, garantindo inicialmente que as crianças garantissem os sacramentos da igreja como a primeira eucaristia, batizado etc.

Com a efervescência da modernidade no início da República havia resistência da classe mais conservadora da sociedade em aceitar o Estado laico, haja vista que desde os primórdios da história do Brasil a Igreja católica era tida como religião oficial do estado brasileiro e pregava o ensino religioso como o caminho para a formação do homem honesto e da mulher cristã e dedicada a família. E com a separação da igreja e estado esta primeira, conseqüentemente, perdeu espaço principalmente no âmbito da educação (OLIVEIRA, 2010).

Naquele contexto, o Estado se dividiu entre católicos e liberais, onde os primeiros reivindicavam a permanência da participação da igreja e da educação religiosa na formação da infância Brasileira; e os liberais defendiam o estado laico como melhor saída para o progresso e a civilidade desejada nesse período. Apesar disso, o ideário da importância da educação religiosa como exímia formadora do indivíduo ainda era muito presente na sociedade, como ilustra um trecho a seguir, do jornal *A Palavra* a respeito de opiniões sobre os prejuízos da retirada do ensino da religião do processo educativo com a possibilidade de meninos tornarem-se vagabundos e ladrões e, seu caráter se tornar feroz e bárbaro. Enfim, a escola sem ensino religioso estará promovendo sujeitos incivilizados, decadentes e corruptos:

[...] Com a abolição da instrução religiosa, confundiram-se as noções do bem e do mal; os meninos tornam-se vagabundos e ladrões, e seu carácter torna-se feroz e bárbaro. Crear escolas sem ensino religioso é organizar a barbarie, e a peor de todas as barbaries; não a que precede

á civilização e a prepara, mas a que a segue e é sua decadencia e corrupção (*A PALAVRA*, 31-07-1919, p. 1).

Ainda que tenha perdido espaço pelo fim da união com o estado, de acordo com Oliveira (2010), muitas congregações vieram para o Brasil logo após a proclamação da República e fundaram colégios, hospitais, asilos etc. Naquele contexto buscavam ainda difundir a doutrina cristã, contudo, no novo regime em que o país se encontrava, a igreja buscou adequar sua atuação inspirada nos princípios do movimento romanizador, mas ao mesmo tempo adotava em suas práticas, especialmente as educativas, os chamados “padrões europeus”.

As congregações que desembarcaram em terras brasileiras com a missão de educar e instruir os indivíduos eram vistas pelas camadas mais conservadoras como um meio de manutenção do pensamento católico que, naquele período procurava conservar as famílias e os valores morais. Especificamente no contexto do século XX, estes grupos religiosos tinham a missão reforçada por conta do momento histórico vivenciado no início da república, por isso em certa medida eram vistos como os “benfeitores da pátria”, como nos aponta a matéria do jornal *A Palavra* intitulada: *As congregações religiosas e o Brasil*, a qual versa que estas congregações:

Educando e instruindo a mocidade, ensinando-lhe a amar a Deus e o Brasil sobre todas as cousas, catechizando os selvagens, fundando povoados que se transformaram logo em centros laboriosos e ordeiros, [...] combatendo o espírito do cosmopolitismo dissolvente, defendendo a família, as nossas tradições, a ordem, a autoridade constituída da sociedade, sem outro intuito senão a glorificação de Deus e a salvação das almas, conquistaram as congregações religiosas o respeito e a gratidão de todos os brasileiros dignos deste nome. Todas as nações bem orientadas e principalmente a América do Norte, prezam e acolhem com o mais vivo interesse essas grandes benfeitorias da pátria (*JORNAL A PALAVRA*, 15-10-1922, p. 1).

O pensamento exposto na citação acima pode estar relacionado à ideia que Ribeiro (2012) nomeia como identidade nacional a qual se buscava construir no início da República e, por conseguinte, no século XX a partir da proposição de associação entre a ciência e os valores tradicionais. Tal premissa não deixou de lado em momento algum a questão da religião, pois na visão dos intelectuais católicos⁶¹ não era concebível colocar

⁶¹Nos primeiros anos da República se constituíram dois grupos oponentes que marcaram a história da educação brasileira. O primeiro grupo diz respeito aos intelectuais liberais que defendiam um projeto de educação laica, gratuita e obrigatória e que estava inserido num confronto de ideias com o segundo grupo que se referia justamente aos intelectuais católicos que viam o projeto de educação liberal, sobretudo a

o Brasil nos trilhos do progresso sem manter às chamadas tradições herdadas do império Português católico.

Nesta mesma perspectiva, as congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Dorotéia promoviam a educação religiosa das meninas educadas nas instituições sob sua direção. No entanto, vale destacar que as atividades destas duas congregações no âmbito educacional são referenciadas desde o século XIX e, portanto, estão inseridas neste processo de reorganização da igreja no Brasil.

Podemos notar que a relevância da religião na educação de meninas também se fez presente na vida das fundadoras das duas congregações, pois desde a mais tenra idade ambas eram instruídas por suas mães a praticarem a religião. No caso das Filhas de Sant'ana, no que se refere a sua fundadora, a família de Rosa Gattorno tinha uma prática cristã considerada inabalável que permeava a criação das crianças pelos costumes e valores cristãos, entre a prole dos Gattorno, Rosa foi a que mais absorveu estas virtudes por ter o exemplo da mãe e da avó paterna. Assim, o pilar da formação da família Gattorno era a educação cristã que de acordo com o tempo histórico estava a cargo da mãe que procurava inculcar nos filhos a piedade e a devoção religiosa por meio do exemplo e da palavra (FIOCCHI, 1996). Tal modelo de educação religiosa também foi constatado na vida de Paula Frassinetti que desde muito cedo teve contato com a religião por ter nascido em uma família fervorosamente religiosa a qual igualmente foi instruída pela mãe nos mais honrados princípios da religião católica e na devoção ao divino (OLIVEIRA, 1996).

Além disso, é interessante destacar que na formação religiosa da fundadora das Irmãs de Santa Dorotéia ocorreu conforme suas memórias apontam como “modesto silêncio”, onde a fundadora ouvia atenta as conversas do pai com o irmão José, que estava se formando para o sacerdócio e abordava temas sagrados nos diálogos em casa (MEMÓRIAS, 1998).

A congregação de Santa Dorotéia tem como missão histórica a atuação no campo da Educação, tornando as escolas o espaço de sua prática de caridade e dedicação da fundadora Santa Paula e das demais irmãs que compunham esta congregação, que se propôs a zelar especialmente pelas meninas desamparadas. Sendo assim, as primeiras Constituições registraram que as escolas iniciadas em cada casa do Instituto deveriam ter cuidado especial pelas meninas pobres.

questão da laicização da educação a qual foi compreendida como insulto aos fundamentos da educação católica. Dessa forma, os intelectuais católicos defendiam que a educação das crianças deveria ser uma decisão da família e não do Estado (BOSCHILIA, 2000).

[...] portanto, em todas as Casas do Instituto se abrirá, quando for possível, uma Escola para meninas externas, numa parte do edifício inteiramente separada da das educandas. O horário da entrada e da saída das meninas será fixo; mas procurar-se-á, particularmente nas Escolas das meninas pobres, tê-las conosco o maior tempo possível (CONSTITUIÇÕES, 1851, art. 290, p. 123).

Nessa direção, sobre a prática de instrução religiosa das congregações estudadas, as religiosas da congregação das Filhas de Sant'ana além do ensino das prendas também tinham a atribuição de lecionar sobre a religião nas instituições em que trabalharam no início do século XX. A educação religiosa no Instituto Gentil Bittencourt era ministrada pelas orações diárias e aulas de catecismo. As práticas religiosas iniciavam logo pela manhã quando as meninas acordavam, após o banho, por volta de 06:30 horas da manhã as educandas se reuniam para as orações e a missa celebrada na capela (INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT, 1909, p. 18).

No fim do dia de atividades por volta das 19:30 ainda era proferida a oração da noite; já as lições de catecismo eram dadas aos domingos no horário da tarde, das 13:30 as 15:30, em razão de que neste dia as demais atividades ocorriam em horário diferencial em relação a rotina semanal. Além das lições de catecismo e das orações, Celita Sousa (2010) aponta que na formação religiosa das educandas do Instituto Gentil Bittencourt, as confissões, as festividades religiosas e a recitação do terço faziam parte do cotidiano. Sobre a rotina religiosa das alunas do Colégio Perseverança e Santa Rosa, as fontes não indicam explicitamente, mas, pode-se inferir que tal prática também ocorria naquelas instituições.

A prática da educação religiosa também foi notada no cotidiano das meninas abrigadas no orfanato Antônio Lemos, as quais de acordo com a pesquisa de Adriene Pimenta (2012), tinham um momento de sua rotina reservado para as orações, e eram incentivadas a rezar. As órfãs rezavam por seus benfeitores durante as celebrações diárias ocorridas no orfanato.

No que se refere às Irmãs de Santa Doroteia no Colégio Santo Antônio, o ensino da religião era a finalidade primeira da educação em razão de que esta era uma premissa desde a fundação da congregação que, tinha como maior objetivo contribuir para formar uma jovem cristã que vivesse no mundo para respeitar Deus. Tal informação se confirma ao consultarmos as Constituições e Regras do Instituto de Santa Doroteia, documento que rege as práticas religiosas e educativas dessas religiosas.

Ainda que tenham sido redigidas no ano de 1851, estas constituições regiam as práticas de todos os colégios e asilos dirigidos por este grupo religioso ainda no início do século XX reforçando a ideia de formar a mulher dentro da moral e da concepção de mulher difundida pela igreja. A educação religiosa promovida pelas Irmãs de Santa Doroteias se fundamenta na chamada Pia Obra de Santa Doroteia que, de acordo com as constituições, tem a finalidade de formar pela religião formar uma boa geração, conforme ilustra o trecho do artigo 207 dizendo que:

[...] Formando as crianças, a Pia Obra pode formar a metade da geração que surge. Se esta crescer boa, sendo tão grande a influência da educação das mães sobre os filhos, também a outra metade deverá necessariamente melhorar. [...] Pode-se dizer que educar bem as crianças é reformar o mundo e conduzi-lo à verdadeira vida (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 91-92).

Costa (2014) revela que as meninas educadas pelas religiosas de Santa Doroteia dispunham de um conjunto de saberes religiosos a fim de constituir a mulher cristã, e no Colégio de Santo Antônio não foi diferente haja vista que a formação religiosa tanto das educandas pensionistas como das órfãs compreendia desde as aulas de catecismo, amor e respeito a igreja e ao divino coração de Jesus, até formas de confessar-se entre outras tarefas como a instrução para evitar as perdições mundanas, que para o ideário da época poderiam desvirtuar as meninas.

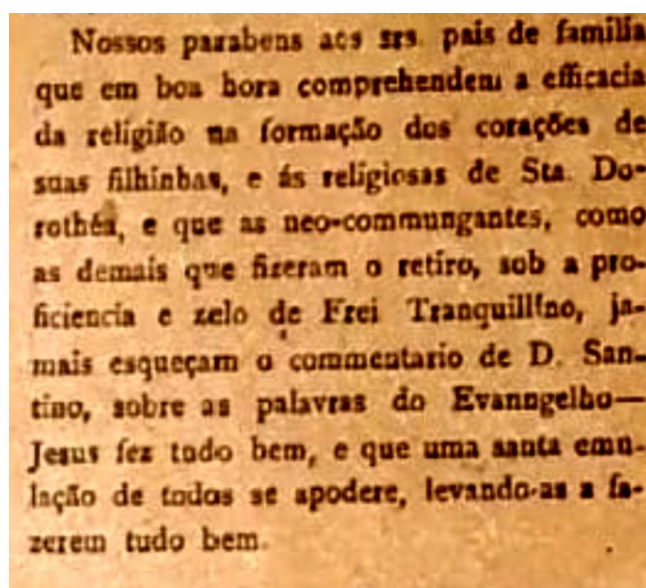
Além das aulas de catecismo e das demais atividades religiosas e morais ofertadas as alunas do Colégio de Santo Antônio, Riolando Azzi (2000) destaca que para formar esmeradamente as meninas nos parâmetros da religião católica também eram praticados os chamados exercícios espirituais. Todas essas atividades religiosas contemplavam o objetivo central da congregação das Irmãs de Santa Doroteia que era de formar a futura mulher temente a Deus e dedicada a família. Entretanto, Riolando Azzi ainda aponta que o cuidado em educar as meninas nos princípios cristãos estava fundamentado em outra finalidade:

[...] A preocupação fundamental das irmãs era fazer com que as futuras mães de família saíssem do colégio bem preparadas para os seus compromissos com o lar; mas ao mesmo tempo, estimular aquelas que se sentissem inclinadas para a vida consagrada a ingressarem nas fileiras da congregação (AZZI, 2000, p. 292).

Ainda a respeito da prática de formação religiosa do Colégio de Santo Antônio, Sousa (2010) corrobora que as irmãs de Santa Dorotéia educavam dentro dos princípios

cristãos estabelecidos pela igreja. E acrescenta ainda que, além das lições anteriormente apontadas, o cotidiano educativo das educandas daquela instituição também se constituía pela participação nas missas, e geralmente durante sua vida na instituição. As alunas também recebiam a primeira comunhão como noticia o jornal *A Palavra*, do dia 31 de agosto de 1916, sobre a cerimônia da primeira comunhão das alunas do colégio de Santo Antônio ocorrida na capela do estabelecimento no dia 27 do mesmo mês e parabeniza os pais das alunas de reconhecerem a importância da religião na educação de suas filhas.

Imagem 48- Cumprimentos pela primeira comunhão das Colegiais de Santo Antônio



Fonte: Jornal *A Palavra*-31/08/1916

Além das cerimônias de recebimento da primeira comunhão que eram uma constante na rotina das atividades religiosas das duas congregações investigadas junto às meninas pobres e pensionistas, Costa (2014) ainda nos revela que as religiosas de Santa Dorotéia incluíam suas educandas na participação das festas de natal, do Círio de Nazaré, semana Santa, festas em honra ao santo protetor da instituição.

Portanto, os trabalhos dispensados por estas congregações religiosas para educar as alunas sejam pobres ou pensionistas era baseado nos virtuosos valores cristãos. Na

concepção da época, o sinônimo de mulher exemplar era uma mulher cristã a qual seria a maior responsável por formar o caráter dos filhos; e um grande difusor desse pensamento foi Dom Macedo Costa que em sua coluna “Deveres da Família” no jornal *A Palavra* que compara a função materna de educar religiosamente os filhos ao sacerdócio.

[...] Ella não é só mãe, porque os dá á luz, e os alimenta a seus peitos; mas é mãe sobretudo porque lhes forma o coração, e os educa para serem um dia christãos verdadeiros e cidadãos virtuosos. [...] Felizes os povos onde as mães comprehendem a santidade do augusto Sacerdócio que ellas exercem na família! (JORNAL A PALAVRA, 02-07-1916, p. 3).

É pertinente assinalar que mesmo a mãe sendo fundamental na educação religiosa dos filhos, esta tarefa cabia aos pais que no pensamento da igreja deveriam criar os filhos bem longe de tudo que pudesse afastá-los da religião e, conseqüentemente, zelar pela instrução religiosa. Aqueles genitores que não tivessem a preocupação de promover a formação religiosa dos filhos eram considerados irresponsáveis aos olhos da igreja católica e, portanto, estariam arruinando a educação de seus filhos, como revela a matéria intitulada: *Instrucção religiosa* do jornal *A Palavra* a seguir:

[...] Dest’arte, preferem o aproveitamento intellectual, se o há de facto, ao moral, que é o alicerce do homem, o fundamento do verdadeiro patriotismo. [...] São esses paes desnaturados que com suas próprias mãos, cavam a ruina de seus filhos! (JORNAL A PALAVRA, 12-09-1920, p.2).

Assim, as instituições educativas dirigidas por congregações religiosas eram o melhor para constituir o indivíduo, sobretudo as crianças. As meninas pobres e pensionistas educadas pelas religiosas Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Dorotéia que se tornariam boas moças no futuro e isso só seria possível a partir do ensino da religião, pois sem ela provavelmente não teriam um futuro, como ilustra outro trecho da matéria destacada anteriormente do jornal *A Palavra*:

[...] Todos os catholicos, se querem ser sinceros, devem acima de tudo zelar pela alma dos filhos, para que elles se não tornem, mais tarde, a ruina da sociedade. A irreligião é a cordilheira escarpada por onde resvelam todos os caracteres. Cuidemos da creança, fazendo-a realmente religiosa, pois isso é também trabalhar do melhor modo pela grandeza da pátria(JORNAL A PALAVRA, 12-09-1920, p. 2).

Ainda sobre a importância da instrução religiosa, Dom Macedo Costa, em sua coluna sobre os *Deveres da família* neste mesmo jornal, ressalta que promover o ensino da religião se tratava mais do que a instrução religiosa, que estava relacionada ao aprendizado dos mandamentos e de algumas orações. Para o bispo formar as crianças corretamente era preciso dar educação cristã a qual contemplava muito mais que formar na teoria dos princípios, conforme aponta o excerto da referida coluna do jornal *A Palavra*:

[...] Quem se contentasse só de ensinar a um menino a teoria da musica nunca formaria um artista; é preciso exercitá-lo todos os dias, até que elle adquira o hábito de tocar ou cantar com primor. O mesmo é a vida moral e christã. Ella não se aprende só com palavras, mas com exercícios dos actos das diferentes virtudes. Quando se vai adquirindo o habito d'esses actos virtuosos, então se vai o homem verdadeiramente *educando* até attingir o pleno desenvolvimento das suas mais nobres faculdades (JORNAL A PALAVRA, 16-07-1917, p. 3).

Assim, podemos inferir que nesta concepção de formação religiosa da infância destacada por Dom Macedo também estão inseridas as meninas educadas pelas religiosas Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Dorotéia, haja vista que educar religiosamente aquelas meninas pobres e pensionistas também se mostrava como objetivo de um projeto educativo que intencionava formar indivíduos cristãos e virtuosos (BOSCHILIA, 2005).

E para se ter cidadãos nesses parâmetros era necessário educar pela obediência e disciplina as quais seriam o caminho para forma à vontade, a qual de acordo com Boschilia, no contexto da educação moral deveria: “[...] ser construída, da mesma maneira que se “constrói um músculo”, visando produzir atos repetidos da virtude desejada, como por exemplo, o amor ao trabalho” (BOSCHILIA, 2005, p. 96-97).

Logo, diante das atividades religiosas exercidas nas instituições dirigidas pelas referidas congregações religiosas que foram descritas nos parágrafos anteriores, é importante recordar que o trabalho destas religiosas no campo da educação no Pará no início do século XX estava inserido no momento da história do Brasil em que a igreja vinha buscando formas de recuperar seu espaço no campo da educação.

Em vista disso, segundo Boschilia (2000), a igreja buscava reaver o seu espaço neste campo a partir do discurso moral e não do discurso religioso como poderia se imaginar. Considera-se esta premissa em virtude de que a igreja historicamente foi educadora da população e o fazia na promoção dos valores morais que eram estimados pelas famílias mais tradicionais. Portanto, viam no exercício da educação religiosa um caminho para manutenção de tais códigos morais especialmente na educação de meninas.

Ao lado disto também estava contido ideário republicano que concebia a educação como a direção ideal para a constituição da nação e essa lógica permitia à igreja reafirmar sua posição de educadora moral da sociedade. Nessa direção, o grupo dos intelectuais católicos reforçava esta ideia afirmando que não haveria ciência sem religião, tampouco religião sem fé, a respeito disso Ribeiro (2012, p. 7) assinala que:

De acordo com os intelectuais católicos, todos os problemas da população podiam ser corrigidos através da verdadeira educação, amparada na ação moralizadora da fé católica, que, para além do apoio espiritual, se utilizaria do mesmo instrumento utilizado pelos intelectuais não católicos: a educação como instrumento do progresso.

Ainda a respeito da finalidade da educação vale destacar em tempo que, na conjuntura do projeto de educação laica que ganhava corpo no início da República, de modo que a proposta de educação católica prevista neste mesmo período se adequava a outro fim educativo daquele período. Segundo Ribeiro (2012), para conseguir se firmar dentro do contexto republicano, a educação católica frente ao objetivo de regeneração que foi atribuído a instrução, além do pressuposto da religião, também adotou o argumento do civismo.

Embora o tempo histórico desta investigação esteja localizado no início da República, num período de difusão de novas ideias, é interessante notar que a conhecida concepção de mulher cristã e religiosa ainda persistia naquele momento em razão de que para no entendimento da classe mais conservadora do período Republicano e da igreja, a ausência da educação religiosa poderia prejudicar as mulheres e conseqüentemente afetar o “lar cristão” (ALMEIDA, 2014).

Por fim, Almeida (2014) ainda destaca que a ameaça da retirada da formação religiosa da educação de meninas permitiu que as escolas católicas se propagassem mais facilmente atendendo principalmente as meninas de famílias de maior poder aquisitivo. Todavia, as famílias mais tradicionais mantinham suas filhas abrigadas das ideias da modernidade nos muros das instituições católicas particulares e até mesmo das públicas. As instituições regidas pelas religiosas Doroteias e de Sant’ana que nas esferas privada e pública respectivamente procuravam educar as meninas para manter vivos os princípios cristãos dentro da proposta de laicidade que estava se construindo na República. Além disso, se constituía por práticas como premiações, exposições e a exaltação do patriotismo.

4.3. Práticas de controle comportamental, vigilância, disciplina e códigos morais

A história nos relata que o cotidiano das instituições educativas do tipo internato, asilo ou colégio, tal qual como se constituíram aquelas administradas por grupos religiosos apresentavam uma rotina permeada pelo controle e disciplina nas atividades dos (as) educandos (as). A questão de controle e disciplina era mais evidente nas instituições para meninas que tinham sua rotina semelhante a clausura da vida religiosa, isto é, o contato das meninas com o mundo exterior era restrito (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Ainda sobre a vida reservada das meninas nestes espaços educativos, a história revela que desde o século XVIII já havia recolhimentos que funcionavam em regime de clausura, imitando a vida religiosa. Já no século seguinte com a aceleração do processo de institucionalização da infância foram fundados mais asilos que naquele momento, além de abrigar, deveriam educar as meninas desvalidas, órfãs e pobres que assumiam essa condição por ter perdido os pais ou somente o seu pai, o que já justificava o seu desamparo, por isso os asilos eram importantes para garantir a essas meninas o dever:

[...] de proteção do infortúnio da perda de seu protetor, o pai, que lhe poderia garantir no futuro o lugar social mais valorizado para a mulher: um bom casamento, através de uma educação condigna e do dote. O asilo substitui a tutela do pai, oferecendo os meios necessários para as futuras mães de família reproduzirem o seu lugar na sociedade, tais como, a educação para o lar, o enxoval de casamento e o dote (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 25-26).

Diante desta característica, a saída das meninas destas instituições ocorria apenas em ocasiões específicas como a visita aos pais ou então o casamento, e isso se justifica pelo que Rizzini e Rizzini (2004) destacam que o internamento de meninas nestes estabelecimentos de ensino protegia as meninas da ausência da figura paterna, e assim garantia que as internas pudessem seguir os passos para a vida de uma mulher de família de acordo com o ideário daquela época.

Nessa perspectiva, a questão do controle e disciplina também se fazia presente no cotidiano de práticas das religiosas das congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia da Frassinetti. Pode-se justificar a presença do controle e disciplina no cotidiano das instituições lideradas por estas religiosas, pois de acordo com Michel Foucault (1997), estes dois conceitos eram evidentes entre os muros de asilos e internatos.

O controle no cenário das instituições se refere ao monitoramento dos gestos, atitudes e movimentos, isto é, se trata de uma constante fiscalização do corpo, o qual se configura como chave dos processos de vigilância dentro dos internatos a fim de sempre manter os indivíduos ocupados e conseqüentemente disciplinados. Nessa direção, a respeito da disciplina nestes espaços, esta é compreendida como fator que produz indivíduos obedientes a partir da vigilância dos comportamentos o que permite: “[...] apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar” (FOUCAULT, 1997, p. 131).

As educandas das instituições administradas pelas congregações Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Doroteia eram constantemente vigiadas e educadas a terem comportamentos disciplinares. As duas congregações desenvolviam uma educação feminina sob a égide da rigidez, disciplina e controle. Segundo Sabino e Alves (2015), as meninas educadas nos finais do século XIX pelas Filhas de Sant’ana do Colégio Nossa Senhora do Amparo, enfrentavam regras de condutas rigorosas e deveriam seguir os princípios do regimento interno da instituição. Entretanto, era recorrente as meninas se rebelarem contra as práticas disciplinares exercidas pelas irmãs Filhas de Sant’ana. As freiras tentavam estabelecer uma lógica disciplinar em vigor naquela época que, às vezes não era bem assimilada por determinadas educandas. Em razão disso, não era permitido o ingresso de meninas maiores de 12 anos na instituição, pois acreditavam que estas já estavam impregnadas de vícios, hábitos e costumes difíceis de serem modificados. Geralmente, as meninas órfãs expulsas da instituição pelo Estado eram encaminhadas a casas de família e conseqüentemente assumidas como “filhas de criação”⁶². Era recorrente as meninas órfãs serem adotadas por famílias abastadas com o objetivo de utilizar seus serviços domésticos e para serem damas de companhia. Essa prática aconteceu intensamente entre famílias ilustres da capital acarretando casos de violência, abuso sexual e exploração do trabalho infantil. Em troca dessa suposta boa ação, muitas meninas não recebiam sequer uma educação que lhes garantisse a continuidade de sua instrução.

Dessa maneira, as meninas acolhidas e educadas por estas religiosas também estavam sujeitas ao controle e a disciplina durante o processo educativo, e entre os mecanismos de punição a questão da saída das alunas se fazia presente no funcionamento

⁶² Sugiro a leitura do artigo “Colégio Nossa Senhora do Amparo e a Educação de Meninas Desvalidas na Província do Grão Pará (1850-1890)”, de Elianne Sabino e Laura Maria Silva Araújo Alves. In: Araújo, Sônia Maria Silva Araújo; Maria do P. Socorro G. de Souza Avelino França (Orgs.). Educação e Instrução Pública no Pará Imperial e República. Belém: UEPA, 2015, p. 103-132.

destes estabelecimentos, seguindo a lógica de preservar as meninas dos perigos que poderiam estar sujeitas fora da instituição, situação que era temida pela Igreja e pelas famílias tradicionais. Assim, as educandas internas pouco saíam das instituições, apenas ao fim do período letivo, das festas religiosas ou em casos excepcionais. Sobre esse aspecto havia um rigoroso controle de contato das meninas com o mundo fora da instituição.

Com relação às Irmãs de Santa Doroteia do Colégio Santo Antônio, as normas e regras da instituição também deveriam ser respeitadas. A obediência era considerada uma virtude mais exigida para a manutenção do “bem estar” das educandas, pois era uma forma de manter a harmonia entre educandas e superiores⁶³.

O casamento seria um ou senão o principal dos motivos para que as meninas internas e educadas pelas religiosas Filhas de Sant’ana e Santa Doroteia deixassem as instituições educativas que eram o seu lar na maior parte do tempo (especialmente as pobres e órfãs), durante o período de permanência que geralmente se concentrava dos 5 aos 12 anos. O cotidiano destas instituições pouco sofria influências externas tendo em vista que ao educar meninas pobres, órfãs e pensionistas entre os muros de institutos, asilos e colégios se buscava resguardar as meninas das tentações mundanas.

Esta forma de educar as meninas estava relacionada aos ideais defendidos pela Igreja Ultramontana que prezava formar as meninas para que futuramente fossem educadoras de seus filhos. Para tanto seria necessário resguardá-las nas instituições educativas contra as ideias da modernidade, sobretudo do ensino laico que estava sendo articulado naquele período.

[...] A necessidade de implantação das escolas religiosas femininas não se restringia somente aos vultosos recursos financeiros arrecadados, mas também em afastar os educandos das idéias modernas e das propostas de ensino leigo. Particularmente no caso da educação feminina, o discurso ultramontano ia ao encontro dos anseios da elite brasileira (SABINO, 2012, p. 70).

Ainda a respeito do controle de saída das educandas que estavam sob a responsabilidade das referidas congregações, vale destacar que a autorização para que as meninas deixassem os estabelecimentos de ensino não cabia diretamente as religiosas. No caso das Filhas de Sant’ana, especificamente no Instituto Gentil Bittencourt, a decisão

⁶³ Sugiro da leitura do livro “Educação de meninas no adilo de Santo Antônio: regência das Irmãs Doroteia sob o olhar Romanizador do Bispo D. Macedo Costa, na Amazônia (1878-1888), de Benedito Gonçalves Costa e Maria do P. Socorro. G. de Souza Avelino de França. Curitiba: CRV, 2016.

partia do Estado, haja vista que este tinha a palavra final em qualquer demanda referente ao Instituto que era informada pela superiora (SOUSA, 2010).

No que se refere ao caso das Irmãs Doroteia da Frassinetti, no Colégio de Santo Antônio, a permissão para saída das educandas era concedida pela Diocese de Belém, por conta de que esta instituição desde a sua fundação foi um empreendimento da igreja na capital, na pessoa do bispo Dom Macedo Costa. É importante destacar que era permitido às meninas deixarem as dependências da instituição em ocasiões esporádicas como: “[...] os períodos de férias, entre novembro e dezembro, e no período da Páscoa” (SOUSA, 2010, p. 101).

O controle das meninas educadas no Colégio Santo Antônio era rígido e as religiosas também apresentavam uma organizada e austera administração desta instituição:

O acompanhamento e controle da rotina das meninas era extremamente rígido, como em todas as instituições dirigidas por religiosas [...] A educação dada pelas irmãs estava baseada nos princípios da igreja católica sobre as virtudes cristãs, o que incluía também o controle das atitudes das educandas (SOUSA, 2010, p. 101).

É possível entender todo o cuidado das Irmãs Doroteias em relação às meninas desvalidas e pobres que sem acolhimento na instituição estavam sujeitas a vagar pelas ruas, estando expostas a todo tipo de perigo, sobretudo de abandono, envolvimento com a criminalidade, prostituição e o defloramento⁶⁴. Nesse sentido, era importante abrigá-las para resguardar os códigos morais difundidos naquela época que tinham a mulher como exemplo de honra e decência para a sociedade. As mulheres eram “[...] a base moral da sociedade e as responsáveis pela formação de uma descendência saudável, utilizando-se da vigilância sobre o comportamento e as escolhas de seus filhos e filhas” (ABREU, 2016, p. 291).

Reiterando o ponto sobre o controle das atitudes das educandas, é importante ressaltar que este se fazia evidente na prática das religiosas de Santa Doroteia por conta da vigilância das educandas, que era uma tarefa recomendada pelas Constituições da congregação. Logo, estas regras orientavam que era preciso cuidar da ordem dos

⁶⁴ Indico a leitura da dissertação “Relações de gênero, direito e educação: o caso do processo judicial de defloramento de Joanna Bentes da Silva em Belém/Pará (1890- 1905)”, de Patricia Gomes Serfaty, defendida na Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

estabelecimentos educativos em que as religiosas desta congregação estavam presentes. Portanto, tal tarefa cabia às mestras que zelavam pela ordem do espaço e se necessário poderiam repreender as educandas:

Art. 282- As Mestras devem, com um cuidado particular, velar pela boa ordem tanto nas aulas como no recreio e no estudo, o que facilmente conseguirão em todos os lugares, dando-lhes o exemplo de uma modesta gravidade na sua atitude; falando, mas a propósito e com aquela suave firmeza que leva a obedecer sem distanciar as alunas, não impondo penitências senão quando a falta tiver perturbado a boa ordem [...] porque devemos recorrer às penitências com moderação e somente quando não houver outro modo de manter a disciplina (CONSTITUIÇÕES, 1851, p. 118-119).

A questão do controle das atividades das educandas também era presente no cotidiano das religiosas da congregação das Filhas de Sant'ana as quais também tinham prática rigorosa sobre as tarefas das alunas. Este fato se evidencia no cotidiano das educandas do Instituto Gentil Bittencourt tinham toda sua rotina vigiada pelas religiosas que procuravam manter preenchido todo o tempo das meninas na instituição (SOUSA, 2010).

A prática de controle das atividades das educandas por parte das religiosas de Sant'ana também existiu no âmbito do Orfanato Antônio Lemos onde as meninas internas estavam: “[...] sob a constante vigília das Irmãs Filhas de Sant'ana, desenvolviam muitas atividades, forma de preencher o tempo para que não se ocupassem de pensamentos impuros” (SOUSA, 2010, p. 110).

No que se refere à vigilância sobre o comportamento, tal prática ocorria dentro dessas instituições educativas destinadas a abrigar e educar as meninas sob a responsabilidade das congregações das Filhas de Sant'ana e Santa Doroteia. Além da vigilância, a disciplina era muito presente na educação das meninas fossem elas pobres ou pensionistas em razão de que para se tornarem boas esposas e mães se fazia necessário estabelecer uma rotina bem estruturada de atividades divididas entre a instrução primária, o ensino de habilidades femininas e a educação religiosa. Configuração que permite o controle dos corpos (FOUCAULT, 1997).

A possibilidade de controlar os corpos era entendida como um objeto e instrumento de poder em que se pode influenciar, moldar e formar o indivíduo de acordo com os valores pretendidos em determinada época, portanto o corpo:

[...] se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. [...] É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado [...] Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as disciplinas (FOUCAULT, 1997, p. 125-126).

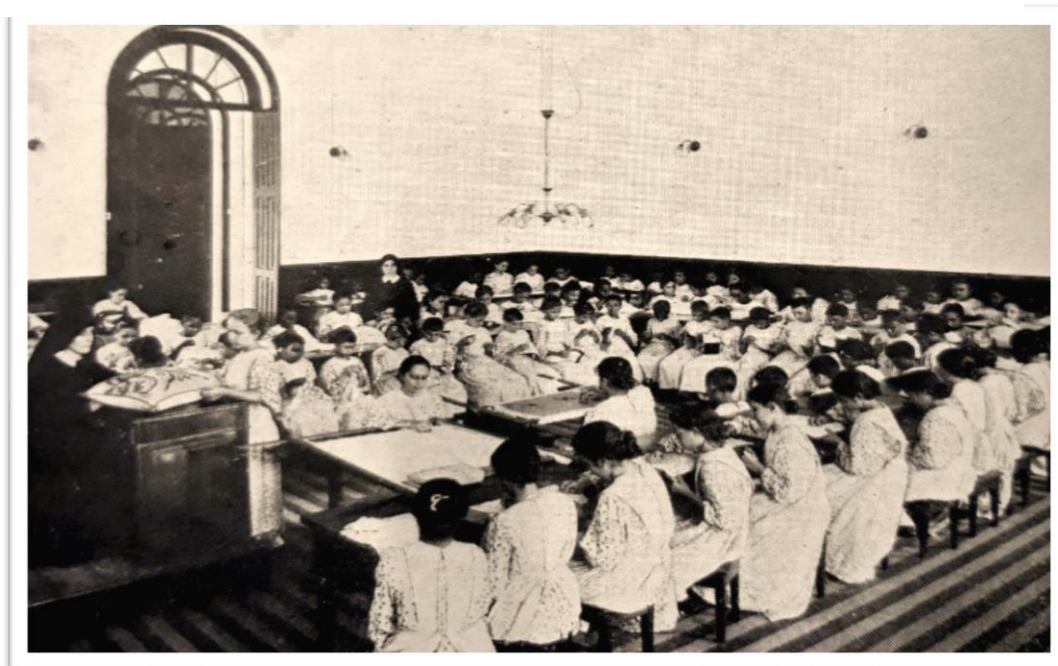
O corpo possui uma história a qual traz consigo uma carga simbólica de gestos e de cuidados higiênicos entre outros fatores. Portanto, esta questão está relacionada ao controle do corpo da mulher, pois historicamente as mulheres tiveram suas ações controladas. Neste caso o corpo era amplamente vigiado e controlado em suas atitudes (SERFATY, 2016).

No início do século XX, o controle do corpo feminino ainda existia, mas naquele momento sob outra égide a qual se tratava de observar e conter as atitudes morais das mulheres. Dessa forma, eram ditadas as normas sociais para que as mulheres se tornassem esposas e mães de família e para tanto seria necessário instruí-las, controlar seus modos nas formas de se portar, falar, andar e sobretudo, na questão da sua sexualidade para poder a partir do: “[...] seu corpo e seus desejos para determinar os atos e comportamentos femininos aceitáveis” (SERFATY, 2016, p. 61).

Todo o controle exercido no corpo da mulher ocorria mais especificamente no âmbito familiar, da Igreja e até mesmo das instituições educativas femininas que tinham forte prática de vigilância das alunas e conseqüentemente controlavam seus corpos. E tal realidade também podia ser notada no cotidiano educativo das educandas formadas pelas religiosas das congregações estudadas.

Ademais, a disciplina também era evidente na prática formativa das religiosas das referidas congregações, em razão de que as atividades componentes do cotidiano educativo daquele período se propunham à finalidade de disciplinar as educandas dentro das instituições para meninas. Entre estas atividades podem-se inserir as habilidades femininas (imagem 16) tendo em vista que estas tarefas no contexto formativo ocorriam de forma ordeira, exigindo bom comportamento, alinhamento e postura das educandas, aspectos que podem ser entendidos como fatores de disciplinamento e controle dos corpos.

Imagem 51-Aula de bordados no Instituto Gentil Bittencourt



Fonte: Seção de obras raras da biblioteca Rosa Gattorno- Colégio Gentil Bittencourt, 1908.

Vale ressaltar que no tocante ao controle do corpo, este era mais notório nos estabelecimentos de ensino que recolhiam meninas em virtude do papel social que a mulher tinha na sociedade, o qual basicamente se fundamentava na figura de pureza da mulher. Jane de Almeida (1998) pontua como “superioridade moral” feminina. Nessa perspectiva, a vigilância quanto aos corpos das meninas do Instituto Gentil Bittencourt era uma tarefa exercida constantemente pelas religiosas Filhas de Sant’ana, sobretudo no momento do banho das alunas, pois:

[...] logo quando acordavam seguiam para o banho. [...] os chuveiros se encontravam instalados em boxes individuais na sala de banho, e não possuíam portas, mas apenas uma cortina a preservar a intimidade das alunas. As irmãs vigiavam este momento do momento do banho, e a inexistência de portas facilitava a fiscalização que elas julgavam necessária (SOUSA, 2010, p. 134).

Ademais, o cotidiano nestes espaços era permeado pelo que Foucault denominou de disciplina que organiza o espaço analítico, pois que no âmbito das instituições tinha-se a prática de: “[...] vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir

as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar” (FOUCAULT, 1997, p. 131).

A regulamentação das tarefas pelo tempo foi algo observado primeiramente nos colégios e instituições educativas, ambientes que comumente apresentam uma espécie de regime conventual que pressupunham a regularidade. As instituições administradas por congregações religiosas seguiam essa configuração de funcionamento, pois, conforme aponta Foucault, estes grupos religiosos eram considerados especialistas em práticas disciplinares, além disso, também eram:

[...] especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares. Mas esses processos de regularização temporal que elas herdaram das disciplinas modificam. Afinando-os primeiro. Começa-se a contar por quartos de hora, minutos e segundos (FOUCAULT, 1997, p. 137).

A questão da utilização do tempo no cotidiano dessas instituições educativas era algo de grande importância em razão das atividades organizadas de modo que não se permitia a ociosidade das educandas. Tal ação pode ser relacionada ao que Foucault (1997) denomina *utilização exaustiva* do tempo, que em síntese tratava justamente de evitar a ociosidade haja vista que não era correto perder um tempo criado por Deus e pago pelo homem (FOUCAULT, 1997).

Quadro 1- Anexo sobre o horário das atividades das educandas do Instituto Gentil Bittencourt

HORARIO	
5-6 Banho	11 ½ - 12 Recreio
6-6 ½ Reza da manhã e missa	12- 1 ½ Estudo
6 ½ - 7 Pequeno almoço	1 ½ -5 ½ Aulas de prendas
7-8 Asseio da casa	5 ½ - 6 Jantar
8-11 Aula de estudo	6- 7 Recreio
11-11 ½ Almoço	7 – 7 ½ Reza da noite
As 7 ½ Repouso	
A interrupção diária das aulas fica estabelecida das 10 às 10 ½.	
Nas 3ª feiras pela tarde haverá aula de desenho	
Das 5 às 5 ½ á tarde, canto.	
Nos 2º e 3º Domingos do mês, as educandas terão visita dos parentes, das 8 às 10 horas da manhã, sendo:	
Nos 2º Domingos de n. 1 á 120 – Nos 3º Domingos de n. 121 á240. O horário nos Domingos terá algumas alterações.	
10- 11 ½ Estudo	1 ½ - 3 ½ Lições de catecismo
11 ½ - 12 Almoço	3 ½ - 5 ½ Recreio
12- 1 ½ Recreio	5 ½ Jantar

Fonte: Relatório do Instituto Gentil Bittencourt, (Arquivo público do Pará) 1909.

Com relação ao aproveitamento do tempo, é importante ressaltar que este fazia parte trabalho educativo das religiosas das congregações, conforme ilustrou o quadro 1 sobre os horários de funcionamento das atividades das educandas descritos no relatório do Instituto Gentil do ano de 1909.

Dessa maneira, as práticas das religiosas de Sant'ana e Santa Doroteia para educar as meninas nas instituições em que dirigiram em Belém apresentavam as características de disciplina e controle corporal, as quais se faziam necessárias para tornar as meninas sob sua guarda em mulheres honradas e, para tanto mantê-las em uma vida reservada seria o caminho mais plausível para educá-las satisfatoriamente.

Assim, as práticas de controle, disciplina e preservação dos códigos morais no trabalho educativo das religiosas das congregações existiram no cotidiano das instituições e também se configuraram como um dos mecanismos disciplinadores dos corpos e mentes das meninas. Ao lado disto, sabemos também que as práticas do higienismo foram presentes no cotidiano das instituições educativas geridas pelas referidas congregações em razão de que o higienismo foi responsável pela difusão da chamada medicina social que se ocupou em introjetar novos hábitos e comportamentos nos indivíduos nos séculos XIX e XX. As propostas de progresso e ordem implicaram ações nos mais diversos setores sociais para cumprir as metas de higienização da sociedade, da escola e da infância (GONDRA, 2002).

As recomendações médico-higienistas no campo da educação foram além das escolas e, também se fizeram presentes nos internatos com o intuito de educar, civilizar e moralizar. Assim, os médicos preocupavam-se com o espaço, a educação corporal e intelectual das crianças que ali residiram. Conceição (2015) destaca que a organização dos internatos se concentrava nos cuidados com a higiene corporal, intelectual, moral e física bem como também a alimentação. Neste cenário, podemos relacionar as instituições administradas pelas religiosas das referidas congregações religiosas que educaram as meninas em regime de internato e no processo educativo zelavam pela formação integral das alunas.

Outra questão pertinente nesta discussão acerca da disciplina, controle e dos códigos morais é o higienismo no contexto paraense. O período da *Belle Époque*, trouxe para a sociedade paraense propostas de cunho sanitarista que buscavam a modernidade e civilidade. Assim, segundo Sarges (2010), para melhorar a cidade e adequá-la aos padrões europeus era preciso disciplinar e embelezar o espaço urbano, e tal objetivo se

materializava a partir da interferência na vida das populações das camadas mais populares que na compreensão da época não tinham hábitos apropriados a civilidade europeia. Desse modo, os internatos também cumpriam a tarefa de civilizar e disciplinar estes indivíduos, haja vista que a construção destes espaços e outros empreendimentos também compuseram o projeto de reurbanização da cidade de Belém que pretendia ser uma capital organizada e, portanto, necessitava ter seus habitantes educados e ordeiros.

As ações de vigilância das atividades das alunas guardadas pelas religiosas de Sant'ana e Santa Dorotéia se assemelhavam aos preceitos higienistas em razão de que pressupunha aproveitamento do tempo, a manutenção dos valores e o cuidado com o corpo. Entretanto, a questão do controle do corpo nesta discussão pode ser entendida por duas vertentes: a primeira se trata de que o corpo feminino deveria ser preservado; a segunda entende o corpo como algo que deve ser fortalecido para atender à lógica formativa para a higiene que contempla a esfera física, intelectual e moral. A discussão e concepção do corpo são destacadas por Gondra (2015, p.536) a partir do discurso médico que a educação da infância deveria se caracterizar:

[...] como tempo do repouso para o cérebro e exercício para os músculos, ele complementa a codificação do tempo escolar, invadindo os recreios, indicando os exercícios que deveriam ser privilegiados nessa ocasião: a música, o canto e a dança. [...] a preocupação com o preenchimento do tempo livre é um princípio caro à higiene, na medida em que o tempo cheio e ocupado, especialmente pelos exercícios físicos, era entendido como uma eficaz medida preventiva.

Seguindo os preceitos higienistas, a formação educativa nos internatos também prezava pelo corpo, uma vez que, o objetivo era educar as crianças para se tornarem fortes, inteligentes e íntegros. Logo a prática de exercícios físicos desenvolvia o corpo proporcionando o aumento de força, flexibilidade e agilidade. Já a formação intelectual ocorria em alternância com a educação física e o descanso (CONCEIÇÃO, 2015).

Dessa maneira, é importante recordar que o contexto de controle, disciplina e ordenação das atividades das educandas atendidas pelas religiosas das congregações das Filhas de Sant'ana e Santa Doroteia da Frassinetti, não estavam apartadas das demais tarefas componentes do conjunto formativo das meninas, que tinha como eixo central a educação doméstica. Porém, o regime republicano exigia mais do que habilidades de uma futura mãe de família, sem perder o foco da formação feminina anteriormente explicitada



Fonte: Seção de obras raras da biblioteca Rosa Gattorno – Colégio Gentil Bittencourt- ano não identificado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Estudar a educação feminina, de modo especial de um orfanato, traz à tona muitas descobertas, dentre elas, como as mulheres que viveram nestas instituições traçaram suas vidas e seus caminhos a partir da educação recebida. Educadas para o lar e o casamento, as mulheres tiveram que passar pelo crivo de opiniões diversas. De médicos, advogados e até feministas que se opunham à educação feminina ou acreditavam que elas eram ‘frágeis’ demais para optarem por algo que exigisse muito delas. Afinal, o excesso de trabalho intelectual poderia fadigar os ‘nervos tão sensíveis’” (SANTANA, 2016, p. 217).

PARA ALÉM DAS EVIDÊNCIAS

O presente estudo confirma o papel relevante da Igreja Católica na formação da sociedade brasileira, observando que a atuação desta instituição social se origina desde os tempos coloniais participando do processo de colonização das tribos indígenas. Nessa direção praticava-se junto aos nativos a catequização e o ensino das primeiras letras, ocorrendo o mesmo com as crianças filhas de famílias colonas que frequentavam as escolas elementares organizadas pelos Jesuítas da Companhia de Jesus.

Dessa maneira, a participação da Igreja e o registro de suas atividades na História da Educação e da Infância foram materializadas pelo trabalho das congregações religiosas, especialmente as femininas que basicamente se ocuparam pela educação, amparo e assistência aos mais necessitados, e neste as meninas pobres, órfãs e desvalidas as quais constituíram um grupo que inspirava cuidado pelo fato de serem consideradas na concepção da Igreja, ou seja, mais propensas a se desvirtuar em virtude da ausência da figura paterna para encaminhá-las na vida.

Outra questão que podemos sobrelevar durante a construção desta investigação, se refere ao trabalho da Igreja no campo da educação protagonizado pelas congregações religiosas foi reforçado por estes grupos religiosos em virtude do movimento migratório de congregações estrangeiras para o Brasil nos anos finais do século XIX e início do século XX. A vinda destes grupos religiosos para as terras brasileiras estava relacionada ao movimento de internacionalização da Igreja, fato decorrido também em razão da necessidade de reestruturação das práticas da Igreja para que pudessem recuperar seu espaço na Europa que havia sido comprometido pelo cenário das revoluções liberais ocorridas no século XIX, especialmente na França. A referida reorganização da Igreja no continente Europeu se deu de maneira obrigatória haja vista que as práticas desta instituição não correspondiam ao ideal de busca da garantia dos direitos de todos. Assim, este cenário propiciou a reestruturação da Igreja no que toca à recomposição das ordens e congregações religiosas, além disso, também promoveu a fundação de novos grupos desta natureza que foram criados em relevante número.

Nessa perspectiva, as congregações Europeias que imigraram para o Brasil eram advindas principalmente da França e Itália sendo compostas por ambos os sexos, entre estas se destaca a congregação das Irmãs de São José de Chamberry, os Irmãos Lazaristas entre outros grupos que iniciaram suas missões no Brasil no século XIX. Além da

imigração de religiosos, o Brasil igualmente como o restante do mundo também vivenciou a criação de congregações religiosas no território nacional.

Ainda a respeito do movimento imigratório e de fundação de grupos religiosos no Brasil, vale ressaltar que este também ocorreu envolto no chamado movimento Ultramontanista que se trata da articulação da classe eclesiástica mais conservadora da Igreja que fazia oposição a modernidade e a ciência, defendendo o princípio de que educar sem a presença da religião católica comprometia o projeto de formação do homem digno e cristão.

A respeito deste histórico movimento congregacional se deve ao fato de que com Proclamação da República, a Igreja católica perdeu espaço na sua hegemonia educativa no Brasil, por conta da separação entre Igreja e Estado promulgada pela Constituição de 1891, a qual também previa a laicização da educação pública. Tal realidade restringiu significativamente a atuação das congregações religiosas no campo da educação pública, restando-lhes assumir instituições educativas particulares que em determinados casos eram administradas pelas dioceses locais.

A atuação das congregações na esfera pública só era notada nos estados da federação tendo em vista que estes tinham a responsabilidade de legislar sobre o ensino primário naquele período da história. Portanto, na tentativa de reconquistar espaço na tarefa de educar a sociedade dentro dos princípios morais e cristãos, a Igreja buscou parcerias com os governos estaduais para gerir instituições educativas do ensino primário.

Assim, a situação da Igreja no que se refere à educação pública começou a se modificar a partir da década de 1920, quando igreja no Brasil passou pela chamada restauração do catolicismo, fenômeno que perdurou pelas décadas de 20 e 30 de século XX e foi neste mesmo período da história que o movimento imigratório das congregações religiosas viveu novo ápice da chegada de novos grupos religiosos ao território brasileiro.

A retomada do espaço da Igreja nas atividades do Estado por meio das congregações religiosas foi propiciada justamente pela restauração supracitada a qual ocasionou um aumento na inserção destes grupos religiosos no âmbito da instrução primária e demais níveis. Entretanto, de acordo com o apontado na discussão a respeito da restauração da Igreja, as congregações religiosas e suas atividades não estiveram alheias ao fato da reestruturação desta instituição social, e o seu trabalho colaborou sobremaneira para o objetivo da retomada de sua posição no contexto do poder público.

Deste modo, as congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia também estão inseridas na história da Igreja no Brasil, ressaltando que as missões destes

dois grupos iniciaram ainda no século XIX. No caso das Filhas de Sant'ana, o trabalho educativo no Pará teve início no Colégio do Amparo e, em relação as Irmãs Doroteias, o Asilo e Colégio Santo Antônio foi o espaço educativo que inaugurou as atividades educativas destas religiosas nas terras paraenses.

As práticas educativas executadas pelas religiosas das congregações investigadas descrevem historicamente a formação destinada às meninas da capital paraense, seguindo a lógica educativa presente no âmbito nacional que ainda referendava o papel da mulher como exemplo de mãe e esposa, mantenedora dos bons valores e da religião no seio familiar.

Tal lógica formativa presente nas atividades das religiosas contribuiu de maneira ímpar para constituir as chamadas mães de família para a nova pátria que se construía no início da República. Em conformidade ao que destacamos no parágrafo anterior, as congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia, entre os anos de 1906 a 1927, procuravam educar as meninas nos misteres do seu sexo, contudo no contexto Republicano com o ideário de progresso e civilidade em voga naquele momento, as práticas educativas pertinentes a este período também estavam circunscritas no cotidiano educativo das instituições educativas administradas por estas religiosas.

As práticas educativas consideradas Republicanas que estiveram presente entre os muros das instituições educativas como o Instituto Gentil Bittencourt, Colégio Perseverança, Orfanato Antônio Lemos relacionados as Filhas de Sant'ana, bem como também as Irmãs Doroteias à frente do Colégio Santo Antônio, se tratavam dos exames finais, das festas de encerramento do ano letivo, exposições de prendas e desenhos, premiações como estímulo as melhores alunas entre outras que evidenciavam o propósito da educação objetivada nos primeiros anos da República.

Ambas as congregações ainda que dirigissem instituições educativas que não eram nominalmente compreendidas como grupos escolares, seguiam o programa oficial de ensino executados nestes grupos em virtude de um modelo de educação que representava o que havia de mais moderno sobre a instrução primária naquele momento. Ao lado disto, também foi possível identificar os preceitos higienistas na realidade daquelas instituições, por razões como a construção destes espaços e sua disposição que deveria corresponder aos padrões adequados de higiene, bem como também a instrução de bons hábitos as educandas visando manter a saúde do corpo e da mente.

A questão do corpo, no que se refere ao controle das meninas dentro das instituições, havia uma forte tendência a controlar o corpo e mente delas. Além do

controle corporal também constatamos a observância das religiosas sobre as meninas a fim de mantê-las sempre com atividades de trabalho como uma estratégia de evitar livres pensamentos considerados impuros para aquela conjuntura. A conjuntura igualmente ao cenário nacional respirava e almejava o progresso e civilidade buscando produzir uma população condizente aos novos padrões estabelecidos com o advento da República; e no Pará não foi diferente, porém, havia uma particularidade que acentuava este cenário: a *Belle Époque*.

Conhecido como período mais exitoso da exploração da borracha na Amazônia, este momento gerou um conjunto de mudanças na cidade de Belém especialmente de ordem física as quais também influenciaram os hábitos e costumes da população local indicando mais uma vez a presença dos preceitos higienistas na tentativa de produzir indivíduos mais polidos e para tanto o trabalho das instituições educativas se faziam importante para isso, tendo em vista que em suas práticas promoviam ações concernentes ao propósito de embelezamento da cidade e polimento da população.

As religiosas das congregações das Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteia não estavam apartadas de todo este cenário nacional e local, pois deixaram registradas na História da Educação e na História da Infância, sobretudo, suas ações de assistência e amparo às meninas pobres e órfãs desde o século XIX. As práticas educativas no início do século XX de ambas as congregações contribuições para a educação de meninas pobres, órfãs e pensionistas da capital do estado no período republicano aliando à histórica lógica formativa feminina às atividades pertinentes a valorização da pátria.

Para além das evidências obtidas a partir das fontes sobre as duas congregações objeto deste estudo, destaco:

(1) Embora a congregação Filhas de Sant'ana tenha iniciado sua obra missionária na Amazônia, especialmente em Belém do Pará, com ações no âmbito da administração de hospitais como Casa de Misericórdia do Pará, Hospital Bom Jesus dos Pobres, Hospital São Sebastião, Hospital Domingos Freire, Hospital dos Alienados, Hospital dos Leprosários do Tucunduba e do Asilo de Mendicidade, a grande obra desenvolvida por elas foi no âmbito educacional, pois até hoje se faz presente na Educação do Estado do Pará;

(2) É importante destacar que a chegada das congregações Filhas de Sant'ana e Irmãs de Santa Doroteias foi um movimento ocorrido em esfera nacional que se intensificou no fim do século XIX para a Amazônia, na intenção das religiosas atuarem na formação feminina, que se baseava na égide da caridade e assistência às órfãs e

abandonadas, que se intensificou significativamente com o advento da República que se exigia uma mulher com uma formação moral e com princípios cristãos;

(3) De certa maneira a atuação das congregações atenderam sobremaneira aos anseios de uma elite local no propósito de disseminar uma proposta educativa com o gerenciamento de asilos, colégios e internatos que foram criados para assistir e educar a criança pobre, funcionando a partir da parceria entre Igreja e Estado na manutenção desses espaços educativos;

(4) Com relação à congregação Filhas de Sant'ana é relevante destacar que as religiosas tiveram o apoio da Igreja Católica do Pará, sobretudo do bispo D. Macedo Costa que proporcionou a primeira missão da congregação em prestar assistência aos enfermos do hospital Bom Jesus dos Pobres e posteriormente na educação feminina;

(5) As atividades das religiosas de Sant'ana no campo da educação no Pará no século XX ficou marcado pela atuação no Colégio Nossa Senhora do Amparo, posteriormente denominado Colégio Gentil Bittencourt, e no Orfanato Paraense, conhecido no início do século XX como Orfanato Antônio Lemos. No Colégio do Amparo, a participação dessas religiosas na educação das meninas pobres se deu juntamente com professoras leigas, ofertando o ensino das primeiras letras e as prendas do lar tais como: bordar, pintar, cozinhar, costurar e o quesito fundamental do currículo como o ensino da religião para fortalecer as convicções morais e religiosas;

(6) As religiosas de Filhas de Sant'ana à frente do Instituto Gentil Bittencourt e as Irmãs de Santa Doroteia no Asilo Santo Antônio seguiam a mesma lógica na educação das meninas pobres e das pensionistas. Porém, com estas últimas ainda havia o cuidado de se dispor de uma educação mais refinada em razão de sua situação social. As atividades de formação de prendas para o lar e habilidades domésticas, aulas de música e canto desenvolviam habilidades refinadas que também eram contempladas no conjunto da formação das meninas dentro das instituições educativas. As aulas de desenho, flores e de costura, desenho, canto, etc. eram importantes para a formação da mulher no contexto de uma região que vislumbrava à civilidade e à educação feminina.

(7) Indubitavelmente, as congregações religiosas fazem parte História da Educação e da Infância no Pará, especificamente no amparo, educação e assistência as crianças desvalidas e desamparadas. No mais, além de serem grandes colaboradores do processo de formação da sociedade Brasileira nos séculos XIX e XX, atuaram no campo da política de abrigamento e caridade à infância na Amazônia paraense.

(8) Em consonância ao ideário republicano de educação e civilidade, as ações das congregações objetivaram formar os indivíduos dentro dos princípios cristãos e cidadãos, bem como também formar as meninas órfãs e desamparadas para serem esposas exemplares e cultas para conviver na sociedade. Portanto, as congregações das Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Doroteias deixaram para a História da Educação do Pará um o projeto de remodelação da sociedade para enquadrá-la nos parâmetros da civilidade europeia.

(9) As congregações Filhas de Sant’ana e Irmãs de Santa Doroteia ao se instalarem nos estabelecimentos educativos formaram uma mão de obra de meninas órfãs e desamparadas para serviços domésticos que passaram a trabalhar em casas de famílias abastadas e pessoas ilustres da capital do Pará na condição de “filhas de criação”. Tal prática contribuiu de um lado, para uma procura das educandas para atividades do lar em razão da sua excelente formação feminina; de outro lado, para a contratação das educandas por costureiras e bordadeiras que se instalavam na cidade de Belém para atender à demanda de encomendas de confecções de vestuários, enxovais de noivas e de bebês.

(10) Tudo leva a crer que a elite paraense no final do século XIX e início do XX se apoderou das educandas que eram instruídas e educadas pelas duas congregações em razão da adequada formação profissional. Havia também uma grande preocupação da administração do Estado em manter a qualidade dessa formação. No caso do Instituto Gentil Bittencourt, na gestão do governador Augusto Montenegro, nos relatórios de governo constata-se um discurso que enalteciam a excelente instalação do estabelecimento de ensino e da esmerada formação profissional que dava as educandas por uma consistente educação decente e honrosa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, D. et al. **O Legado Educacional do século XX no Brasil**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

_____. Ler as letras: por que educar meninas e mulheres? Campinas: **Autores associados**, 2007, p.71.

_____. Mulher e Educação: a Paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

AZZI, Riolando. Educando pela via do Coração e do Amor. Vol. 1 e 2, Rio de Janeiro, 2002.

_____. O início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. Síntese, Belo Horizonte (MG), v. IV, n. 10, p. 61-89, 1977.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Infância, Medicina e Maternidade: discursos dos médicos higienistas nos cuidados com a criança no Pará (1913). In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia Et. Al. (orgs.). **História de Mulheres: amor, violência e educação**. Fortaleza: UFC, 2015.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. A política higienista no Pará da Belle Époque e a proteção à infância pobre em 1912. In: ESTÁCIO, Marcos André Ferreira Et. Al. (orgs.). **História e Educação na Amazônia**, Manaus: EDUA, 2016.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. **Proteção Assistência à infância desvalida do Pará (1912 – 1934)**. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 9. Universidade de Federal da Paraíba. João pessoa, 2014.

Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.22.pdf>. Acesso em: 09/01/16.

_____. Abrigar, educar e instruir: a política higienista e a educação de meninas desvalidas nas instituições de assistência no Pará (1850-1910). **Educar Revista**, vol. 34, nº70, Curitiba, jul/ago de 2018.

BARROS, José d' Assunção. História Comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. «**História Social**», nº 13. **Campinas: Programa de Pós-Graduação em História do IFCH/UNICAMP**, p. 7-21, 2007.

BEZERRA NETO, José Maia. As luzes da instrução: O Asylo de Santo Antônio em Belém do Pará (1870-1912). In: **A escrita da História Paraense**. Organizadora: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

BITTENCOURT, Águeda Bernardete. A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo. **Pro- Posições**, Campinas, V. 28, N. 3 (84). Set/Dez. 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

_____. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: História e Historiadores. Org. Étienne Bloch, Tradução de Telma Costa. Editora: Teorema, 1998.

Bodas de Ouro das Filhas de Sant'ana no Brasil- notícias históricas (1884-1934). Escola Typ. Pio, Rio de Janeiro, 1933.

BOSCHILIA Roseli. JUVENTUDE, ULTRAMONTANISMO E EDUCAÇÃO CATÓLICA. **História: Questões & Debates, Curitiba**, n. 43, p. 87-102, Editora UFPR, 2005.

_____. "Igreja e Educação: Estratégias de Resistência". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1. 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000. CD Rom.

BUFFA, Ester. A questão das fontes de investigação em História da Educação, Série Estudos- **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande- MS, n. 12, p. 79-86, jul. /dez, 2001.

CARVALHO, Marta M. C. Reformas da Instrução Pública. In: **500 anos de Educação no Brasil**. Orgs: LOPES, Eliane M. T.; FILHO, F. Luciano Mendes de.; VEIGA, Cynthia G. 5ª Ed. 1ª reimpressão- Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

COSTA, Benedito Gonçalves. A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará: 1878 – 1888. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2014.

COSTA, Benedito Gonçalves; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro G.S.A de. "Educação de meninas no asilo de Santo Antonio: regência das Irmãs Doroteias sob o olhar Romanizador do Bispo D. Macedo Costa, na Amazônia (1878-1888), Curitiba: CRV, 2016.

CERTEAU, Michel. A Escrita da História. Trad. Maria de Lourdes Menezes, Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Os jesuítas e o ensino na Amazônia. Revista Em Aberto, Brasília, v. 21, n.78, p.77-91, dez.2007.

CHAVES, Maria Paula. O convento de Santo Antônio e as Dorotéias. 1977.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. RECOMENDAÇÕES MÉDICO-HIGIÊNICAS PARA O FUNCIONAMENTO DO INTERNATO (Século XIX). Rev. Interfaces Científicas - Educação • Aracaju • V.3 • N.2 • p. 109 - 122 • fev. 2015.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolização e escolarização. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, Maria H. C (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: séc. XX. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

EMMI, Marília Ferreira. Italianos na Amazônia (1870- 1950): pioneirismo econômico e identidade. Belém: NAEA, 2008.

FIOCCHI, Ambrogio Maria. Rosa Gattorno: Fundadora (1831-1900), Congregação das Filhas de Sant'ana, Roma, 1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. 15ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação brasileira. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, J. G. Modificar com brandura e prevenir com cautela: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos César de; KUHLMANN JR., Moisés. *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Medicina, higiene e Educação escolar. In: 500 anos de Educação no Brasil. Orgs: Eliane Lopes; Luciano Faria; Cynthia Veiga. 5ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HAHNER, June E. Honra e distinção. In: Nova História das mulheres no Brasil. Orgs: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana Maria. 1ª Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

JUBILEU, Revista. Papiro da Memória: 125 anos da presença das filhas de Sant'ana no Brasil (1884-2009). **Edição comemorativa**, editora Sobral- CE, 2009.

LEONARDI, Paula. Educação e Catolicismo. Pensar a Educação em Revista, Curitiba/Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 3-23, out-dez/2016.

_____; BITTENCOURT, Agueda. DE DOCUMENTO RELIGIOSO A FONTE HISTÓRICA: AS ATAS DO I CONCÍLIO PLENÁRIO DA AMÉRICA LATINA. Educação e Filosofia, v.30, n.59, 2016.

LEMOS, Renato Luís do Couto. Benjamin Constant: biografia e explicação histórica. **Revista Estudos Históricos**, v. 10, nº 19, 1997, p. 67-81.

LOPES, Mário Allan da Silva. Vitrine da república: a educação de crianças no 5º Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” em Belém-PA (1900-1912). **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade do Estado do Pará. Belém, 2018.

MARTINS, Karla Denise. **O Sol e Lua em tempo de eclipse**: a reforma católica e as questões políticas na Província do Grão-Pará (1863-1878). **Dissertação de Mestrado em História**. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MAUÉS, Raymundo Herald. Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesial, Belém, editora **Cejup**, 1995.

- MENEZES, Cristiane Souza de; MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. Mulher e educação na República Velha: transitando entre o discurso histórico e o literário. **Educação Unisinos**, 13(1): 43-50, 2009.
- MIRANDA, Theobaldo. A Educação Brasileira. In: Ideias de História da Educação, 1969.
- MONTEIRO, Benedicto. História do Pará. Belém: Editora Amazônia, 2005.
- MOURA, Pe. Laércio Dias de. A educação católica no Brasil. São Paulo: Loyola, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- NOSELLA, Paolo e BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: Balanço Crítico. In: Histedbr, navegando na história. 2006. Disponível em: www.histebr.fae.unicamp.br. Acesso em 20/04/2018
- _____. Instituições escolares: por que e como pesquisar. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.
- OLIVEIRA, Justina Bastos C. de. Vida e Fé de Santa. Paula Frassinetti. 1996.
- OLIVEIRA, Lúcia Helena M. de Medeiros. O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. Revista **HISTEDBR On-line**, Campinas, n.40, p. 145-163, 2010.
- OLIVEIRA, M.A.M; AMARAL, G.L. Representações da educação feminina em imagens: trabalhos manuais na Primeira República. **Dimensões**, vol. 34, 2015.
- PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. Educação de meninas no Orphanato Paraense. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2012.
- PIMENTA, Adriene Suellen F.; FRANÇA, Maria do P. S.G. A. de. Educação de meninas órfãs na concepção do intendente Antônio Lemos em Belém do Pará (1900-1906). In: **Educação e instrução pública no Pará Imperial e Republicano**. Orgs: ARAÚJO, Sônia M. da S.; FRANÇA, Maria do P. S. G. A. de; ALVES, Laura M. S. A. Belém: EDUEPA, 2015.
- PINHEIRO, Welington da Costa. O Instituto Orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913) **Tese (Doutorado em Educação)**- Universidade Federal do Pará – Belém, 2017.
- PINHEIRO, Rossana Kess B. de Sousa; MORAIS, Maria Arisnete C. de. Educação para mulheres na transição do Século XIX para o XX. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 31, n. 17, 2008.
- PRADO, Eliane Mimesse. A importância das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v.16, n.31, p.124-133, jan./jun. 2010.

RIBEIRO, Emanuela Souza. Identidade Nacional Escola Católica. Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP/PE. n. 1, v.1-2012.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente /– Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, Magaiver Luiz P. O discurso anticomunista católico na Belém de 1935 pelo jornal A Palavra. **Revista Paralelus-** Revista eletrônica de ciências da religião, Unicap, Recife, v. 5, n. 9, p. 25-34, 2014.

ROGERS, Rebecca. Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional. Pro-Posições | v. 25, n. 1 (73) | P. 55-74 |. 2014.

ROSSETO, Rosa. Paula Frassinetti “... em bicos de pés”. Ed. Livraria A.I. Braga, 1984.

SABINO, Elianne Barreto. A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889).

Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

_____. Assistência e a Educação das meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na província do Grão-Pará (1860- 1889). In: **História da educação na Amazônia: Múltiplos sujeitos e práticas educativas**. Orgs: FRANÇA, Maria do P. S. G. A de; LOBATO, Sidney; NERY, Vitor S. C. Curitiba: CRV, 2018.

SABINO, Elianne; ALVES, Laura M.S.A. Colégio Nossa Senhora do Amparo e a Educação de Meninas Desvalidas na Província do Grão Pará (1850-1890)”. . In: Araújo, Sônia Maria Silva Araújo; Maria do P. Socorro G. de Souza Avelino França (Orgs.). Educação e Instrução Pública no Pará Imperial e República. Belém: **UEPA**, 2015.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SÁ-SILVA, J.R.;ALMEIDA, C. D. de;GUINDANI,J. F.Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I, 2009.

SANFELICE, José L. HISTÓRIA, INSTITUIÇÕES ESCOLARES E GESTORES EDUCACIONAIS. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.20–27, ago. 2006.

_____.História das instituições escolares: desafios teóricos. Série-Estudos - **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**.Campo Grande-MS, n. 25, p. 11-17, jan. /jun. 2008.

SANTANA, Josineide Siqueira de. Casa de Meninas: práticas educativas no Orfanato de São Cristovão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969), Aracaju: **Edise**, 2016, p. 217.

SERFATY, Patrícia Gomes. Relações de gênero, direito e educação: o caso do processo judicial de defloramento de Joanna Bentes da Silva em Belém/Pará (1890- 1905).

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade federal do Pará. Belém, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHUELER, Alessandra F.; RIZZINI, Irma. “Tradições inventadas” de uma Belle Époque no Estado do Pará: Expansão da escola primária para a infância Paraense. In: **Educação e instrução pública no Pará Imperial e Republicano**. Orgs: ARAÚJO, Sônia M. da S.; FRANÇA, Maria do P. S. G. A. de; ALVES, Laura M. S. A. Belém: EDUEPA, 2015.

SOUSA, Celita Maria Paes de. **Traços da Compaixão e misericórdia na história do Pará**: Instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX. Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX** no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

_____. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Alicerces da Pátria: História da Escola Primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

VEIGA, Cynthia G. Educação estética para o povo. In: 500 anos de Educação no Brasil. Orgs: Eliane Lopes; Luciano Faria; Cynthia Veiga. 5ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VIANA, Arthur. O instituto Gentil Bittencourt. Typ. Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1906.

FONTES

CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DE SANT'ANA

a) Obras da congregação

Biblioteca Rosa Gattorno- Colégio Gentil Bittencourt

-Congregação das Filhas de Sant'ana. **Plano Pedagógico Pastoral**, 2003.

-RIO DE JANEIRO. **Bodas de Ouro das Filhas de Sant'ana no Brasil**- notícias históricas, Escola Typ. Pio X, 1933.

-ROMA. Congregação das Filhas de Sant'ana. **Modelos ideais de obras e dos serviços**, 2000.

b) Jornais**Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Belém**

- *A Palavra* (1916-1927)

c) Documentos**Arquivo Público do Pará**

-INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT, Relatório de atividades do ano de 1909.

d) Fotos**Sessão de obras Raras da biblioteca Rosa Gattorno- Colégio Gentil Bittencourt**

-Álbum do Pará

Ano:1908

- Acervo de fotos do Instituto Gentil Bittencourt

Ano: não identificado

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SANTA DOROTEIA**a) Constituições e Regras do Instituto de Santa Doroteia****Biblioteca da residência das Irmãs de Santa Doroteia em Belém do Pará**

-ROMA. Instituto de Santa Dorotéia: **Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia**. Tipografia de G. Battista Marini e B. Morini,1851.

b) Jornais**Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Belém**

- *A Boa Nova* (1877)

- *A Palavra (1916-1927)*

c) Cartas de Santa Paula Frassinetti

Biblioteca da residência das Irmãs de Santa Doroteia em Belém do Pará

- Carta de Santa Paula Frassinetti a irmã Virgínia Jannozi. Epistolário de Santa Paula Frassinetti (cartas II), 1877.

d) Planos interprovinciais e outras obras sobre o pensamento pedagógico da congregação

Biblioteca do Colégio Santo Antônio

- Congregação das Irmãs de Santa Doroteia. **Memórias acerca da venerável serva de Deus: Paula Frassinetti e do Instituto por ela fundado**, Província Portuguesa Sul/1998.

- Congregação das Irmãs de Santa Doroteia do Brasil. **Raízes da nossa missão educativa: Questões e interpelações**. 2000.

- RECIFE. Congregação de Santa Doroteia do Brasil. **Plano interprovincial de Educação Doroteia (2003-2005) texto- base**, 2002.

MENSAGENS DOS GOVERNADORES DO ESTADO DO PARÁ

Banco de dados da biblioteca digital da *Center of Research Libraries- GLOBAL RESOURCES NETWORK*

- Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 07 de setembro de 1907 pelo Governador do Estado do Pará, **Augusto Montenegro**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1907.

- Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 07 de setembro de 1909 pelo Governador do Estado do Pará, **João Antônio Luiz Coelho**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1909.

- Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 07 de setembro de 1910 pelo Governador do Estado do Pará, **João Antônio Luiz Coelho**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910.
- Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 07 de setembro de 1911 pelo Governador do Estado do Pará, **João Antônio Luiz Coelho**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911.
- Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 07 de setembro de 1918 pelo Governador do Estado do Pará, **Lauro Sodré**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1918.

PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS

Banco de dissertações- PPGED-UEPA

- COSTA, Benedito Gonçalves. A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará: 1878 – 1888. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2014.
- PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. Educação de meninas no Orphelinato Paraense. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2012.

Banco de teses e dissertações- PPGED-UFPA

- SABINO, Elianne Barreto. A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889). **Dissertação (Mestrado em Educação)**. Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

Banco de teses e dissertações- Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

- SOUSA, Celita Maria Paes de. **Traços da Compaixão e misericórdia na história do Pará**: Instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX. Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

